



*Risco Social na Região
Metropolitana do Rio de Janeiro:
Um quadro sobre as condições socioeconômicas
das crianças e jovens 1995-2003*.*

André Urani, Érica Amorim, Juliana Speranza, Mauricio Blanco - IETS

Janeiro 2006 

* Os autores agradecem a colaboração da estagiária Melanie Sanchez.



Instituto Desiderata

Rua Jardim Botânico, 674 - sala 212

Rio de Janeiro - RJ - 22461-000

Tel.: (21) 2512-6346

www.desiderata.org.br

Coordenação editorial e gráfica

Roberta Costa Marques

Diagramação e projeto gráfico

Blitz Design

É proibida a reprodução total ou parcial, por quaisquer meios, sem a expressa anuência do autor e dos **Instituto Desiderata e IETS.**

Rio de Janeiro, 2006



*Risco Social na Região
Metropolitana do Rio de Janeiro:
Um quadro sobre as condições socioeconômicas
das crianças e jovens 1995-2003*.*

André Urani, Érica Amorim, Juliana Speranza, Mauricio Blanco - IETS

* Os autores agradecem a colaboração da estagiária Melanie Sanchez.

Índice Geral

<i>06</i>	Índice de tabelas dentro do texto
<i>08</i>	Índice de gráficos dentro do texto
<i>09</i>	Índice de tabelas do Anexo
<i>11</i>	Índice de gráficos do Anexo
<i>13</i>	Apresentação
<i>15</i>	Sumário Executivo
<i>19</i>	1. Introdução
<i>21</i>	2. Necessidades e carências socio-econômicas das crianças e jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) 1995-2003
<i>21</i>	2.1 Pobreza, Geração e Distribuição de Renda
<i>29</i>	2.2 Características e tendências demográficas das crianças e jovens
<i>41</i>	2.3 Condições Educacionais de Crianças e Jovens
<i>49</i>	2.4 Condições de Mercado de Trabalho dos Adolescentes e Jovens
<i>55</i>	2.5 Um quadro sobre as crianças e jovens no Município do Rio de Janeiro
<i>65</i>	Anexo
<i>97</i>	Referências Bibliográficas

Índice de Tabelas dentro do Texto

Tabela 1	22	Tabela 7	34
Evolução da Renda Domiciliar per capita nas Regiões Metropolitanas do país (1995-2004)		Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo os quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)	
Tabela 2	23	Tabela 8	35
Porcentagem da população localizada abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)		Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo a cor na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)	
Tabela 3	28	Tabela 9	39
População localizada abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza nos municípios da RMRJ-2000		Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo a cor nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)	
Tabela 4	30	Tabela 10	41
Porcentagem de crianças e jovens abaixo da linha de pobreza nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo faixas etárias selecionadas - 2000		Taxa de frequência à pré-escola e ensino médio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo, cor e quintos da distribuição de renda (1995-2003)	
Tabela 5	31	Tabela 11	43
Composição etária por quintos de renda domiciliar per capita na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)		Porcentagem de Crianças entre 9 e 18 anos que não concluíram o nível educacional ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)	
Tabela 6	32		
Composição Familiar por quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)			

Índice de Tabelas dentro do Texto

Tabela 12	44
Porcentagem da população entre 10 e 24 anos com mais de 2 anos de atraso escolar em relação à escolaridade ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)	
Tabela 13	45
Evolução da situação escolar e inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens entre 10 e 24 anos de idade segundo o gênero e a cor na RMRJ (1995-2003)	
Tabela 14	47
Taxa de Frequência à pré-escola e ao ensino médio nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo e cor (2000)	
Tabela 15	50
Taxa de Desemprego por gênero e cor na RMRJ (2003)	
Tabela 16	51
Salário médio do trabalho principal por gênero e cor na RMRJ (1995 - 2003)	
Tabela 17	53
Participação da remuneração dos jovens ocupados na renda domiciliar por gênero, cor e distribuição de renda (1995-2003)	

Índice de Gráficos dentro do Texto

Gráfico 1	26	Gráfico 8	59
Renda média domiciliar per capita dos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000		Porcentagem de Adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico 2	26	Gráfico 9	60
Grau de Pobreza e Extrema Pobreza nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000		Porcentagem de Jovens entre 18 e 24 anos com Fundamental incompleto nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico 3	36	Gráfico 10	61
Porcentagem de Meninas entre 15 e 19 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo a cor na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)		Porcentagem de Jovens entre 18 e 24 anos com Segundo Grau completo nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico 4	48	Gráfico 11	62
Proporção da população entre 9 e 18 anos que não concluíram o nível educacional ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)		Analfabetismo Funcional Porcentagem de Jovens entre 15 e 17 Anos com menos de 4 anos de estudo nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico 5	56	Gráfico 12	62
Grau de Pobreza nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000		Analfabetismo Funcional Porcentagem de Jovens entre 18 e 24 Anos com menos de 4 anos de estudo nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico 6	57		
Porcentagem de crianças em domicílios localizados abaixo das linhas de pobreza e de extrema pobreza - 2000			
Gráfico 7	58		
Porcentagem de Crianças entre 5 e 6 anos fora da escola nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000			

Índice de Tabelas do Anexo

Tabela A1	67	Tabela A8/A9	72, 73 e 74
Grau de Pobreza e de Extrema Pobreza nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)		Composição Familiar por quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)	
Tabela A2	68	Tabela A10	75
Taxas de Crescimento do Grau de Pobreza e de Extrema Pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)		Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo os quintos da distribuição de renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)	
Tabela A3	68	Tabela A11	76
Indicadores de Desigualdade nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)		Taxa de frequência ao ensino superior dos jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo, cor e quintos da distribuição de renda (2000)	
Tabela A4	69	Tabela A12	77
Evolução da Porcentagem da renda apropriada pelos décimos da distribuição de renda nas Regiões Metropolitanas do país (1995-2004)		Proporção da população entre 9 e 18 anos que não concluíram o nível educacional ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo, cor e quintos da distribuição de renda (2000)	
Tabela A5	70	Tabela A13	78
Desigualdade na distribuição de renda nos municípios		Escolaridade média da população entre 12 e 20 anos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo e cor (2000)	
Tabela A6	70		
Porcentagem da renda apropriada segundo os décimos da distribuição de renda dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000			
Tabela A7	71		
Composição etária segundo o primeiro e o último quinto de renda domiciliar per capita nos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)			

Índice de Tabelas do Anexo

Tabela A14	79
Taxa de participação no Mercado de Trabalho, PEA e PIA por gênero, cor na RMRJ (1995-2003)	
Tabela A15	80
Porcentagem de ocupados em relação à População em Idade Ativa por gênero e cor na RMRJ (1995-2003)	
Tabela A16	81
Distribuição da ocupação por posição na ocupação por gênero e cor na RMRJ (1995-2003)	

Índice de Gráficos do Anexo

Gráfico A1	83	Gráfico A7	86
Evolução da Porcentagem da renda apropriada pelo primeiro décimo da distribuição de renda nas Regiões Metropolitanas do país - 1995/2004		Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no 1º e 5º Quinto da Janeiro - 2000distribuição de Renda - 2003	
Gráfico A2	84	Gráfico A8	87
Evolução da Porcentagem da renda apropriada pelo segundo décimo da distribuição de renda nas Regiões Metropolitanas do país - 1995/2004		Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a cor - 2003	
Gráfico A3	84	Gráfico A9	87
Porcentagem de mulheres jovens de 15 a 24 anos com filhos nascidos vivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000		Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo o sexo - 2003	
Gráfico A4	85	Gráfico A10	88
Taxa de frequência ao ensino superior dos Jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo e cor (1995-2003)		Escolaridade média da população entre 12 e 20 anos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)	
Gráfico A5	85	Gráfico A11	88
Taxa de frequência ao ensino superior dos Jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por quintos da distribuição de renda (1995-2003)		Distribuição da ocupação dos Jovens entre 10 e 18 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a Posição na Ocupação (1995-2003)	
Gráfico A6	86	Gráfico A12	89
Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995 e 2003)		Distribuição da ocupação dos Jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a Posição na Ocupação (1995-2003)	

Índice de Gráficos do Anexo

Gráfico A13	89	Gráfico A20	93
Grau de extrema Pobreza nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000		Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos com Ensino Fundamental incompleto nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico A14	90	Gráfico A21	93
Graus de Pobreza e Extrema Pobreza nos bairros selecionados do município do Rio de Janeiro		Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos com Ensino médio completo nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico A15	90	Gráfico A22	94
Porcentagem de Crianças localizadas abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza nos bairros selecionados do município do Rio de Janeiro - 2000		Porcentagem de Jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico A16	91	Gráfico A23	94
Porcentagem de Crianças entre 4 e 5 anos fora da escola nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000		Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico A17	91	Gráfico A24	95
Porcentagem de crianças entre 4 e 5 anos fora da escola nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000		Analfabetismo Funcional Porcentagem de Jovens entre 15 e 24 Anos com menos de 4 anos de estudo nos bairros selecionados do Município do Rio de Janeiro - 2000	
Gráfico A18	92		
Porcentagem de Crianças entre 5 e 6 anos fora da escola nos bairros selecionados do Município do Rio de Janeiro - 2000			
Gráfico A19	92		
Porcentagem de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000			

Apresentação

O Instituto Desiderata, criado em agosto de 2003 tem como missão *“Contribuir para o pleno desenvolvimento de crianças e jovens, segundo a Doutrina da Proteção Integral e, em especial, para a melhoria das condições de tratamento e cura do câncer infantil”*.

Identificado em especial com as causas relacionadas à infância e à juventude, o Instituto Desiderata acredita que, colocando crianças e jovens no centro de suas ações, possa contribuir para o seu pleno desenvolvimento, ampliando as oportunidades de acesso à saúde, à educação, a uma melhor qualidade de vida e à inclusão social.

Na Área de Desenvolvimento de Crianças e Jovens, o Instituto assume os papéis de financiador de projetos exemplares, promotor da capacitação e do fortalecimento institucional das entidades executoras de programas sociais, além de apoiador do desenvolvimento de metodologias e de disseminador de conhecimentos.

Com o objetivo de aprofundar o conhecimento do Instituto Desiderata sobre o tema Desenvolvimento de Crianças e Jovens no Rio de Janeiro, foi encomendado ao IETS – Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade o estudo - coordenado por André Urani e Maurício Blanco - *“Risco Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: um quadro sobre as condições socioeconômicas de crianças e jovens 1995-2003”*.

Com esta publicação esperamos contribuir para a disseminação do conhecimento acerca das principais características socioeconômicas da população até 24 anos de idade, na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, apoiando a reflexão em torno das ações de proteção social voltadas para a infância e juventude.

Guilherme Frering
Presidente do Conselho Diretor

Beatriz Azeredo
Diretora

Sumário Executivo

Este relatório tem como propósito identificar – a partir das necessidades das crianças e jovens – um perfil de demandas que precisam ser atendidas na medida em que se deseja obter um nível de desenvolvimento compatível com os desafios apresentados pelo contexto contemporâneo.

O estudo “Risco Social na Região Metropolitana do Rio de Janeiro: um quadro sobre as condições socioeconômicas de crianças e jovens 1995-2003” é baseado em dados do Censo Demográfico de 2000 e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2004, tomando como eixos analíticos dimensões como renda, educação, saúde e mercado de trabalho.

O levantamento das condições socioeconômicas destas crianças e jovens revela – sem equívocos – que é preciso adotar uma ótica global que seja capaz de atender as aspirações deste segmento da população. Os problemas que hoje enfrentam nossas crianças e jovens têm como característica principal a diversidade, mas, principalmente uma estreita inter-relação entre estes problemas que passam pela fecundidade precoce, a desigualdade de resultados e de acesso de oportunidades até a violência e criminalidade.

Segundo o Censo Demográfico 2000, o Estado do Rio de Janeiro, possuía 14,39 milhões de pessoas. Do total da população do Estado, 43% (ou 6,24 milhões de

pessoas) encontravam-se na faixa etária entre 0 e 24 anos de idade. Na RMRJ, se concentravam 10,9 milhões de pessoas (aproximadamente 75% da população do Estado), dos quais 4,6 milhões (ou aproximadamente 43%) correspondiam à faixa etária entre 0 e 24 anos de idade.

Em termos de pobreza, tem-se que na RMRJ, 17,6% do total da população, em 2000, vivia abaixo da linha de pobreza (R\$ 75,50 em Reais de agosto de 2000), o que corresponde a 1,9 milhão de pessoas. Do total de pessoas pobres residentes na RMRJ, 1,1 milhão corresponde à população pobre que se encontra na faixa etária entre 0 e 24 anos de idade: isto é, 58% do total de pobres da RMRJ são crianças e jovens entre 0 e 24 anos de idade. Por outro lado, segundo dados do Censo Demográfico em 2000, este número de crianças e jovens pobres (1,1 milhão) corresponde à 24% do total da população nesta faixa etária na RMRJ – sete pontos percentuais superior ao grau de pobreza para a população como um todo (17,6%).

Uma das conclusões mais importantes diz respeito à verificação de um conjunto de desigualdades que tem como principal raiz a desigualdade na distribuição de renda. As crianças e os jovens mais pobres que residem na nossa Região Metropolitana podem ser caracterizadas como um grupo de elevada vulnerabilidade que se expressa nos mais diversos indicadores aqui apresentados.

De início, em 2003, as meninas mais pobres possuíam uma taxa de fecundidade precoce 18 vezes maior do que a taxa de fecundidade das meninas mais ricas. A este recorte entre meninas ricas e pobres deve-se acrescentar outro recorte gerador de desigualdade: a cor. Com efeito, em 2003, a taxa de fertilidade das meninas não brancas entre 15 e 19 anos de idade era três vezes maior do que a taxa de fertilidade das meninas brancas.

Por outro lado, e, como consequência da gravidez precoce, as suas estruturas familiares (casais com dois ou mais filhos e solteiros com dois ou mais filhos) se concentram no primeiro quinto da distribuição de renda. Com efeito, em 2003, 50% do total de famílias localizadas no quinto mais pobre da distribuição de renda possuíam dois ou mais filhos, sejam casais ou solteiros. Esta porcentagem em relação aos 20% mais ricos da população da RMRJ – Região Metropolitana do Rio de Janeiro – era de apenas 13%.

No que diz respeito às condições educacionais, o Brasil e a Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem experimentado avanços surpreendentes ao longo da década dos anos noventa. No entanto, ainda tem muito por fazer.

O acesso às creches, à pré-escola e ao Ensino Médio é ainda preocupante. No caso das crianças entre 0 e 6 anos de idade 6 de cada 10 crianças encontram-se fora das creches e das pré-escolas apesar de o enorme esforço realizado pelas associações comunitárias e de moradores que nesta área específica formam uma parceria importante com o poder público.

Mais preocupante, no entanto, é a desigualdade no que diz respeito ao acesso à creche. Entre as crianças do quinto mais rico da distribuição esta porcentagem é de aproximadamente 60%, ao passo que entre as crianças mais pobres esta porcentagem é de apenas 32%.

Uma das possíveis consequências desta falta de acesso à creche e à pré-escola se

reflete no elevado número de mulheres jovens entre 19 e 24 anos de idade que não estudam nem trabalham (cerca de 22%).

Diferenças significativas também se verificam entre os jovens mais pobres e mais ricos da distribuição de renda no que diz respeito à frequência ao Ensino Médio. Em 1995, 55,5% dos jovens entre 15 e 18 anos do primeiro quinto da distribuição de renda freqüentavam a escola, esta porcentagem aumentou, em 2003, em 15 pontos percentuais (70,2%). No caso dos jovens do quinto mais rico, o acesso tem-se praticamente universalizado desde 1995.

A segunda dimensão da temática da educação guarda relação com o baixo desempenho dos indicadores de fluxo da mesma, fato este que reflete a baixa qualidade da educação na RMRJ. Em 1995, 72% da população entre 9 e 18 anos de idade não se encontravam no nível educacional ideal. Apesar da verificação de progressos substantivos tem-se que, em 2003, ainda 58,6% dos jovens entre 9 e 18 anos de idade não se encontram no nível educacional ideal. Por outro lado, 63,6% dos homens, 68,4% dos não brancos e 69% dos jovens mais pobres ainda não concluíram o nível educacional ideal na RMRJ.

A desigualdade nestes indicadores de fluxo também está presente. Entre os diversos grupos analisados – no que diz respeito ao nível educacional ideal – a maior assimetria se encontra entre os jovens de 9 a 18 anos de idade do quinto mais pobre da distribuição e o quinto mais rico. A porcentagem de jovens que não se encontra no nível educacional ideal no primeiro quinto da distribuição de renda é duas vezes maior quando comparada com os jovens situados entre os 20% mais ricos da população da RMRJ.

Um segundo indicador de grande relevância é a porcentagem de jovens entre 10 e 24 anos de idade com mais de dois anos de atraso em relação à escolaridade ideal na RMRJ. É imprescindível mencionar que

este indicador revela uma condição de extrema precariedade no que diz respeito à qualidade da educação. Em 2003, ainda 24% dos alunos apresentavam mais de 2 anos de atraso.

Confirmando as diferenças, cabe mencionar a extrema desigualdade no desempenho dos jovens do quinto mais pobre da distribuição em relação aos jovens localizados entre os 20% mais ricos da população da RMRJ. Com efeito, em 2003, 35% dos jovens do primeiro quinto apresentavam um atraso superior a 2 anos, ao passo que esta porcentagem era seis vezes inferior no caso dos jovens situados no quinto mais rico (6%).

O mercado de trabalho dos jovens apresenta três características principais. Em primeiro lugar, a População Economicamente Ativa entre 10 e 14 anos se reduziu em 50% entre 1995 e 2003, o que é um fato é altamente positivo. As causas para este fenômeno se encontram na universalização do Ensino Fundamental e na tendência de redução dos rendimentos do trabalho para esta faixa etária para as pessoas que ainda permanecem no mercado de trabalho.

Em segundo lugar, o fenômeno de desemprego atinge de forma severa aos jovens entre 15 e 18 anos de idade e, principalmente, aos jovens entre 19 e 24 anos. Em 1995, 21% dos jovens entre 15 e 18 anos pertencentes à PEA estavam desempregados (aproximadamente 55 mil pessoas), ao passo que em 2003 esta porcentagem era de 45% (ou 90 mil pessoas). No caso dos jovens entre 19 e 24 anos esses números são mais preocupantes, em 1995 existiam 100 mil jovens na RMRJ desempregados (14% do total), ao passo que em 2003 este número mais do que duplicou, 210 mil (25% do total).

Finalmente, os rendimentos provenientes do trabalho têm diminuído consistentemente desde 1995. No entanto, e de forma irônica, a participação da renda dos jovens e adolescentes na renda familiar tem

aumentado significativamente no mesmo período sob análise. Em termos dos diferenciais por cor é importante mencionar que, em 2003, os meninos brancos entre 10 e 18 anos de idade contribuem mais para o orçamento doméstico do que os meninos não brancos da mesma faixa etária; situação completamente inversa à de 1995. No caso do diferencial na participação na renda domiciliar dos jovens entre 19 e 24 anos por cor, tanto em 1995 quanto em 2003, os não brancos tiveram um peso maior do que os brancos na renda domiciliar.

O quadro geral apresentado para a RMRJ como um todo, apresenta heterogeneidades quando o foco é a situação socioeconômica das crianças e jovens em cada um dos 19 municípios que integram a RMRJ.

No que tange à pobreza e a geração de renda, Niterói e o Rio de Janeiro apresentam os maiores níveis de renda, maior desigualdade e menores graus de pobreza e de extrema pobreza. Porém, em termos absolutos, o Rio de Janeiro possui o maior número de pobres e de extremamente pobres. Os municípios de São João de Meriti, Tanguá, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e São Gonçalo, apresentam níveis de desigualdade relativamente baixos quando comparados com outros municípios da RMRJ. Os graus de pobreza e de extrema pobreza, portanto, podem ser considerados conseqüências do baixo nível de renda domiciliar per capita mais do que dos níveis de desigualdade.

Deve-se ressaltar a situação de Japeri. Neste município se constitui o pior cenário possível com a pior renda domiciliar per capita e um alto grau de desigualdade – principalmente no que diz respeito à porcentagem da renda apropriada pelo primeiro décimo da distribuição de renda. Este cenário coloca o município de Japeri com os mais altos graus de pobreza e de extrema pobreza em toda a RMRJ.

Em síntese, nas outras dimensões analisadas no presente relatório – características demográficas e educação -

os municípios que compõem a RMRJ revelam a severidade e abrangência de algumas carências de acordo à situação do nível de renda e de pobreza. Nos municípios mais pobres o quadro de carências das crianças e adolescentes parece ser mais “democrático”, na medida em que diferenciais de renda, cor e gênero não apresentam assimetrias significativas.

As maiores diferenças entre os recortes realizados (renda, cor e gênero) em geral se encontram no município de Niterói onde, por exemplo, a fertilidade precoce das meninas entre 15 e 19 anos de idade do quinto mais pobre é 30 vezes maior do que das meninas do quinto mais rico.

1. Introdução

As condições socioeconômicas e o desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens no Brasil têm sido objeto de preocupação nos últimos anos e, em consequência, vêm ocupando um lugar importante na agenda das políticas públicas, assim como fortalecendo um processo de sensibilização dos mais diversos setores da sociedade civil.

Em 1990, o Governo Federal aprovou o Estatuto da Criança e do Adolescente, onde se estabelecem os critérios e as disposições legais sobre a proteção integral à criança e ao adolescente. No Estatuto, se entende como proteção integral, a garantia do acesso a “todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade”.

Diversos diagnósticos e estudos, no entanto, apontam esta população como mais vulnerável aos efeitos da pobreza, da desnutrição e da falta de instrução. Com efeito, no Brasil, a pobreza impacta mais as crianças e jovens.

Entendendo os riscos que enfrentam as crianças e jovens como fatores de vulnerabilidade – portanto, “risco” como conceito contrário ao de “proteção” – tem-se que existem três níveis ou conjuntos de riscos: **nível individual** (diversas características individuais que podem incidir em uma maior vulnerabilidade tais como raça ou

sexo), **micro-ambientais** (compreendem as condições e estrutura familiar, redes sociais e inserção comunitária) e **macro-ambientais** (condições econômicas, acesso a serviços públicos, práticas culturais, mídia e normas sociais)¹.

Com base neste critério de “risco”, o presente relatório tem por objetivo realizar um levantamento das condições socioeconômicas que enfrentam as crianças, adolescentes e jovens na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Em geral, crianças pobres tendem a ter dificuldade em reverter, quando adultas, sua situação de vulnerabilidade social. Os jovens brasileiros, especialmente os de menor escolaridade, enfrentam ainda a dificuldade no tocante à sua inserção no mercado de trabalho. O universo de demandas que levam as políticas públicas a se preocuparem com as crianças, adolescentes e jovens é bastante extenso, assim como o grau de severidade dos problemas que afligem este grupo.

Para elaborar um levantamento destas demandas e problemas, o presente relatório aborda, na primeira parte, um enfoque baseado em algumas características pessoais das crianças, adolescentes e jovens na Região Metropolitana do Rio de Janeiro tais como cor e gênero para estabelecer o conjunto de carências que enfrenta esta população nas áreas de geração de renda, educação e mercado de trabalho.

¹ Youth Development World Bank. 2002.

As bases de dados utilizadas são a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – nas suas versões 1995, 1998, 2001, 2003 e 2004 – e o Censo Demográfico 2000, ambas bases do IBGE. Estas bases foram utilizadas para o cálculo de indicadores nas diversas dimensões para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro e o Município do Rio de Janeiro, respectivamente. Por outro lado, se utilizaram também dados públicos do Instituto Pereira Passos para Bairros e Regiões Administrativas no interior do Município do Rio de Janeiro para construir indicadores.

Alem disso, é importante incluir na análise as características e tendências demográficas, na medida em que o tamanho e composição familiar integram um conjunto de fatores micro-ambientais de grande impacto no desenvolvimento das crianças, adolescentes e jovens. Nesta análise sobre as características e tendências demográficas inclui-se também um exame sobre a fertilidade precoce das adolescentes na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

A extensão e o grau de severidade dos problemas que atingem as crianças, adolescentes e jovens, tornam mais do que necessário que as ações voltadas a este público sejam eficientes e eficazes do ponto de vista do impacto e da otimização de recursos.

Em geral, a eficácia das intervenções é consequência de um diagnóstico acurado, execução, acompanhamento, avaliação e focalização das ações, e, portanto, fica aqui a pergunta: como realizar estas atividades sem um mínimo de informações acerca da situação das crianças, adolescentes e jovens?

2. Necessidades e carências socioeconômicas das crianças e jovens da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) 1995-2003

2.1 Pobreza, Geração e Distribuição de Renda

A presente seção tem por objetivo contextualizar a situação das crianças e dos jovens apresentando uma descrição da evolução do nível de renda, a sua distribuição e seus efeitos sobre a pobreza no período 1995-2004 na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Esta contextualização incorpora dois tipos de comparações: a primeira mostra a evolução da RMRJ em relação com outras nove regiões metropolitanas selecionadas²; a segunda descreve as principais tendências entre todos os municípios que pertencem à RMRJ.

RMRJ em relação a outras regiões metropolitanas do Brasil

A renda média domiciliar per capita da RMRJ apresentou uma redução de 3,6% no período 1995-2004. Com efeito, em 1995 esta renda era de R\$ 719,62 (em Reais de 2004) ao mês, ao passo que em 2004 a renda média domiciliar per capita era de R\$ 693,82.

No entanto, é importante mencionar dois aspectos relevantes, como mostra a Tabela 1. Em primeiro lugar, esta tendência de

queda se apresenta a partir de 1998, sendo que no período 1995-1998 (primeira fase do Plano Real) se verifica uma expansão da renda domiciliar per capita de 7%, ao passo que a maior redução (8,4%) na renda domiciliar per capita ocorreu no período subsequente entre os anos de 1998 e 2001, período no qual verificou-se uma desaceleração da atividade econômica no país como um todo. Finalmente, no período 2003-2004, a renda domiciliar per capita da RMRJ voltou a experimentar um aumento de 2,8%.

Em segundo lugar, a redução da renda domiciliar per capita é uma tendência que afetou de forma mais severa ao Brasil metropolitano. No mesmo período (1995-2004), esta renda declinou em 13,2% nas regiões metropolitanas brasileiras, ao passo que no Brasil como um todo o declínio da renda domiciliar per capita foi cinco vezes inferior (em torno de 2,5%).

² São elas: Belém, Salvador, Fortaleza, Recife, Distrito Federal, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre.

Tabela 1: Evolução da Renda Domiciliar per capita nas Regiões Metropolitanas do país (1995-2004)

Regiões Metropolitanas	1995	1998	2001	2003	2004	Taxa de Crescimento (2004-1995)
Brasil	474,11	490,82	473,12	447,32	462,28	-2,49
Brasil Metropolitanano	699,89	721,70	653,00	591,72	607,45	-13,21
Rio de Janeiro	719,62	770,12	705,28	674,67	693,82	-3,59
Belém	551,16	537,79	403,06	349,46	388,44	-29,52
Salvador	492,89	525,07	471,94	399,92	416,36	-15,53
Fortaleza	402,84	397,65	412,39	339,08	377,90	-6,19
Recife	392,95	429,41	436,92	353,67	413,12	5,13
Distrito Federal	877,24	974,07	855,50	841,03	855,76	-2,45
Belo Horizonte	609,14	585,46	556,23	535,45	557,08	-8,55
São Paulo	810,58	833,53	738,34	652,84	635,32	-21,62
Curitiba	774,25	712,04	677,31	593,81	715,79	-7,55
Porto Alegre	767,11	777,30	745,18	683,11	701,18	-8,60

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001, 2003 e 2004 (PNAD).

Nota: *Em Reais de 2004. Inclui ajuste nas rendas de transferências para corrigir subestimação da pesquisa e aluguel imputado.

No entanto, a redução da renda domiciliar per capita no Brasil metropolitanano não revela heterogeneidades na evolução da mesma, heterogeneidades estas que surgem quando se analisam as regiões metropolitanas brasileiras de forma isolada. As taxas de crescimento no que diz respeito à renda domiciliar per capita – no período sob análise – oscilam de 5,13% (Região Metropolitana de Recife) a -29,5% (Região Metropolitana de Belém). A RMRJ, apesar de apresentar uma taxa de crescimento negativa (-3,6%), possui um dos melhores desempenhos quando comparada com as outras regiões metropolitanas do país. Importante destacar as significativas reduções em relação às rendas domiciliares per capita das Regiões Metropolitanas de São Paulo (-21,6%) e Salvador (-15,5%), além da anteriormente mencionada taxa de crescimento negativa da Região Metropolitana de Belém, no período sob análise.

O comportamento da renda domiciliar per capita tem como consequência imediata o aumento do grau de pobreza e de extrema pobreza. Entretanto, o nível de renda não é o único fator explicativo; é necessário também descrever a evolução da desigualdade na

distribuição de renda com o propósito de determinar a contribuição da mesma nos graus de pobreza e extrema pobreza.

O fato que merece ser destacado, no que diz respeito à região metropolitana do Rio de Janeiro, é que o aumento da pobreza – e em especial, o aumento da extrema pobreza – é reforçado não somente pela queda da renda domiciliar per capita, mas, pelo aumento da desigualdade no mesmo período. Como mostra a Tabela 2 a seguir, o grau de pobreza aumentou de 12,4% para 13,4% entre 1995 e 2004. Isto significa uma taxa de crescimento do grau de pobreza, no período sob análise, de 7,4% (Ver detalhes nas Tabelas A1 e A2 em anexo).

Tabela 2: Porcentagem da população localizada abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)

Regiões Metropolitanas	Em %					
	1995		2003		2004	
	Pobreza	Extrema Pobreza	Pobreza	Extrema Pobreza	Pobreza	Extrema Pobreza
Belém	20,0	3,8	32,5	11,2	27,2	7,5
Salvador	31,2	10,6	36,6	14,5	31,1	12,5
Fortaleza	34,6	10,0	40,4	14,1	37,8	11,8
Recife	31,8	9,9	38,3	16,6	37,4	14,3
Distrito Federal	13,9	3,5	21,6	8,0	18,6	6,8
Belo Horizonte	16,6	4,6	20,3	5,6	17,6	4,8
Rio de Janeiro	12,4	3,2	14,9	4,6	13,4	4,0
São Paulo	8,1	3,2	16,5	6,6	14,4	4,9
Curitiba	10,1	3,2	15,0	4,5	12,1	3,3
Porto Alegre	11,2	2,8	13,7	4,3	12,1	3,9

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Nota: 1 - Utilizando uma linha de pobreza de R\$130,00 (1/2 salário mínimo de set/04) por pessoa por mês e uma linha de indigência de R\$65,00 (1/4 salário mínimo de set/04) por pessoa por mês.

É importante mencionar que o aumento, no que diz respeito ao grau de pobreza, não foi tão pronunciado devido aos resultados positivos revelados pela PNAD entre 2003 e 2004. Entre os anos de 2003 e 2004, o grau de pobreza da RMRJ decresceu de 14,9% para o já mencionado 13,4%.

No entanto, quando se analisa o grau de pobreza durante o período 1995-2003, a porcentagem de pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza é muito mais significativo. Com efeito, em 1995, 12,4% da população residente na RMRJ vivia com uma renda inferior a R\$ 130,00 (em Reais de 2004), ao passo que em 2003, esta porcentagem aumentou para 14,9%. Este aumento, por sua vez, representou uma taxa de crescimento do grau de pobreza mais de duas vezes maior (19,5%) do que a taxa de crescimento verificada no período 1995-2004.

No que diz respeito ao grau de extrema pobreza, os dados revelam que, em 1995, a

porcentagem de pessoas localizadas abaixo da linha de extrema pobreza na RMRJ (R\$ 65,00; em Reais de 2004) era de 3,2% ao passo que esta porcentagem aumentou para 4,6% em 2003 e 4% em 2004, o que corresponde em valores absolutos acerca de 0,5 milhão de pessoas sobrevivendo com uma renda domiciliar per capita inferior a R\$ 65,00 (em Reais de 2004)³.

Em termos da evolução relativa da extrema pobreza, se verifica que esta cresceu em 25,2% entre 1995 e 2004; mas esta taxa de crescimento seria ainda maior, 44%, se considerarmos o período 1995-2003. Distinguir entre dois períodos (1995-2003 e 1995-2004) permite mostrar a reversão significativa das tendências no período 2003-2004. Tanto no caso da pobreza quanto da extrema pobreza, a RMRJ tem experimentado um importante avanço entre 2003 e 2004, reduzindo a pobreza e extrema pobreza em 10% e 13%, respectivamente (Tabela A2 em anexo).

³ As linhas de pobreza e de extrema pobreza correspondem a R\$ 130,00 (meio salário mínimo de setembro de 2004) e R\$ 65,00 (1/4 do salário mínimo de setembro de 2004), em Reais de 2004.

⁴ O coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que consiste em um número de 0 a 1, onde 0 corresponde à completa igualdade de renda (onde todos têm a mesma renda) e 1 corresponde à completa desigualdade (onde uma pessoa tem toda a renda, e as demais não têm nada).

Como mencionado anteriormente, este aumento tanto da pobreza quanto da extrema pobreza não pode ser explicado unicamente pela redução da renda domiciliar per capita. Além disso, deve-se levar em consideração o grau de desigualdade na distribuição de renda apresentado na Tabela A3 em anexo. Pode-se observar que o coeficiente de Gini⁴ tem experimentado um comportamento estável durante o período 1995-2001, ao passo que entre 2001 e 2004 este coeficiente diminuiu de 0,58 para 0,56.

Quanto ao comportamento das outras regiões metropolitanas do país, três casos merecem especial atenção. Em primeiro lugar, a diminuição do coeficiente de Gini na Região Metropolitana de Salvador apesar dos valores elevados durante o período sob análise (de 0,64 em 1995 para 0,59 em 2004), sendo que nos períodos 1995-1998 e 2003-2004 se produziram as reduções nos valores deste coeficiente. Comportamento semelhante pode ser verificado para a Região Metropolitana de Porto Alegre (de 0,58 em 1995 para 0,54 em 2004).

Em segundo lugar, as regiões metropolitanas de Recife, Distrito Federal e São Paulo revelam uma evolução de aumento da desigualdade entre 1995 e 2004, quando medida pelo coeficiente de Gini. No caso das regiões metropolitanas de Recife e Distrito Federal, o aumento é significativo, de 0,59 para 0,63; ao passo que na Grande São Paulo o aumento do coeficiente de Gini se concentrou principalmente no período 1995-2001.

Finalmente, as regiões metropolitanas de Fortaleza e Curitiba, mostram comportamentos praticamente estáveis durante todo o período 1995-2004.

Um indicador de desigualdade que localiza os segmentos onde se ampliou ou reduziu a má distribuição de renda é a razão entre a renda apropriada pelos 10% mais ricos e a renda apropriada pelos 40% mais pobres (razão 10+/40-).

Em 1995 esta razão era de 19,6 na RMRJ, até 2001 o valor desta razão elevou-se a 20,6; ao passo que em 2003 e 2004 esta razão diminuiu a 18,7. Na comparação com outras regiões metropolitanas surpreende o aumento expressivo desta razão no Distrito Federal que, entre 1995 e 2004, se elevou de 22,5 para 31, respectivamente. Um caso contrário – e positivo – ao verificado no Distrito Federal é o da Região Metropolitana de Salvador que no mesmo período diminuiu este quociente de 28,1 para 22,4. (Tabela A3 em anexo)

Com o propósito de identificar quais segmentos da população perderam ou ganharam, a Tabela A4 em anexo apresenta a porcentagem da renda apropriada pelos décimos da distribuição de renda para as regiões metropolitanas do país. Decorrente da análise desses dados, é possível identificar que o aumento da extrema pobreza, na RMRJ, deve-se a uma redução de 7,8% da participação da renda do primeiro décimo no total da renda (passando de 1,03% em 1995 para 0,95% em 2004) e de uma estagnação da porcentagem apropriada pelo segundo décimo, no período 1995-2004, em 2,02%. O décimo mais rico da distribuição também experimentou uma perda de 3,5% da sua participação na renda total (de 46,2% em 1995 para 44,6% em 2004). É importante mencionar que entre o terceiro décimo e o nono décimo é possível verificar um aumento da participação de cada um deles na renda total.

As evoluções da renda apropriada pelo primeiro décimo e pelo segundo décimo da distribuição de renda para oito regiões metropolitanas brasileiras estão apresentadas nos Gráficos A1 e A2 em anexo. A partir da análise desses gráficos pode-se verificar que a apropriação destes décimos na RMRJ experimentou uma diminuição no período 1995-2001, ao passo que no período posterior – ou seja, de 2001 a 2004 – existe uma recuperação da porcentagem da renda apropriada pelo dois primeiros décimos da distribuição de renda.

Comparando com as outras regiões metropolitanas pode-se afirmar que os 10% mais pobres da RM de Belém encontravam-se – em termos relativos – melhores quando comparados com os 10% mais pobres residentes nas outras regiões metropolitanas analisadas, tanto em 1995 quanto em 2004. Paradoxalmente, os 10% mais pobres do Distrito Federal encontravam-se em pior situação em relação aos 10% mais pobres das outras regiões metropolitanas selecionadas e, além disso, em todos os anos analisados. Finalmente, pode-se verificar, a partir do Gráfico A1, uma tendência preocupante no que diz respeito à porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais pobres na região metropolitana de Recife entre os anos de 1995 e 2003, período no qual se verifica uma pronunciada diminuição desta porcentagem e, apenas uma moderada recuperação a partir de 2003.

Em **síntese**, a RMRJ experimentou um aumento do grau de pobreza e da extrema pobreza no período 1995-2004 devido à conjunção de três fatores:

- a) Entre os anos de 1995 e 2001, foi verificada uma redução da renda domiciliar per capita (Tabela 1) acompanhada pela estabilidade de um alto grau de desigualdade, seja através do Coeficiente de Gini, seja através da razão 10+/40- (Tabela A3);
- b) Apesar da moderada melhora na desigualdade entre os anos de 2001 e 2003, tanto no que diz respeito ao Coeficiente de Gini quanto da razão 10+/40- (Tabela A3), a acentuada redução da renda domiciliar per capita em 2003 (Tabela 1) provocou um aumento no grau de pobreza, assim como uma ligeira redução do grau de extrema pobreza em relação a 2001 (Tabela A1). Com efeito, é possível verificar que a queda da renda domiciliar per capita entre 2001 e 2003 afetou o grau de pobreza, ao passo que a melhora nos indicadores de

desigualdade influenciou positivamente o grau de extrema pobreza, e;

- c) Entre os anos de 2003 e 2004, é possível observar que houve uma melhora tanto no que diz respeito à renda domiciliar per capita (Tabela 1) quanto em relação aos indicadores de desigualdade (Tabela A3). Melhoras estas que influenciaram positivamente a redução tanto do grau de pobreza quanto de extrema pobreza.

Os municípios da RMRJ

Com o propósito de complementar a descrição da dinâmica da relação entre renda, desigualdade e pobreza, a seguir se apresenta uma análise desagregada dos municípios que integram a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Esta análise pretende revelar heterogeneidades significativas na relação entre, por um lado, nível de renda e desigualdade e, por outro lado, os graus de pobreza e extrema pobreza.

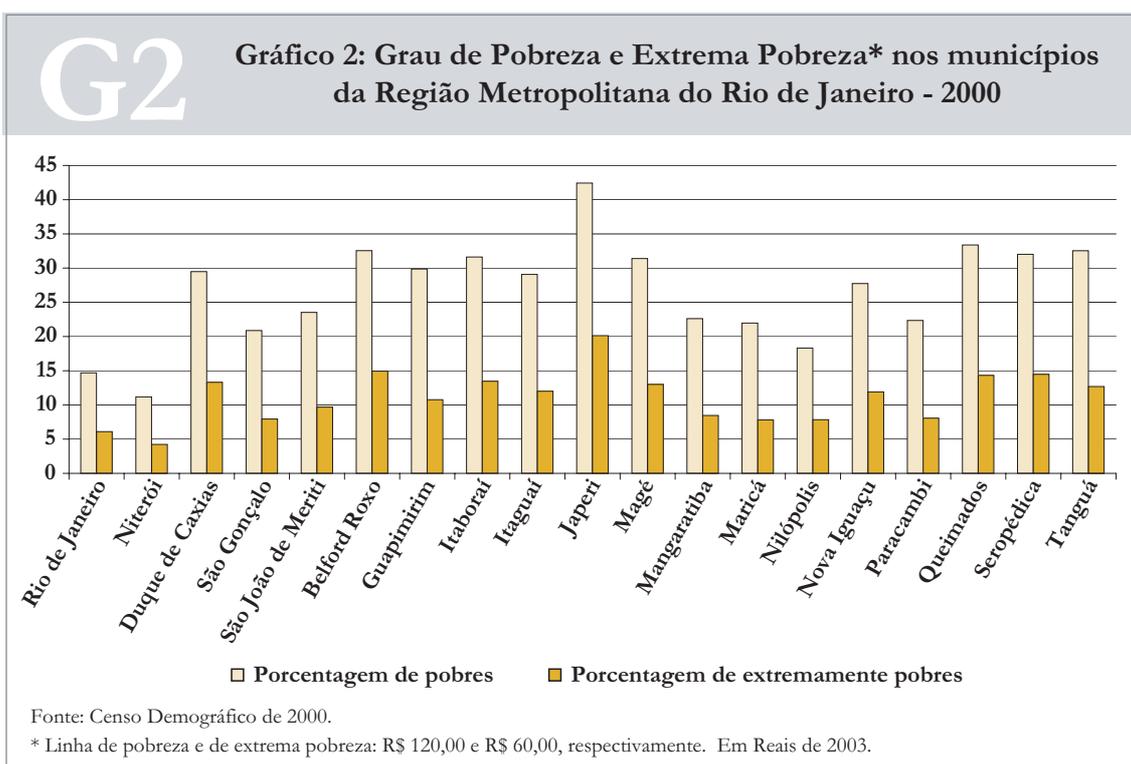
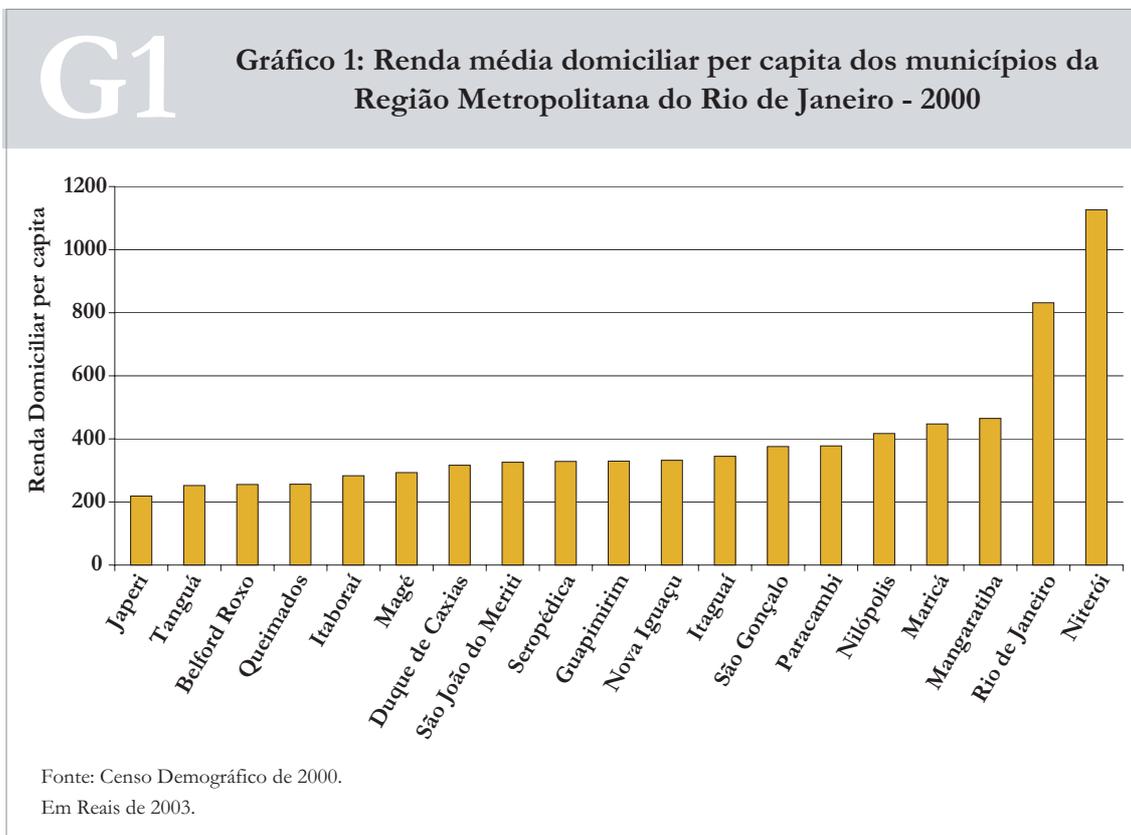
Lamentavelmente, a disponibilidade de dados para construir estes indicadores para cada município não permite traçar a evolução temporal. Por este motivo a análise a seguir se concentra em um ponto do tempo, o ano 2000, com base na última versão do Censo Demográfico do IBGE.

Como mostra o Gráfico 1 a seguir, os dois municípios mais ricos da RMRJ – Rio de Janeiro e Niterói – apresentam os níveis mais altos de renda domiciliar per capita quando comparados aos outros municípios que integram a RMRJ. É importante mencionar que o município de Niterói apresentou uma renda domiciliar per capita de R\$ 1.126,54 (em Reais de 2003) ao passo que esta renda para o município do Rio de Janeiro foi de R\$ 831,59 (também em Reais de 2003)⁵.

⁵ É importante sublinhar que, no trabalho com o Censo Demográfico 2000, adotou-se outras linhas de pobreza e de extrema pobreza. As linhas foram de R\$ 120,00 e R\$ 60,00, respectivamente. Além disso, estes valores foram reajustados para Reais de 2003 e não para Reais de 2004 como no caso do tratamento das PNADs. Dadas estas diferenças metodológicas – além da diferença de serem duas pesquisas completamente diferentes na sua abrangência e representatividade – não é possível estabelecer comparações entre os indicadores gerados para os anos 1995-2004 e os indicadores gerados para os municípios que compõem a RMRJ em 2000.

Em decorrência da elevada renda domiciliar per capita, ambos os municípios (Niterói e Rio de Janeiro), observam os menores graus de pobreza e extrema pobreza em relação aos outros municípios da RMRJ, conforme aponta o Gráfico 2 a seguir. Por um lado, Niterói

apresentou, em 2000, um grau de pobreza e de extrema pobreza de 11,2% e 4,2%, respectivamente. Por outro lado, o Rio de Janeiro tinha em 2000, 14,7% da população vivendo sob condições de pobreza e 6,1% da população sob condições de extrema pobreza.



Dado que no Rio de Janeiro se concentravam, em 2000, aproximadamente 53% da população da RMRJ, o número de pessoas que viviam abaixo da linha de pobreza é o mais alto em relação aos outros municípios. Em termos absolutos, o município do Rio de Janeiro possuía cerca de 860 mil pessoas em condições de pobreza (ou 60% do total de pobres da RMRJ). Um dado ainda mais preocupante guarda relação com o número de pessoas que viviam abaixo da linha de extrema pobreza: em 2000, cerca de 360 mil pessoas encontravam-se nesta condição no município, o que representa cerca de 82% do total de pessoas que viviam em condições de extrema pobreza na RMRJ.

Apesar de possuírem as maiores rendas domiciliares per capita, assim como os menores graus de pobreza e extrema pobreza, os municípios de Niterói e do Rio de Janeiro quando comparados aos outros municípios que compõem a RMRJ, apresentam os maiores níveis de desigualdade.

É possível verificar que os municípios do Rio de Janeiro e Niterói apresentam os maiores valores tanto no que diz respeito ao Coeficiente de Gini (0,61 e 0,59, respectivamente) quanto em relação a razão entre a porcentagem da renda apropriada pelos 10% mais ricos e a porcentagem da renda apropriada pelos 40% mais pobres (26,4 e 24,4, respectivamente). Esta razão significa que no município do Rio de Janeiro, os 10% mais ricos da população apresentam um rendimento cerca de 26 vezes maior do que os 40% mais pobres, ao passo que em Niterói os 10% mais ricos ganham aproximadamente 24 vezes a mais do que os 40% mais pobres (Tabela A5 em anexo).

É possível identificar um grupo de seis municípios que possuem os menores graus de desigualdade quando comparados aos outros municípios da RMRJ, são eles: São João de Meriti (Coeficiente de Gini: 0,47), Tanguá, Nilópolis, Belford Roxo (sendo que

estes três municípios apresentam Coeficiente de Gini de 0,48), Queimados e São Gonçalo (ambos com Coeficiente de Gini de 0,49) (Tabela A5 em anexo).

As diferenças nos graus de pobreza e de extrema pobreza destes seis municípios são decorrentes do nível de renda domiciliar per capita. Com efeito, o Gráfico 1 revela que Tanguá, Belford Roxo e Queimados encontram-se no extremo esquerdo deste gráfico, com rendas domiciliares per capita em torno de R\$ 200,00 (em Reais de 2003).

O Gráfico 2 revela que, em 2000, o maior grau de pobreza e de extrema pobreza entre os municípios da RMRJ foram verificados em Japeri (42,4% e 21,1%, respectivamente). Em termos absolutos, na Tabela 3, dado que neste ano a população residente neste município era de aproximadamente 83 mil habitantes, estas porcentagens significam que, em Japeri no ano de 2000, existiam aproximadamente 35 mil pessoas vivendo em condições de pobreza e cerca de 17 mil pessoas situadas abaixo da linha de extrema pobreza.

Este município apresentou um cenário extremamente complexo que derivou no alto grau de pobreza e de extrema pobreza. Por um lado Japeri possui a pior renda domiciliar per capita (R\$ 218,86 em Reais de 2003) e um alto grau de desigualdade seja medido pelo coeficiente de Gini (0,52) ou pela razão 10+/40- (15,3). Finalmente, outro dado crítico, no caso de Japeri, é a apropriação de renda por cada décimo da distribuição (Tabela A6 em anexo). Com efeito, o primeiro décimo (ou os 10% mais pobres da distribuição de renda) se apropria de apenas 0,09% do total da renda.

Tabela 3: População localizada abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza nos municípios da RMRJ-2000

Municípios da RMRJ	População	Pessoas abaixo da linha:			
		Pobreza	%	Extrema Pobreza	%
Belford Roxo	434.474	141.404	32,5	64.928	14,9
Duque de Caxias	775.456	228.666	29,5	103.205	13,3
Guapimirim	37.952	11.334	29,9	4.085	10,8
Itaboraí	187.479	59.283	31,6	25.250	13,5
Itaguaí	82.003	23.848	29,1	9.847	12,0
Japeri	83.278	35.329	42,4	16.755	20,1
Magé	205.830	64.608	31,4	26.750	13,0
Mangaratiba	24.901	5.632	22,6	2.108	8,5
Maricá	76.737	16.851	22,0	5.993	7,8
Nilópolis	153.712	28.148	18,3	12.055	7,8
Niterói	459.451	51.339	11,2	19.421	4,2
Nova Iguaçu	920.599	255.429	27,7	109.634	11,9
Paracambi	40.475	9.043	22,3	3.265	8,1
Queimados	121.993	40.715	33,4	17.471	14,3
Rio de Janeiro	5.857.904	859.940	14,7	357.473	6,1
São Gonçalo	891.119	185.968	20,9	70.710	7,9
São João de Meriti	449.476	105.726	23,5	43.552	9,7
Seropédica	65.260	20.892	32,0	9.451	14,5
Tanguá	26.057	8.476	32,5	3.307	12,7

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano (2000).

* Linhas de pobreza e de extrema pobreza: R\$ 120,00 e R\$ 60,00, respectivamente. Em Reais de 2003.

Em **síntese**, a partir da análise explicitada nas páginas anteriores é possível identificar dentre os municípios que compõem a RMRJ quatro grupos diferentes. O primeiro grupo corresponde aos municípios de Niterói e Rio de Janeiro que apresentam as maiores rendas domiciliares per capita, quando comparados com outros municípios da região metropolitana. Apesar disto, estes municípios – em virtude dos altos níveis de desigualdade - apresentam significativos graus de pobreza e extrema pobreza.

O segundo grupo corresponde aos municípios de São João de Meriti, Tanguá, Nilópolis, Belford Roxo, Queimados e São Gonçalo. Este grupo de seis municípios, ao contrário do grupo anterior – composto por Niterói e Rio de Janeiro –, apresenta níveis de desigualdade relativamente baixos quando comparados com outros municípios da RMRJ. Portanto, os graus de pobreza e de extrema pobreza podem ser considerados

conseqüências do baixo nível de renda domiciliar per capita mais do que dos níveis de desigualdade.

O terceiro grupo – que corresponde aos dez municípios restantes da RMRJ com exceção de Japeri – possui níveis de renda domiciliar per capita e de desigualdade consideradas médias e, portanto, os seus graus de pobreza e de extrema pobreza são decorrentes destes fatores – renda domiciliar per capita e desigualdade.

Finalmente, o quarto grupo é composto por apenas um município, Japeri. Município no qual se constitui o pior cenário possível com a pior renda domiciliar per capita e um alto grau de desigualdade – principalmente no que diz respeito à porcentagem da renda apropriada pelo primeiro décimo da distribuição de renda. Este cenário coloca o município de Japeri com os mais altos graus de pobreza e de extrema pobreza.

2.2 Características e tendências demográficas das crianças e jovens

Esta seção se concentra em uma análise demográfica com o propósito de mostrar que as famílias com maior número de crianças são as mais vulneráveis em termos do nível de renda, tendências demográficas reforçadas por altas taxas de fertilidade.

No Brasil, a pobreza e a extrema pobreza estão concentradas na infância e na adolescência. Segundo o relatório da UNICEF "Situação Mundial da Infância 2005: Caderno Brasil", com base no Censo Demográfico 2000, o Brasil apresentava 33,5% da população total em famílias com renda per capita de até ½ salário mínimo, ao passo que entre as crianças e adolescentes, esta porcentagem sobe para 45%. Em termos absolutos, significa que mais de 27 milhões de crianças viviam em situação de pobreza em 2000.

No entanto, a presença da pobreza entre as crianças e os adolescentes varia segundo as regiões do país e grupos específicos. Na região Norte, segundo o relatório da UNICEF, o grau de pobreza alcança 60% das crianças e dos adolescentes, ao passo que na região Nordeste, esta porcentagem se aproxima de 70%.

Por outro lado, um grupo específico é mais vulnerável neste segmento da população. Com efeito, em 2003, praticamente metade das crianças brasileiras negras vivia em condições de pobreza, ao passo que este percentual era de apenas 25% no caso das

crianças brancas. Este último aspecto levantado pelo relatório da UNICEF mostra a necessidade de descrever algumas características e tendências demográficas que reforçam o argumento exposto por este relatório no que diz respeito à RMRJ.

A Tabela 4 a seguir mostra que na RMRJ quase 30% das crianças de 0 a 11 anos, 22,8% dos jovens 12 a 17 anos e 15,5% dos jovens de 18 a 24 anos viviam abaixo da linha da pobreza em 2000. Quanto aos municípios, Japeri se destaca com o maior número de crianças e jovens pobres e o Rio de Janeiro e Niterói com o menor número de crianças e jovens pobres.

T4

Tabela 4: Porcentagem de crianças e jovens abaixo da linha de pobreza nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo faixas etárias selecionadas - 2000

Em %

Municípios	0 a 11 anos	12 a 17 anos	18 a 24 anos
Região metropolitana	29,3	22,8	15,5
Belford Roxo	41,4	33,5	25,2
Duque de Caxias	38,9	31,6	21,8
Guapimirim	39,4	32,2	21,5
Itaboraí	40,7	33,3	24,7
Itaguaí	37,9	31,7	22,2
Japerí	51,9	42,5	32,9
Magé	40,4	32,3	24,2
Mangaratiba	31,1	22,3	19,6
Maricá	29,7	21,9	16,4
Nilópolis	25,6	20,4	13,6
Niterói	19,1	14,0	9,1
Nova Iguaçu	35,6	30,5	21,0
Paracambi	33,4	22,1	19,8
Queimados	40,6	34,5	24,8
Rio de Janeiro	23,7	17,7	11,7
São Gonçalo	28,8	22,7	15,7
São João de Meriti	30,3	26,1	17,1
Seropédica	41,0	33,1	25,1
Tanguá	40,5	29,9	26,1

Fonte: Estimativas obtidas a partir dos microdados da amostra do Censo 2000 (IBGE).

Nota: Linha de pobreza utilizada de R\$75,50, referente a 1/2 salário mínimo de agosto de 2000.

A região metropolitana do Rio de Janeiro

Com relação à composição etária da população por quintos de renda domiciliar per capita na RMRJ para o período 1995-2003, na Tabela 5 é possível verificar que, no primeiro quinto da distribuição de renda, durante todo o período sob análise, a maior porcentagem da população que pertence a este quinto, se concentra nas crianças com até 10 anos, em torno de 30%. Por outro lado, quando se observa o último quinto da distribuição de renda, ou seja, os 20% mais ricos da população da RMRJ, a maior

porcentagem de pessoas localizadas no último quinto da distribuição de renda se concentra na faixa etária de 24 anos ou mais de idade, variando de 71% em 1995 para 75% em 2003.

Três tendências podem ser extraídas a partir da análise dos dados dessa tabela. Em primeiro lugar, no período 1995 a 2003, a porcentagem de crianças com até 10 anos de idade decresceu consistentemente no que diz respeito ao quinto mais rico da distribuição de renda, passando de 9,5% em 1995 para 7,2% em 2003. Em segundo lugar, a evolução da participação dos adolescentes (entre 11 a 18 anos de idade) na estrutura etária no quinto mais pobre da distribuição, mostra uma consistente tendência de redução, passando de 20,1% em 1995 para 15,5% em 2003. Em terceiro lugar, no período que compreende os anos de 2001 e 2003, verifica-se uma moderada melhora no que diz respeito à

porcentagem de crianças com até 10 anos de idade localizadas no primeiro quinto da distribuição de renda, passando de 31,2% para 29,1%.

As implicações da descrição anterior dizem respeito à que a maior incidência de crianças no quinto mais pobre da distribuição de renda tem impacto negativo na renda domiciliar per

capita das suas famílias aumentando, assim, a probabilidade de serem pobres. Por outro lado e, relacionado com a última afirmação, o fato de que 3 de cada 4 pessoas – no quinto mais rico da distribuição – têm mais de 24 anos de idade mostra que, em sua grande maioria, os efeitos da pobreza e extrema pobreza se concentram nas crianças.

T5

Tabela 5: Composição etária por quintos de renda domiciliar per capita na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)

	Até 10 anos	11 a 18 anos	19 a 24 anos	24 e mais
1995				
1° quinto	28,9	20,1	8,8	42,1
2° quinto	19,3	17,7	10,2	52,8
3° quinto	15,3	14,9	12,0	57,8
4° quinto	12,6	13,5	10,8	63,1
5° quinto	9,5	10,3	8,8	71,4
1998				
1° quinto	28,6	17,5	8,8	45,1
2° quinto	19,4	17,7	10,4	52,5
3° quinto	16,0	15,0	11,2	57,8
4° quinto	12,6	10,6	10,4	66,4
5° quinto	9,9	9,2	8,3	72,6
2001				
1° quinto	31,2	16,1	9,5	43,2
2° quinto	22,1	16,4	11,5	50,0
3° quinto	15,3	13,0	11,9	59,7
4° quinto	11,1	10,9	12,4	65,7
5° quinto	8,1	9,3	8,7	73,9
2003				
1° quinto	29,1	15,5	9,0	46,3
2° quinto	20,4	16,2	10,9	52,5
3° quinto	11,7	13,0	10,9	64,4
4° quinto	10,5	9,2	11,4	68,9
5° quinto	7,2	8,0	9,7	75,1

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Uma outra forma de reforçar nosso argumento é através da análise da estrutura familiar. A Tabela 6 expressa a composição familiar por quintos de renda domiciliar per capita na RMRJ. De acordo com estes dados, verifica-se que, de uma maneira geral, durante o período sob análise, as maiores porcentagens de casais com dois ou mais filhos assim como de pessoas solteiras com dois ou mais filhos encontram-

se no primeiro quinto de renda domiciliar per capita. Por outro lado, as maiores porcentagens de casais sem filho ou de solteiros sem filhos estão localizados entre os 20% mais ricos da população da RMRJ.

T6						
Tabela 6: Composição Familiar por quintos de renda domiciliar per capita na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)						
Tipos de Família						
	Casal sem filho	Casal com 1 filho	Casal com 2 ou mais filhos	Solteiro sem filho	Solteiro com 1 filho	Solteiro com 2 ou mais filhos
1995						
Total	19,4	17,4	29,2	22,3	5,8	5,9
1º quinto	11,9	11,9	45,5	12,1	5,7	12,9
2º quinto	12,3	16,5	36,1	21,4	6,6	7,1
3º quinto	18,4	20,4	30,4	19,6	6,1	5,2
4º quinto	23,2	19,5	24,9	21,7	6,3	4,3
5º quinto	27,2	17,5	16,2	32,3	4,6	2,2
1998						
Total	20,8	18,3	26,6	23,1	5,3	5,9
1º quinto	11,1	12,3	40,5	15,6	6,3	14,1
2º quinto	13,2	18,8	32,9	21,5	5,2	8,3
3º quinto	20,2	22,0	30,7	16,6	5,3	5,3
4º quinto	26,4	21,0	19,8	24,3	5,3	3,1
5º quinto	28,4	16,6	15,7	32,7	4,9	1,8
2001						
Total	19,6	17,3	25,0	25,3	6,6	6,2
1º quinto	11,0	12,8	41,0	14,0	7,3	14,0
2º quinto	11,6	20,7	37,4	13,8	8,2	8,3
3º quinto	18,2	21,3	23,3	25,7	6,6	5,0
4º quinto	24,7	19,6	18,9	26,6	6,3	3,8
5º quinto	27,0	12,8	13,4	38,5	5,2	3,0
2003						
Total	21,4	18,1	21,2	27,3	6,8	5,3
1º quinto	11,8	16,7	37,7	15,2	6,6	11,9
2º quinto	15,1	21,0	32,7	12,5	9,4	9,3
3º quinto	21,1	18,4	19,0	31,2	7,1	3,3
4º quinto	25,9	20,5	13,9	30,4	6,2	3,0
5º quinto	28,2	14,5	11,0	38,9	5,4	2,0
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).						

Quando se analisa a evolução destes dados, três fatos merecem menção. Em primeiro lugar, apesar da porcentagem de casais com dois ou mais filhos estar sempre localizada no primeiro quinto de renda domiciliar per capita, verifica-se uma redução desta proporção em todos os anos analisados, passando de 45,5% em 1995 para 37,7% em 2001, com exceção do período entre 1998 e 2001, onde esta porcentagem sofreu um aumento de 0,5 ponto percentual – passando de 40,5% em 1998 para 41% em 2001 – e retomando a tendência de queda no período posterior: 2003.

Em segundo lugar, no que diz respeito às pessoas solteiras com dois ou mais de dois filhos, observa-se também um declínio, sendo que este declínio foi de apenas um ponto percentual, passando de 12,9% em 1995 para 11,9% em 2003.

Entretanto, duas tendências no que diz respeito à porcentagem de pessoas solteiras com dois ou mais filhos foram identificadas durante o período sob análise. A primeira foi verificada entre os anos de 1995 e 1998, onde se observou um aumento da porcentagem de pessoas solteiras com dois ou mais filhos, passando de 12,9% em 1995 para 14,1% em 1998. O segundo tipo de comportamento foi identificado nos anos de 1998 e 2001, onde esta porcentagem experimentou uma ligeira diminuição de apenas 0,1 ponto percentual, passando de 14,1% em 1998 para 14% em 2001.

Em terceiro lugar, se verifica um aumento na porcentagem de casais sem filhos no quinto mais rico da distribuição de renda. Porcentagem esta que passou de 27,2% em 1995, para 28,2% em 2003. No que diz respeito à porcentagem de solteiros sem filhos neste último quinto é possível observar que durante todos os anos analisados, sem exceção, houve um aumento desta porcentagem, passando de 32,3% em 1995 para 38,9% em 2003.

Desta forma, as tendências demográficas se reforçam no sentido de aumentar a desigualdade nas condições da estrutura familiar, entre pobres e ricos, seja através da maior porcentagem de crianças seja através da maior proporção de famílias com dois ou mais filhos no quinto mais pobre quando comparado com o quinto mais rico da distribuição de renda.

O cenário acima descrito preocupa ainda mais quando se arrisca desenhar tendências para o futuro. Com efeito, a Tabela 7 mostra os dados em relação à porcentagem de mulheres jovens com filhos nascidos vivos segundo os quintos da distribuição de renda⁶

Em todo o período sob análise, as maiores porcentagens de mulheres jovens tanto na faixa etária de 15 a 19 anos quanto na faixa etária de 20 a 24 anos se localizam nos dois primeiros quintos da distribuição de renda. Por outro lado, as menores porcentagens de mulheres jovens em todas as faixas etárias analisadas encontram-se entre os 20% mais ricos da RMRJ.

Em 2003, 56% das mulheres com idade entre 20 e 24 anos de idade pertencentes ao primeiro quinto da distribuição de renda tinham pelo menos um filho nascido vivo, ao passo que as mulheres nesta faixa etária que pertencem ao quinto mais rico da distribuição possuíam uma proporção cinco vezes inferior, apenas 11% das mesmas declararam ter pelo menos um filho nascido vivo.

Porém, deve-se sublinhar que quando se analisa esta porcentagem no período 1995-2003, se verifica uma diminuição substantiva somente entre 2001 e 2003, ao passo que entre 1995 e 2001 a porcentagem de mulheres, no primeiro quinto, entre 20 e 24 anos de idade com filhos nascidos vivos aumentou de 63,2% para 71,2%. Esta tendência também é a mesma para as mulheres entre 20 e 24 anos de idade no segundo quinto mais pobre da distribuição.

⁶ O presente trabalho se concentra na "Fertilidade" e não na "Gravidez" na medida em que a análise se concentra no número de filhos nascidos vivos e não no total de filhos nascidos (vivos e mortos)

Tabela 7: Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo os quintos da distribuição de renda na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)

	Faixa etária		
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 24 anos
1995			
1º quinto	18,3	63,2	37,0
2º quinto	11,7	41,0	24,9
3º quinto	6,7	33,3	20,1
4º quinto	8,5	22,7	15,8
5º quinto	1,6	14,3	8,3
1998			
1º quinto	20,7	63,6	39,0
2º quinto	13,7	45,0	27,2
3º quinto	10,9	33,8	20,3
4º quinto	9,4	26,5	19,4
5º quinto	1,6	12,3	6,9
2001			
1º quinto	22,1	71,2	45,8
2º quinto	10,6	54,4	32,1
3º quinto	9,8	31,8	21,4
4º quinto	8,3	30,1	20,5
5º quinto	0,9	13,2	7,2
2003			
1º quinto	18,1	56,0	36,1
2º quinto	13,3	46,8	29,4
3º quinto	6,0	37,5	21,4
4º quinto	5,2	21,4	14,8
5º quinto	1,0	11,2	7,2

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

No Brasil, a fertilidade precoce tem sido objeto de preocupação não somente entre os formuladores de políticas públicas. A fertilidade precoce tem-se mostrado como um determinante importante da pobreza e da desnutrição não apenas das meninas que são mães, mas também das crianças recém-nascidas, transformando-se assim em um problema de saúde pública. Desestruturação familiar, interrupção do processo educacional e a conseqüente redução de oportunidades de trabalho destas adolescentes são apenas alguns efeitos negativos – entre outros – da gravidez precoce.

Na RMRJ, em 2003, a porcentagem de meninas entre 15 e 19 anos de idade que declararam ter um ou mais de um filho vivo e que pertencem ao quinto mais pobre da distribuição é 18 vezes maior do que a porcentagem de meninas nesta mesma faixa etária com um ou mais filhos no quinto mais rico. Com efeito, esta porcentagem é de 18% e apenas 1%, respectivamente.

Em termos de tendência, esta porcentagem de meninas com pelo menos um filho no primeiro quinto manteve-se, praticamente, inalterada entre os anos de 1995 e 2003, em torno de 18%.

Este problema se agrava ao se verificar que aumentou a porcentagem de meninas, com filhos nascidos vivos, com idade entre 15 e 19 anos, localizada no segundo quinto mais pobre da distribuição de renda entre 1995 e 2003. Em 1995, 11,7% das meninas neste quinto tinham pelo menos um filho nascido vivo ao passo que em 2003 esta proporção subiu para 13,7%.

Simultaneamente, verifica-se uma redução significativa da porcentagem de meninas com idade entre 15 e 19 anos com filhos nascidos vivos nos dois quintos mais ricos da distribuição. No 4º quinto, esta porcentagem decresceu de 8,5% em 1995 para 5,2% em 2003; ao passo que no quinto mais rico da distribuição de renda esta porcentagem declinou de 1,6% em 1995 para 1% em 2003.

Os dados extraídos da Tabela 7 robustecem as tendências demográficas preocupantes

reveladas nas Tabelas 5 e 6: a sobre-representação das crianças e o maior número de filhos nas famílias que pertencem ao quinto mais pobre da distribuição agora se acrescenta o fenômeno da fertilidade precoce como exclusivo das meninas mais pobres da RMRJ.

A Tabela 8 a seguir apresenta a porcentagem de mulheres jovens entre 15 e 24 anos de idade com filhos nascidos vivos segundo a cor. No que diz respeito ao total de mulheres nesta faixa etária, verifica-se um aumento nesta proporção entre os anos de 1995 e 2001, passando de 21,9% em 1995 para 26,5% em 2001. Experimentando uma redução apenas em 2003, passando para 22,4%.

	Faixa etária		
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 24 anos
1995			
Não brancas	12,6	40,1	25,6
Branças	8,3	30,9	19,3
Total	10,1	34,7	21,9
1998			
Não brancas	14,6	41,2	26,1
Branças	10,5	34,1	21,8
Total	12,2	36,7	23,5
2001			
Não brancas	14,7	46,2	30,8
Branças	8,5	37,6	23,4
Total	11,1	41,1	26,5
2003			
Não brancas	15,5	41,5	28,7
Branças	5,5	29,2	18,2
Total	9,6	34,0	22,4

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

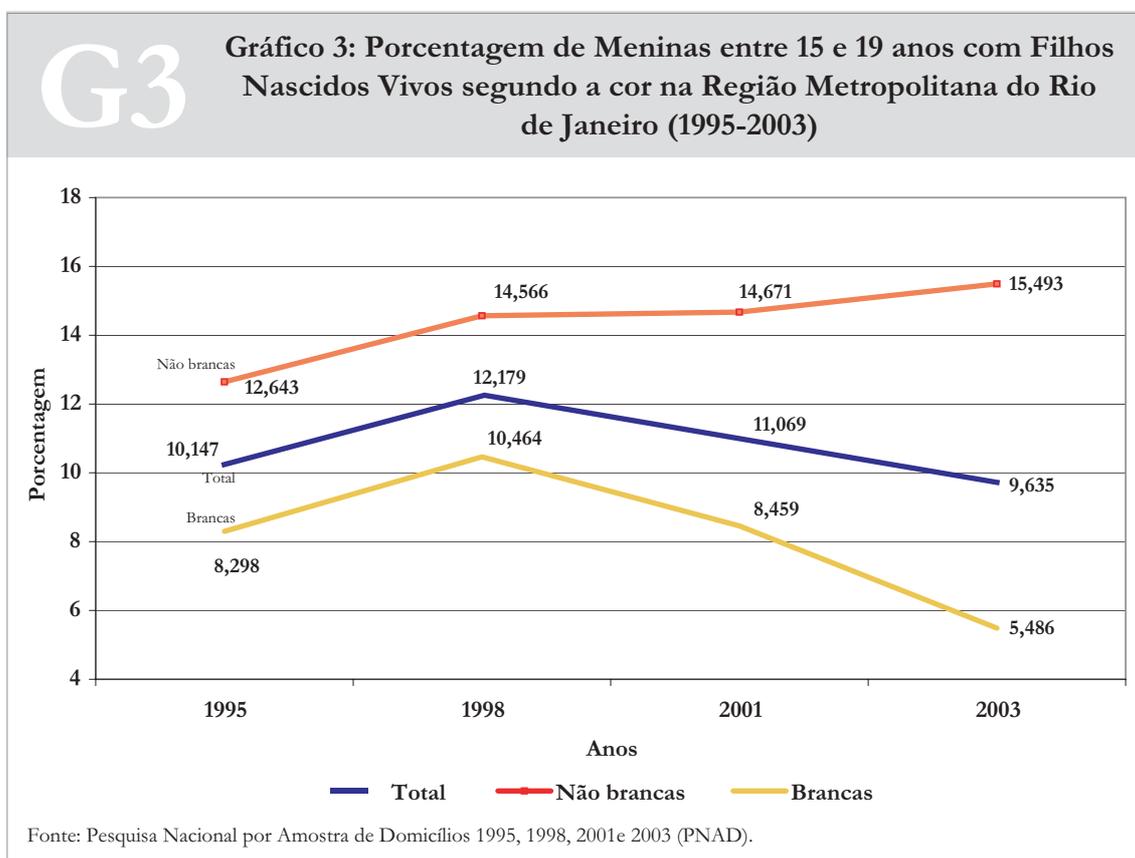
Desagregando a análise, aumentou a porcentagem de meninas com filhos nascidos vivos entre 15 e 19 anos no período de 1995 a 1998 – passando de 10,1% para 12,2%. Posteriormente, observa-se uma melhora entre 1998 e 2003, quando esta proporção diminuiu para 9,6%.

Esta tendência de aumento, também se verifica no Brasil. Segundo publicação do PNUD em 2004 – Atlas Racial – durante os anos 90, a fertilidade precoce entre as meninas não brancas tem aumentado mais do que a fertilidade das meninas brancas "Em 1991, a participação relativa da fecundidade das mulheres brancas entre 15 e 19 anos na fecundidade total era ligeiramente maior que a das negras (12,9% contra 12,3%). Já em 2000, a participação relativa da fecundidade na adolescência das negras (17,1%) ultrapassa a das brancas (15,6%)". O Relatório conclui: "Dado que as mulheres negras, de uma maneira geral, ainda têm uma fecundidade ligeiramente maior do que a das brancas e, a se manter a tendência geral observada no Brasil, isto é,

a de fecundidade cada vez mais precoce, pode-se esperar uma concentração maior, nos próximos anos, da fecundidade das adolescentes negras".

Pelos dados apresentados se comprova que a fecundidade precoce está presente, principalmente, em grupos vulneráveis como as mulheres não brancas. Analisando a porcentagem de mulheres jovens entre 15 e 24 anos segundo a cor três fatos merecem ser mencionados. Em primeiro lugar, durante todos os anos analisados, as maiores porcentagens de mulheres jovens com filhos nascidos vivos encontram-se entre as mulheres não brancas tanto no que diz respeito às meninas entre 15 e 19 anos quanto em relação às mulheres com idade entre 20 e 24 anos.

No que diz respeito à porcentagem de meninas entre 15 e 19 anos, é possível verificar a partir da análise do Gráfico 3, um aumento da porcentagem de meninas não brancas com filhos nascidos vivos, passando de 12,6% em 1995 para 15,5% em 2003.



Em segundo lugar, em relação à porcentagem total de meninas e de meninas brancas nesta faixa etária – de 15 a 19 anos – se observa que as duas porcentagens apresentam comportamentos semelhantes e diferente do comportamento das meninas não brancas – Gráfico 3. Estas porcentagens apresentam um aumento no período de 1995 a 1998 e, posteriormente, experimentam um declínio nos anos subsequentes sob análise.

Finalmente, deve-se ressaltar que a brecha entre as meninas brancas e não brancas na faixa etária entre 15 e 19 anos – no que diz respeito à gravidez precoce – tem aumentado devido a uma acentuada redução no grupo de meninas brancas no período sob análise (de 8,3% em 1995 para 5,5% em 2003). Esta última porcentagem – 5,5% - representa um terço da porcentagem das meninas não brancas que possuem filhos (15,5%).

Em **síntese**, a partir das características demográficas da RMRJ, três tendências podem configurar um quadro preocupante para as crianças e os jovens: a) este grupo concentra-se no quinto mais pobre da distribuição de renda; b) as famílias com dois ou mais filhos também estão localizadas entre os 20% mais pobres da população, e; c) a gravidez precoce também se concentra neste mesmo grupo. Além disso, deve-se acrescentar o fato de que as meninas não brancas possuem uma taxa de fecundidade significativamente mais alta do que as mulheres brancas na faixa etária de 15 a 19 anos.

Os municípios do RMRJ

Seguindo a lógica da seção anterior, os próximos parágrafos são dedicados a analisar os municípios que integram a RMRJ em relação às características demográficas. A Tabela A7 em anexo mostra a composição etária do primeiro (20% mais pobres) e do

último quinto (20% mais ricos) da distribuição de renda nos municípios que compõem a RMRJ para o ano de 2000.

De acordo com esta tabela verifica-se que as maiores porcentagens da população com até 10 anos de idade no primeiro quinto da distribuição de renda se concentram nos municípios de Japeri (34,7%), Seropédica (34,6%) e Guapimirim (34,5%). No outro extremo, cinco municípios possuem menos de 30% de crianças com até dez anos de idade no primeiro quinto: Niterói, Rio de Janeiro, Nilópolis, Maricá e São Gonçalo.

É importante ressaltar que Japeri e Seropédica encontram-se entre os municípios com maior grau de pobreza e de extrema pobreza, ao passo que Rio de Janeiro e Niterói são os municípios com menor grau de pobreza. Esta constatação permite afirmar que a pobreza na RMRJ está associada com o número de crianças no primeiro quinto da distribuição de renda.

No outro extremo da distribuição, Guapimirim e Tanguá são os municípios com maiores porcentagens de crianças com até 10 anos de idade no quinto mais rico: 13,9% e 13,6%, respectivamente. Sendo que Niterói e Rio de Janeiro possuem as menores porcentagens de crianças no último quinto da distribuição de renda: 7,8% e 8,1%, respectivamente.

As menores proporções de adultos com mais de 24 anos de idade no primeiro quinto se encontram em Guapimirim (37,5%) e, Itaguaí e Japeri ambos com 37,7%. Finalmente, as maiores proporções de adultos com mais de 24 anos de idade no quinto mais rico da distribuição se encontram no Rio de Janeiro (74,6%) e Niterói (74,2%).

Esses dados confirmam a relação entre os municípios com maior grau de pobreza e a porcentagem de crianças no primeiro quinto; ao passo que também se confirma o fato de os municípios com menor grau de pobreza possuírem maior proporção de adultos.

As Tabelas A8 e A9 expressam a composição familiar, no ano de 2000,

segundo os quintos da distribuição de renda nos municípios da RMRJ. Em relação à análise destes dados, quatro aspectos merecem serem sublinhados.

Em primeiro lugar, observa-se que a maior porcentagem de famílias corresponde às famílias formadas por casais com dois ou mais filhos. Estas porcentagens variam de 40,6% no município de Tanguá a 27,7% no município do Rio de Janeiro.

Em segundo lugar, a porcentagem de famílias compostas por solteiros com dois ou mais filhos é superior nos dois primeiros quintos de renda quando comparados com os outros quintos em todos os municípios que integram a RMRJ, com exceção de Niterói onde o terceiro quinto de renda apresenta uma porcentagem maior deste tipo de família quando comparado com o segundo quinto de renda (8,8% e 9,4%, respectivamente).

Em terceiro lugar, realizando o exercício de somar as porcentagens de famílias que são compostas por casais com dois ou mais filhos e solteiros com dois ou mais filhos nos dois primeiros quintos da distribuição de renda, verifica-se que estas porcentagens ultrapassam o valor de 50%. Com exceção do segundo quinto da distribuição de renda em três municípios, são eles: Niterói (42,2%), Rio de Janeiro (45,4%) e Nilópolis (49,3%). Se este mesmo exercício for realizado, mas, ao invés de considerar os dois primeiros quintos de renda considerar o último quinto de renda, o valor obtido não ultrapassará 30%, com exceção dos municípios de Tanguá (38,8%) e Japeri (30,5%).

Finalmente, em quarto lugar, realizando-se uma comparação da soma das porcentagens de famílias compostas por casais sem filhos e por solteiros sem filhos entre o primeiro e o quinto décimo da distribuição, é possível observar que a soma destas porcentagens no último quinto de renda per capita é mais do que o dobro do que esta mesma soma no primeiro quinto, com exceção de Japeri onde a soma destas porcentagens para o primeiro quinto é de 22,1%, ao passo que esta mesma soma no último quinto é de 37,2%.

O Gráfico A3 em anexo apresenta a porcentagem de mulheres que declararam, em 2000, ter pelo menos um filho nascido vivo nos municípios que compõem a RMRJ distribuídas em duas faixas etárias: entre 15 e 19 anos de idade e entre 20 e 24 anos de idade. Em relação à porcentagem de meninas com filhos nascidos vivos na faixa etária entre 15 e 19 anos, verifica-se que as mais altas proporções estão situadas nos municípios de Japeri (22,6%), Seropédica (19,4%) e Paracambi (19,3%). Por outro lado, as menores proporções de meninas com filhos nesta faixa etária estão nos municípios de Niterói (10%), Rio de Janeiro (12,4%) e São Gonçalo (13,7%).

No que diz respeito à porcentagem de mulheres com filhos nascidos vivos entre 20 e 24 anos, pode-se afirmar que as maiores porcentagens encontram-se nos municípios de Tanguá (58,1%), Japeri (56,5%) e São João de Meriti (54,7%). No outro extremo, verifica-se que as menores porcentagens de mulheres nesta faixa etária com filhos estão localizadas nos municípios de Nilópolis (39,1%), Rio de Janeiro (37,3%) e Niterói (29%).

Com o propósito de completar esta análise, a Tabela 9 apresenta – para 2000 – as porcentagens de mulheres entre 15 e 24 anos de idade com filhos nascidos vivos nos quintos mais pobre e mais rico da distribuição de renda dos 19 municípios que compõem a RMRJ. Para estabelecer alguma medida de desigualdade neste indicador nas últimas duas colunas apresenta-se a razão entre as duas porcentagens entre os dois quintos da distribuição, tanto para as meninas entre 15 e 19 anos de idade quanto para as mulheres entre 20 e 24 anos de idade.

No que diz respeito ao grupo de mulheres entre 20 e 24 anos de idade no primeiro quinto da distribuição, as porcentagens de mulheres que tinham pelos menos um filho oscilam entre 59% (Maricá) e 83% (Tanguá). No quinto mais rico da distribuição estas porcentagens variam entre 8,7% (Rio de Janeiro) e 46% (Japeri).

Em termos relativos – utilizando a razão entre o primeiro e o último quinto – tem-se que justamente em Japeri as mulheres do quinto mais pobre têm apenas 1,5 vezes mais filhos do que as mulheres do quinto mais rico; ao passo que a maior diferença se encontra em Niterói onde a porcentagem de mulheres com pelo menos um filho do quinto mais pobre é 13 vezes maior do que a porcentagem de mulheres com pelo menos um filho do quinto mais rico.

No caso da gravidez precoce (meninas entre 15 e 19 anos de idade com pelo menos um filho) do primeiro quinto da distribuição, tem-se que a maior porcentagem pertence à Paracambi onde 27,4% das meninas nessa faixa etária declararam ter pelo menos um filho vivo em 2000. Entre as meninas do quinto mais rico da distribuição, Guapimirim possui a maior porcentagem de meninas com filhos, 15,8%.

Mais uma vez, a razão entre o primeiro e último quinto da distribuição revela enormes diferenças em alguns municípios. Em Niterói a porcentagem de meninas com pelo menos um filho entre 15 e 19 anos de idade no primeiro quinto é 31,3 vezes maior do que a porcentagem de meninas com pelo menos um filho do último quinto na mesma faixa etária. Cabe sublinhar que neste município apenas 0,8% das meninas entre 15 e 19 anos de idade declararam ter pelo menos um filho vivo.

O quadro crítico na RMRJ das meninas entre 15 e 19 anos com pelo menos um filho no primeiro quinto da distribuição fica ainda mais evidente quando se compara com as mulheres com pelo menos um filho vivo do quinto mais rico na faixa etária entre 20 e 24 anos de idade. A razão da última coluna da Tabela 9 a seguir ilustra este fato: apenas em 8 municípios dos 19 a

T9

Tabela 9: Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo os quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)

Municípios da RMRJ	1º quinto	5º quinto	1º quinto	5º quinto	Razão entre o 1º e 5º Quintos		Razão entre o 1º Quinto (15 a 19 anos) e 5º Quinto (20 a 24 anos)
	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	15 a 19 anos	20 a 24 anos	
Belford Roxo	26,3	7,1	73,0	25,0	3,70	2,92	1,05
Duque de Caxias	24,1	5,4	70,2	25,3	4,46	2,77	0,95
Guapimirim	22,0	15,8	72,9	28,8	1,40	2,53	0,76
Itaboraí	22,4	3,6	79,4	27,8	6,27	2,85	0,80
Itaguaí	21,2	13,9	77,8	21,2	1,53	3,67	1,00
Japeri	22,3	11,6	71,0	46,0	1,93	1,54	0,49
Magé	22,6	5,1	72,2	32,1	4,41	2,25	0,70
Mangaratiba	26,9	5,5	60,1	14,3	4,88	4,20	1,88
Maricá	20,6	7,0	59,1	12,7	2,96	4,67	1,63
Nilópolis	22,0	2,2	61,3	23,1	10,09	2,65	0,95
Niterói	23,7	0,8	64,6	5,1	31,28	12,79	4,70
Nova Iguaçu	23,4	4,6	66,5	24,2	5,06	2,75	0,97
Paracambi	27,4	4,4	76,5	17,2	6,23	4,45	1,60
Queimados	26,9	7,6	65,6	26,6	3,54	2,47	1,01
Rio de Janeiro	24,1	1,4	67,5	8,7	17,44	7,73	2,76
São Gonçalo	22,4	3,0	68,4	17,8	7,53	3,84	1,26
São João de Meriti	20,9	7,1	66,3	20,6	2,94	3,22	1,01
Seropédica	23,0	3,6	72,3	22,5	6,32	3,21	1,02
Tanguá	25,8	6,5	82,7	29,7	3,94	2,78	0,87

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

porcentagem de meninas com filhos entre 15 e 19 anos do quinto mais pobre é menor (inferior a 1) do que a porcentagem de mulheres com filhos entre 20 e 24 anos do quinto mais rico: Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Mage, Nilópolis, Nova Iguaçu e Tanguá.

No caso dos municípios de Rio de Janeiro e Niterói a situação é tão delicada que as meninas entre 15 e 19 anos do quinto mais pobre possuem uma porcentagem de 2,8 e 4,7 vezes maior do que a porcentagem das mulheres entre 20 e 24 anos de quinto mais rico, respectivamente.

Para 2000, a porcentagem de mulheres entre 15 e 24 anos de idade que possuem pelo menos um filho vivo segundo a cor para todos os municípios da RMRJ. Dos 19 municípios que fazem parte da RMRJ, em 15 municípios as jovens não brancas possuem uma maior porcentagem do que as jovens brancas. Porém as jovens não brancas apresentam uma diferença significativa nesta porcentagem apenas em três municípios: Nilópolis, Niterói e o Rio de Janeiro; sendo que em Niterói encontra-se o maior diferencial já que as jovens não brancas entre 15 e 24 anos de idade, que possuíam pelo menos um filho vivo, foi de aproximadamente 32%, ao passo que esta porcentagem entre as jovens brancas foi de 14% (ver Tabela A10 em anexo)

Por outro lado, existem quatro municípios nos quais as jovens brancas, entre 15 e 24 anos, possuíam – em 2000 – uma porcentagem maior em relação às jovens não brancas: Guapimirim, Japeri, Mangaratiba e Queimados.

O padrão acima descrito é válido também para as meninas entre 15 e 19 anos de idade com a única diferença de que o município de Tanguá passa – nesta faixa etária – a ter uma porcentagem maior de meninas com pelo menos um filho entre as brancas em relação às meninas não brancas.

A desagregação dos dados para cada município permite estabelecer que o diferencial por cor verificado quando se

analisa a RMRJ como um todo, deve-se principalmente ao maior peso demográfico de municípios como Niterói e o Rio de Janeiro nos quais a diferença entre a porcentagem de meninas não brancas que possuíam pelo menos um filho em relação às meninas brancas é realmente significativa.

2.3 Condições Educacionais de Crianças e Jovens

Nos anos 90 as condições educacionais da população em geral e das crianças em particular têm mostrado avanços significativos no que diz respeito ao acesso à educação fundamental. Em 1992, no Brasil, 82% das crianças entre 7 e 14 anos de idade freqüentavam a escola, ao passo que em 2004 esta porcentagem era de 95%. Segundo dados extraídos do Censo Escolar do MEC/INEP em 2002, o Ensino Fundamental possuía, neste ano, mais de 35 milhões. Em conseqüência, seja pelo número de matrículas ou pela freqüência ao Ensino Fundamental, o acesso está praticamente universalizado para as crianças

entre 7 e 14 anos.

No entanto, apesar de verificar-se avanços, ainda se encontra dificuldades no que diz respeito às crianças que freqüentam a creche e a pré-escola (crianças entre 0 e 6 anos de idade) na RMRJ, conforme pode-se observar na Tabela 10.

Em 2003, apenas 42,4% das crianças nesta faixa etária freqüentavam a pré-escola. Em 1995 esta porcentagem – na RMRJ – era de 36%. A comparação desta taxa entre ambos os anos, 1995 e 2003, evidencia um progresso modesto no período sob análise.

	T10 Tabela 10: Taxa de freqüência à pré-escola e ensino médio na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo, cor e quintos da distribuição de renda (1995-2003)							
	0 a 6 anos				15 a 18 anos			
	1995	1998	2001	2003	1995	1998	2001	2003
Total	36,0	37,2	39,5	42,4	70,4	77,0	80,9	82,2
Homem	38,3	36,7	39,4	43,4	67,0	77,4	82,3	82,1
Mulher	33,5	37,8	39,6	41,4	73,9	76,6	79,5	82,3
Não branco	28,9	30,9	36,7	38,1	64,9	70,5	76,0	74,3
Branco	41,2	41,8	41,7	46,7	75,1	81,7	84,7	88,5
1º quinto	27,1	26,5	31,0	32,1	55,5	69,8	70,0	70,2
2º quinto	30,7	33,0	34,1	40,5	64,4	68,9	81,0	81,2
3º quinto	37,1	39,5	43,2	48,3	71,7	77,5	76,5	80,1
4º quinto	42,4	51,7	48,7	55,7	77,0	84,2	89,4	90,2
5º quinto	64,3	56,4	68,2	58,7	95,7	93,7	92,5	96,8

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

O acesso à pré-escola revela desigualdades significativas segundo a cor. Em 1995, apenas 29% das crianças não brancas freqüentavam a pré-escola ao passo que esta porcentagem entre as crianças brancas era de 41,2%. Em 2003, a diferença tem diminuído, mas apenas 38% das crianças não brancas freqüentavam a pré-escola.

Por outro lado, também se verificam desigualdades na taxa de freqüência à pré-escola por faixas da distribuição de renda. Em 1995, somente 27% das crianças entre 0 e 6 anos do primeiro quinto da distribuição freqüentavam a pré-escola, ao passo que 64,3% das crianças do quinto mais rico tinham acesso à pré-escola. Em 2003, esta diferença diminuiu ligeiramente devido a uma redução da taxa entre as crianças mais ricas e uma moderada melhora entre as crianças mais pobres. Porém, em 2003, a taxa de freqüência das crianças mais ricas era quase duas vezes maior do que a taxa das crianças mais pobres na RMRJ.

No outro extremo do sistema educacional básico – o Ensino Médio – é possível também verificar avanços na taxa de freqüência dos jovens entre 15 e 18 anos de idade no período 1995-2003. Em 1995 70,4% dos jovens nessa faixa etária freqüentavam o ensino médio ao passo que em 2003 esta porcentagem foi de 82,2% que, em termos absolutos representa aproximadamente 750 mil jovens.

Quando se analisa a taxa de freqüência por cor existem diferenças entre os jovens não brancos e brancos apesar de ambos os grupos terem realizado progressos durante o período sob análise. Com efeito, em 1995, 65% dos jovens não brancos freqüentavam a escola, ao passo que esta porcentagem para os jovens brancos era de 75%. Em 2003 estas porcentagens foram de 74,3% e 88,5%, respectivamente.

No entanto, diferenças significativas também se verificam entre os jovens mais pobres e mais ricos da distribuição de renda. Em 1995, 55,5% dos jovens entre 15 e 18

anos no primeiro quinto da distribuição de renda freqüentavam a escola, esta porcentagem aumentou em 15 pontos percentuais (70,2%). Ao passo que no caso dos jovens do quinto mais rico o acesso tem-se praticamente universalizado desde 1995.

Os Gráficos A4 e A5 em anexo apresentam a taxa de freqüência ao ensino superior dos jovens entre 19 e 24 anos de idade segundo os recortes de gênero e cor e por quintos da distribuição de renda. É possível verificar que a taxa de freqüência dos jovens nesta faixa etária aumentou em 10 pontos percentuais durante o período sob análise (de 26% em 1995 para 36% em 2003).

No caso da taxa de freqüência por gênero, tem-se que, apenas em 1995, a taxa de freqüência ao ensino superior das mulheres é superior à dos homens; posteriormente esta tendência se inverte a partir de 1998. Em 2003, estas taxas de freqüência ao ensino superior são 38% e 35,8% para os homens e mulheres, respectivamente. No que diz respeito às taxas de freqüência ao ensino superior para os jovens brancos e não brancos verifica-se uma estabilidade entre ambos os grupos ao longo do período 1995-2003 (Gráfico A4).

Duas tendências importantes merecem ser sublinhadas na análise do Gráfico A5. Em primeiro lugar, a significativa diferença entre a taxa de freqüência dos jovens que pertencem ao quinto mais rico da distribuição de renda em relação aos outros quintos mais pobres. Em 1995, praticamente 50% dos jovens situados no primeiro quinto da distribuição freqüentavam o ensino superior, ao passo que, em 2003, esta porcentagem passou para 62,5%. No caso do quinto mais pobre da distribuição, tem-se que, em 1995, a taxa de freqüência ao ensino superior era inferior a 20%, ao passo que, em 2003, esta porcentagem era praticamente 30%. Isto significa que, em 2003, a freqüência ao ensino superior dos jovens mais ricos era

duas vezes maior quando comparada com os jovens mais pobres. Em segundo lugar, a partir de 1998, verifica-se que a taxa de frequência ao ensino superior dos jovens localizados no segundo quinto da distribuição é inferior à taxa de frequência dos jovens situados no quinto mais pobre da distribuição de renda.

Apesar de que nos últimos 10 anos tem-se verificado um progresso significativo no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional – em todos os seus níveis – o fluxo ao longo deste sistema revela sérios problemas em relação à qualidade da educação. A Tabela 11 apresenta a evolução da proporção de crianças e adolescentes que não concluíram o nível educacional ideal segundo o gênero, a cor e os quintos da distribuição de renda. Por outro lado, a série de Gráficos A6-A9 mostra a mesma dimensão do atraso escolar, mas, desde a ótica da diferença entre a escolaridade média – mensurada em anos de estudo – e a escolaridade ideal.

Em 1995, 72% da população entre 9 e 18 anos de idade não se encontravam no nível educacional ideal. Esta porcentagem também apresentou valor alto para os homens (75,4%), não brancos (82,3%) e no

primeiro quinto da distribuição de renda (83,8%). Apesar da verificação de progressos substantivos tem-se que, em 2003, ainda 58,6% dos jovens entre 9 e 18 anos de idade não se encontravam no nível educacional ideal. Por outro lado, 63,6% dos homens, 68,4% dos não brancos e 69% dos jovens mais pobres ainda não concluíram o nível educacional ideal na RMRJ.

A maior desigualdade entre os diversos grupos analisados – no que diz respeito ao nível educacional ideal – se encontra entre os jovens de 9 a 18 anos de idade do quinto mais pobre da distribuição e o quinto mais rico. A porcentagem de jovens que não se encontrava no nível educacional ideal no primeiro quinto da distribuição de renda era duas vezes maior quando comparada com os jovens situados entre os 20% mais ricos da população da RMRJ.

Da série de gráficos A6-A9 em anexo deve-se destacar o progresso na redução do hiato entre a escolaridade média e a escolaridade média ideal no período 1995-2003 expressa no Gráfico A6 e a diferença significativa entre jovens de 7 a 20 anos de idade entre o primeiro e o último quinto da distribuição de renda no Gráfico A9.

T11

Tabela 11: Porcentagem de Crianças entre 9 e 18 anos que não concluíram o nível educacional ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995-2003)

	1995	1998	2001	2003
Total	71,69	67,58	62,81	58,57
Homem	75,37	70,94	66,82	63,57
Mulher	67,78	64,20	58,63	53,43
Não branco	82,32	77,50	73,11	68,37
Branco	62,89	59,99	54,60	50,07
1º quinto	83,76	79,80	75,10	69,09
2º quinto	77,54	77,58	69,84	67,06
3º quinto	72,13	66,92	64,55	59,24
4º quinto	62,84	53,05	49,58	44,50
5º quinto	47,47	41,67	39,06	32,36

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

A Tabela 12 mostra a porcentagem de jovens entre 10 e 24 anos de idade com mais de dois anos de atraso em relação à escolaridade ideal na RMRJ. É imprescindível mencionar que este indicador revela uma condição de extrema precariedade no que diz respeito à qualidade da educação.

Em 1995, 4 de cada 10 jovens na RMRJ apresentavam um atraso escolar superior a dois anos, apesar de evidenciar progressos na redução desta porcentagem, em 2003, ainda 24% dos alunos apresentavam mais de 2 anos de atraso. Confirmando as diferenças por gênero e por cor, cabe simplesmente mencionar a extrema desigualdade no desempenho dos jovens do quinto mais pobre da distribuição em relação aos jovens localizados entre os 20% mais ricos da população da RMRJ. Com efeito, em 2003, 35% dos jovens do primeiro quinto apresentavam um atraso superior a 2 anos, ao passo que esta porcentagem era seis vezes inferior no caso dos jovens situados no quinto mais rico (6%).

A breve análise descritiva sobre as condições educacionais das crianças e jovens da RMRJ, demonstra de forma robusta que um dos problemas mais urgentes desta população diz respeito à necessidade de redobrar e articular esforços

na melhora de qualidade da educação.

No entanto, outra causa determinante do baixo nível educacional desta população pode-se encontrar na evasão escolar. A questão aqui é descobrir se os jovens evadiram a escola por motivos de insuficiência de renda e, isto faria com que os mesmos entrassem precocemente ao mercado de trabalho (ocupados ou procurando trabalho); ou – uma situação ainda mais preocupante – se os jovens não frequentam a escola, mas, também não estão procurando emprego ou não trabalham. Neste sentido, uma forma de mensurar este fenômeno é apresentada nas Tabelas 13 e 14.

Na Tabela 13, as porcentagens para a população entre 10 e 14 anos de idade – tanto em 1995 quanto em 2003 – revelam uma situação esperada, já que mais de 90% das crianças nesta faixa etária frequentavam a escola, mas, não estavam inseridas no mercado de trabalho; ao passo que menos de 5% frequentavam a escola e estavam inseridas no mercado de trabalho. O indicador mais preocupante revela uma melhora entre os anos de 1995 e 2003 devido a que, em 1995, cerca de 5% das crianças nesta faixa etária não trabalhavam e não frequentavam a escola, ao passo que, em 2003, esta porcentagem alcançou 2%.

T12

Tabela 12: Porcentagem da população entre 10 e 24 anos com mais de 2 anos de atraso escolar em relação à escolaridade ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995 2003)

	Taxa de atraso escolar			
	1995	1998	2001	2003
Total	42,4	36,3	29,1	23,7
Homem	47,7	39,3	33,5	28,5
Mulher	36,4	33,2	24,2	18,9
Não branco	54,2	46,2	39,6	30,8
Branco	32,6	28,2	21,1	17,1
1º quinto	61,6	53,2	44,6	35,0
2º quinto	44,3	43,5	34,2	24,8
3º quinto	41,3	28,8	25,1	24,5
4º quinto	27,7	21,8	15,9	9,8
5º quinto	15,1	8,6	7,3	6,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Tabela 13: Evolução da situação escolar e inserção no mercado e trabalho dos adolescentes e jovens entre 10 e 24 anos de idade segundo o gênero e a cor na RMRJ (1995-2003)

	1995			2003		
	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos
Total						
Freqüenta a escola e trabalha ou procura trabalho	4,00	16,39	15,72	2,71	17,72	21,38
Freqüenta a escola mas não trabalha e não procura trabalho	90,49	54,02	10,30	95,16	64,57	15,50
Não freqüenta a escola mas trabalha ou procura trabalho	0,67	17,14	56,80	0,08	8,95	49,51
Não freqüenta a escola, não trabalha e não procura trabalho	4,85	12,44	17,18	2,05	8,77	13,60
Homem						
Freqüenta a escola e trabalha ou procura trabalho	5,94	17,97	15,96	3,44	20,70	24,26
Freqüenta a escola mas não trabalha e não procura trabalho	89,03	49,04	6,84	94,26	61,54	13,79
Não freqüenta a escola mas trabalha ou procura trabalho	0,91	23,71	70,47	0,16	10,99	57,55
Não freqüenta a escola, não trabalha e não procura trabalho	4,11	9,28	6,73	2,13	6,78	4,40
Mulher						
Freqüenta a escola e trabalha ou procura trabalho	1,80	14,78	15,49	1,97	14,75	18,68
Freqüenta a escola mas não trabalha e não procura trabalho	92,14	59,13	13,63	96,06	67,58	17,11
Não freqüenta a escola mas trabalha ou procura trabalho	0,39	10,41	43,63	0,00	6,92	41,95
Não freqüenta a escola, não trabalha e não procura trabalho	5,67	15,69	27,25	1,97	10,75	22,26
Não branco						
Freqüenta a escola e trabalha ou procura trabalho	4,85	17,07	12,78	3,57	19,96	19,81
Freqüenta a escola mas não trabalha e não procura trabalho	87,21	47,81	7,25	93,37	54,53	10,18
Não freqüenta a escola mas trabalha ou procura trabalho	1,08	21,79	60,47	0,00	12,76	55,02
Não freqüenta a escola, não trabalha e não procura trabalho	6,86	13,33	19,50	3,06	12,76	14,99
Branco						
Freqüenta a escola e trabalha ou procura trabalho	3,30	15,82	17,90	1,90	15,93	22,52
Freqüenta a escola mas não trabalha e não procura trabalho	93,17	59,29	12,55	96,83	72,58	19,35
Não freqüenta a escola mas trabalha ou procura trabalho	0,33	13,20	54,09	0,16	5,91	45,54
Não freqüenta a escola, não trabalha e não procura trabalho	3,19	11,69	15,47	1,11	5,58	12,60

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Na faixa etária entre 15 e 18 anos de idade, a situação econômica e a melhoria do acesso à educação fizeram com que aumentasse a porcentagem de jovens que freqüentavam a escola, mas, que estavam inseridos no mercado de trabalho (16,4% em 1995 e 17,7% em 2003). Esta substantiva melhora no acesso a educação, no entanto, permitiu que a porcentagem de jovens entre 15 e 18 anos de idade que freqüentavam a escola, mas, não estavam inseridos no mercado de trabalho aumentasse de 54% - em 1995 – para 64,6% - em 2003.

É importante mencionar que no mesmo período as porcentagens dos que não freqüentavam a escola – seja devido à inserção no mercado de trabalho, seja porque está completamente ocioso – têm diminuído significativamente. Desta forma, a hipótese de que o baixo grau de escolaridade está diretamente relacionado com a inserção no mercado de trabalho ou com o tempo ocioso deve ser cuidadosamente qualificada.

Um dado extremamente positivo diz respeito ao grupo de jovens entre 19 e 24 anos. Este grupo – de 19 a 24 anos – mostra a mesma tendência verificada no grupo de 15 a 18 anos: aumento da freqüência à escola e diminuição dos jovens que estão em completo ócio. Deve-se lembrar que uma parte significativa deste grupo – de 19 a 24 anos – já possui suas próprias famílias, fato este que mostra o enorme esforço destes jovens para se qualificar e, que, possivelmente, nos próximos anos, terá impacto no nível educacional da população em geral.

Da análise dos dados, se detecta uma diferença preocupante por gênero, principalmente, na faixa etária entre 19 e 24 anos de idade. Com efeito, tanto em 1995 quanto em 2003, a porcentagem de mulheres jovens que não estudavam e não estavam inseridas no mercado de trabalho supera 20%, ao passo que, esta mesma porcentagem entre os homens não atinge 5% em 2003. Uma das causas possíveis para esta diferença pode ser identificada na gravidez precoce, onde as mulheres deixam de freqüentar a escola para se dedicarem aos filhos e a família, no entanto,

se faz necessário mais estudos sobre o tema e, principalmente, sobre esta relação.

Os municípios da RMRJ

Na Tabela 14 pode-se observar a desagregação da RMRJ em seus municípios permite identificar algumas tendências e heterogeneidades relevantes no que diz respeito às condições educacionais das crianças e jovens.

Em 2000, a taxa de freqüência à escola das crianças entre 0 e 6 anos de idade mostra que em quatro municípios menos de 30% das crianças nesta faixa etária tinham acesso a este serviço: Magé (27,4%), Japeri (28,6%), Tanguá (28,8%) e Guapimirim (29,8%). Niterói é o município com a maior porcentagem de crianças entre 0 e 6 anos que freqüentavam a escola (53%), seguido de Mangaratiba (46%), Rio de Janeiro (43,3%) e Paracambi (42,8%). O fato de o melhor município ter uma cobertura de aproximadamente 50% confirma o sério déficit de pré-escolas e creches em toda a RMRJ.

Por outro lado, é possível verificar uma maior homogeneidade entre os municípios que compõem a RMRJ na taxa de freqüência escolar dos jovens entre 15 e 18 anos, sendo que Niterói, Paracambi e Nilópolis possuíam uma taxa de freqüência escolar deste grupo superior a 80%. Porém, as diferenças entre os jovens brancos e não brancos, com idade entre 15 e 18 anos, no que diz respeito a taxa de freqüência escolar, eram muito significativas em Tanguá, Niterói e Maricá (20, 14 e 12 pontos percentuais de diferença em favor dos jovens brancos, respectivamente). Somente em Queimados e Nilópolis os jovens não brancos possuíam uma taxa de freqüência escolar ligeiramente superior aos jovens brancos.

Tabela 14: Taxa de Frequência à pré-escola e ao ensino médio nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo e cor (2000)

Municípios RMRJ	Total		Sexo				Cor			
			Homem		Mulher		Não Branco		Branco	
	0 a 6	15 a 18	0 a 6	15 a 18	0 a 6	15 a 18	0 a 6	15 a 18	0 a 6	15 a 18
Belford Roxo	32,3	69,8	32,6	71,1	31,9	68,4	31,9	69,5	32,8	70,3
Duque de Caxias	32,3	70,1	32,2	70,7	32,4	69,4	31,3	68,9	33,6	71,8
Guapimirim	29,8	65,0	31,1	65,8	28,4	64,2	28,3	62,9	31,4	67,4
Itaboraí	32,5	69,3	32,5	68,0	32,6	70,5	29,8	67,4	36,0	71,8
Itaguaí	35,3	72,6	35,9	72,9	34,7	72,2	33,8	72,7	36,7	72,4
Japeri	28,6	68,2	29,0	69,6	28,2	66,9	27,0	67,9	31,6	69,3
Magé	27,4	71,5	27,6	72,6	27,2	70,2	25,5	69,8	29,8	73,9
Mangaratiba	45,9	80,7	45,0	79,7	46,9	81,6	52,0	81,1	41,8	80,3
Marica	36,9	73,8	37,1	73,8	36,7	73,9	32,7	67,4	39,7	79,2
Nilópolis	40,7	80,2	41,1	81,8	40,2	78,6	40,9	81,4	40,4	78,7
Niterói	53,1	84,3	52,5	85,6	53,8	83,1	47,6	75,0	56,3	88,8
Nova Iguaçu	33,8	72,7	33,5	74,5	34,2	70,8	32,2	71,4	35,8	74,4
Paracambi	42,8	84,2	40,2	85,9	45,5	82,4	44,0	84,0	41,9	84,4
Queimados	30,0	70,3	29,2	70,0	30,8	70,7	28,6	70,9	32,2	69,4
Rio de Janeiro	43,3	79,5	43,5	80,8	43,1	78,2	41,1	75,3	45,0	83,1
São Gonçalo	42,1	76,5	42,1	76,5	42,1	76,4	40,0	74,3	43,8	78,5
São João de Meriti	34,6	74,0	34,0	75,2	35,1	72,8	33,2	72,4	36,3	76,7
Seropédica	31,2	73,8	29,8	75,0	32,7	72,5	32,4	70,2	30,2	78,3
Tanguá	28,8	66,3	29,4	65,0	28,1	67,9	26,7	58,3	31,3	78,7

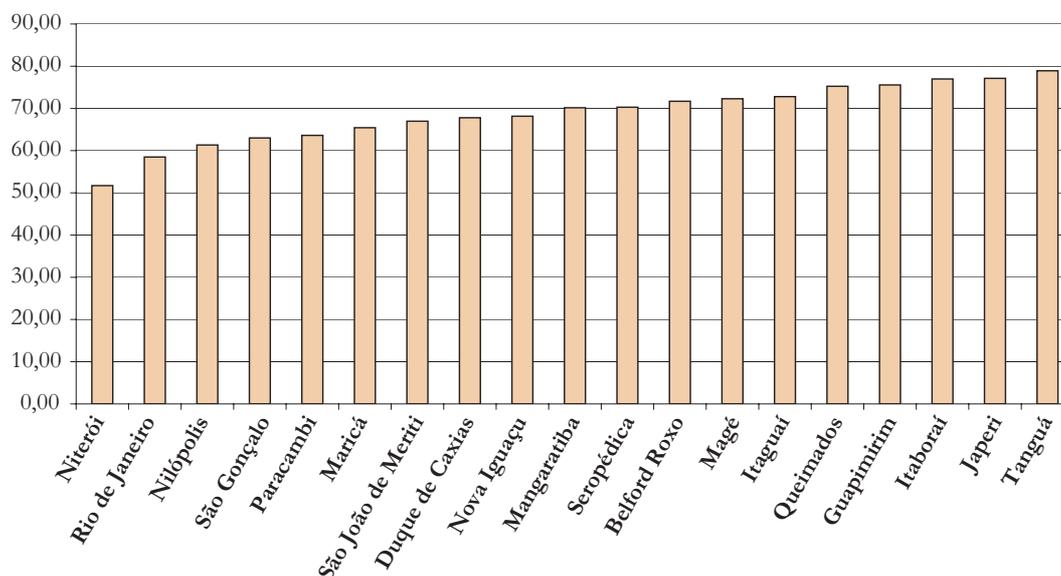
Fonte: Censo Demográfico de 2000.

A Tabela A11 em anexo apresenta a taxa de frequência ao ensino superior dos jovens entre 19 e 24 anos de idade. Guapimirim e Tanguá possuíam as menores taxas de frequência (em torno de 20%), ao passo que Niterói possui a maior (47%). Um fato de extrema relevância é que, em 2000, em todos os municípios que compõem a RMRJ, a desigualdade significativa - em termos relativos - era a de renda e não as desigualdades de cor ou gênero como revelam as últimas três colunas da Tabela A11, com exceção de Japeri.

Quando se observam alguns indicadores de resultado educacional, pode-se afirmar que o grupo de municípios que apresentou os piores indicadores de acesso (mensurado pelas taxas de frequência escolar) é o mesmo grupo que apresenta um quadro complexo em termos da porcentagem de crianças e adolescentes que não concluíram o nível educacional ideal. Conforme o

Gráfico 4 a seguir, em Guapimirim, Itaboraí, Japeri e Tanguá a porcentagem de crianças e adolescentes entre 9 e 18 anos de idade que não concluíram o nível ideal supera 75%. Mais uma vez, Niterói e o Rio de Janeiro apresentam as menores porcentagens de crianças e adolescentes que não concluíram o nível educacional ideal, 52% e 58%, respectivamente.

Gráfico 4: Proporção da população entre 9 e 18 anos que não concluíram o nível educacional ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)



Fonte: Censo Demográfico 2000

Com lógica semelhante à da Tabela A11, as razões entre os diferentes grupos de comparação na Tabela A12 expressam uma forma de identificar quais são as diferenças mais significativas na porcentagem de pessoas que não concluíram o nível educacional ideal. Quanto maior a distância da unidade maior é a diferença. Mais uma vez, as diferenças de renda neste indicador são muito mais significativas do que as diferenças de cor e de gênero para todos os municípios da RMRJ.

Finalmente o último indicador de resultado apresentado no presente relatório é a escolaridade média. O Gráfico A10 e a Tabela A13 em anexo apresentam a escolaridade média das crianças e jovens entre 12 e 20 anos de idade para os municípios da RMRJ em 2000. Niterói e o Rio de Janeiro apresentam as maiores escolaridades entre todos os municípios para todas as faixas etárias, sendo que na medida em que aumenta a idade, aumentam as diferenças entre estes dois municípios e o resto dos municípios da RMRJ.

Quando se analisa a escolaridade média por grupos de comparação tem-se que nas faixas etárias 12, 15 e 18 anos de idade, em todos os municípios da RMRJ as mulheres e os brancos possuíam uma maior escolaridade do que os homens e os brancos em 2000. Este padrão é idêntico também na faixa etária de 20 anos, com exceção de Guapimirim e Paracambi, municípios onde a escolaridade média dos homens é maior do que as mulheres, e Itaguaí onde a escolaridade dos jovens não brancos é maior do que a dos jovens brancos.

2.4 Condições de Mercado de Trabalho dos Adolescentes e Jovens

Com o objetivo de analisar as condições do mercado de trabalho dos jovens na RMRJ essa seção apresenta dados sobre a taxa de participação, a porcentagem de ocupados, a taxa de desemprego, a distribuição do emprego por posição na ocupação e o salário médio no trabalho principal.

A taxa de participação no mercado de trabalho é a razão entre, por um lado, o número de ocupados mais o número de desempregados (População Economicamente Ativa - PEA) e, por outro lado, a População em Idade Ativa (PIA). A PIA é um conceito demográfico já que são todas as pessoas com mais de 10 anos de idade e que na Tabela A14 em anexo está dividida por faixas etárias. A População Economicamente Ativa está composta por aqueles que se encontram ocupados e pelas pessoas que procuram um emprego de forma ativa.

Entre 1995 e 2003, a taxa de participação total tem aumentado ligeiramente – de 54,6% para 55,7% – devido a taxa de crescimento da PEA que foi ligeiramente superior à taxa de crescimento das pessoas com mais de 10 anos de idade (PIA). No entanto, quando se analisa esta taxa de participação por faixas etárias da população, se verifica que – entre 1995 e

2003 – nos grupos 10 a 14 anos e 15 a 18 anos de idade estas taxas diminuíram (de 4,7% para 2,8% e de 35,5% para 26,7% respectivamente, no período sob análise) devido a redução da PIA (envelhecimento da população) ser menor do que a redução da PEA nestas faixas etárias, fato este que provavelmente está associado à forte expansão do acesso à educação¹.

Por outro lado, a composição da PEA na faixa entre 10 e 14 anos de idade por gênero e por cor revela transformações significativas entre 1995 e 2003. Com efeito, nesta faixa de idade, em 1995, a razão homem/mulher era de 3,5 ao passo que, em 2005, esta razão foi de 1,8. Fato este devido à redução acentuada dos meninos na PEA de 34,4 mil em 1995 para 14,9 mil em 2003. No que diz respeito à razão não branco/branco na PEA nesta faixa etária pode-se verificar um aumento de 1,3 para 1,6, entre 1995 e 2003, devido a que existiu uma forte redução dos meninos brancos na PEA.

As tendências sobre diferenciais por gênero e cor descritas na faixa etária 10-14 anos, em relação à taxa de participação e a sua relação com a PEA e a PIA, também se verificam na faixa etária 15-18 anos, mas de forma muito mais atenuada.

¹ Em termos absolutos, em 1995, 44 mil crianças entre 10 e 14 anos de idade participavam do mercado de trabalho (seja procurando trabalho ou ocupados), ao passo que em 2003, apenas 23 mil crianças formavam parte da PEA. Esta redução da PEA

– em termos absolutos

– também se verifica na faixa etária entre 15 e 18 anos de idade (de 258 mil em 1995 para 198 mil em 2003).

No caso do grupo entre 19 e 24 anos de idade verifica-se uma ligeira redução da taxa de participação, de 72,5% em 1995 para 70,9% em 2005, sendo que a taxa de participação dos homens e dos brancos diminuiu, ao passo que a taxa de participação das mulheres e dos não brancos manteve-se praticamente estável, entre 1995 e 2003.

Apesar de que em todos os grupos de todos os recortes (homem/mulher e não brancos/brancos) – da faixa entre 19 e 24 – a PEA tem aumentado, a taxa de participação diminuiu ligeiramente devido ao maior aumento do número de pessoas que se encontram nesta faixa etária (PIA). Isto significa que variações negativas na taxa de participação dos homens e dos brancos devem-se principalmente a que os seus novos membros quando entram nesta faixa etária não estão participando no mercado de trabalho.

Quando se analisa a dinâmica da ocupação na Tabela A15 em anexo (através da percentagem de ocupados em relação à PIA) dos adolescentes e jovens entre 0 e 24 anos de idade da RMRJ por faixas etárias tem-se que – em linhas gerais – a ocupação diminuiu significativamente, tanto em termos relativos quanto em termos absolutos significativamente entre 1995 e 2003. Esta dinâmica é diferente da dinâmica das pessoas com 25 anos ou mais, onde apesar da redução da percentagem de

ocupados, em termos absolutos a ocupação aumentou de 3,4 milhões em 1995 para 3,9 milhões em 2005.

Em consequência, a redução da percentagem de ocupados dos adolescentes e jovens deve-se, principalmente, à decisão de não se inserir no mercado de trabalho e à redução da sua participação na composição demográfica na RMRJ, no período sob análise; ao passo que nas pessoas com 25 anos ou mais a percentagem de ocupados diminuiu ligeiramente devido, principalmente, ao aumento da sua participação na PIA.

No que diz respeito à taxa de desemprego nas duas primeiras faixas etárias (10 e 14 anos e 15 e 18 anos de idade), na Tabela 15 é possível verificar percentagens semelhantes – tanto em 1995 (em torno de 21%) quanto em 2003 (em torno de 44%). Deve-se sublinhar, no entanto, que o tamanho e grau de redução da PEA, em ambos os casos, são completamente diferentes. Com efeito, na faixa etária entre 10 e 14 anos, o número de desempregados é de aproximadamente 10 mil tanto em 1995 quanto em 2003; por outro lado, o número de desempregados na faixa etária entre 15 e 18 anos de idade aumentou significativamente de 55 mil para 89 mil entre 1995 e 2003.

	Taxa de desemprego				
	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 e mais	Total
Total	44,12	44,86	25,12	9,91	13,68
Homem	50,00	37,57	19,77	7,37	10,67
Mulher	33,33	55,46	31,92	13,09	17,49
Não branco	38,10	44,65	26,84	11,94	16,06
Branco	53,85	45,11	23,76	8,49	11,95

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Finalmente, o fenômeno do desemprego afeta de forma contundente os jovens entre 19 e 24 anos de idade. Entre 1995 e 2003 a taxa de desemprego aumentou de 13,7% para 25%, sendo que em termos absolutos significou um aumento de mais de 100 mil jovens desempregados, isto em um contexto de aumento significativo da PEA nesta faixa etária. Com efeito, entre 1995 e 2003 a PEA nesta faixa etária aumentou em aproximadamente 90 mil pessoas, no mesmo período o número de ocupados diminuiu em aproximadamente 20 mil, números que coincidem com o aumento do número de desempregados.

Em anexo, a Tabela A16 e os Gráficos A11 e A12 mostram a evolução da distribuição dos ocupados por posição na ocupação entre 1995 e 2003. Em 1995, a maior participação entre os adolescentes entre 10 e 18 anos ocupados correspondia aos empregados sem carteira (50%), ao passo que no caso dos jovens entre 19 e 24 anos de idade o maior percentual correspondia aos empregados com carteira (54%). Estas

porcentagens, em 2003, foram de 56% e de 52% para ambas as faixas etárias, respectivamente.

Quando se analisa a tendência da posição da ocupação dos adolescentes entre 10 e 18 anos de idade, pode-se verificar que entre 1995 e 2001 existe pouca variação nas três categorias principais (empregado com carteira, sem carteira e conta-própria). Porém, entre 2001 e 2003, existe um aumento considerável do emprego sem carteira e diminuição do emprego com carteira (Gráfico A11). A forte oscilação entre o trabalho com carteira e sem carteira, para os jovens entre 19 e 24 anos de idade, se verifica no período 1998-2001 com uma forte redução da porcentagem do trabalho com carteira e aumento do trabalho sem carteira (Gráfico A12).

A Tabela 16 apresenta a evolução do salário médio em Reais de 2003 no trabalho principal dos jovens na RMRJ. Para efeitos de comparação esta tabela também apresenta o salário médio das pessoas com

T16					
Tabela 16: Salário médio* do trabalho principal por gênero e cor na RMRJ (1995-2003)					
	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 e mais	Total
1995					
Total	172,41	264,04	552,69	1.138,91	1.007,29
Homem	179,55	280,16	616,76	1.353,45	1.181,33
Mulher	138,77	233,93	452,89	824,98	746,16
Não branco	160,81	254,90	477,78	708,02	639,19
Branco	185,23	275,03	613,43	1.413,91	1.258,84
2003					
Total	144,62	247,10	506,10	949,80	872,29
Homem	166,25	252,47	537,43	1.115,15	1.008,91
Mulher	110,00	236,22	458,79	730,92	686,44
Não branco	141,82	213,70	416,90	604,86	564,65
Branco	160,00	287,46	575,72	1.188,94	1.092,65
* Em reais de 2003					
Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).					

25 anos ou mais, assim como da população como um todo. Em geral, se verifica uma tendência de redução do salário em todas as faixas etárias em todos os grupos de comparação. O total dos ocupados recebia, em 1995, R\$ 1.007,29, ao passo que, em 2003, a remuneração média do trabalho principal era de R\$ 872,29 (em Reais de 2003).

No entanto, as maiores taxas de redução do salário médio, entre 1995 e 2003, foram encontradas nos adolescentes entre 10 e 14 anos de idade e nos adultos com mais de 25 anos de idade (-16%). Esta redução em valores absolutos significou que em 1995, os jovens entre 10 e 14 anos de idade recebiam R\$ 172,41, ao passo que, em 2003, este valor passou para R\$ 144,62 (em Reais de 2003). No que diz respeito aos adultos com 25 anos ou mais de idade, esta redução representou a passagem de R\$ 1.138,91 (em 1995) para R\$ 949,80 (em 2003). A menor taxa de redução salarial foi dos jovens entre 15 e 18 anos de idade, -6%, passando de R\$ 264,04 em 1995 para R\$ 247,10 em 2003.

Por outro lado, tanto em 1995 quanto em 2003, os homens ganhavam mais do que as mulheres e os brancos mais do que os não brancos. Quando se analisa a evolução salarial, por gênero, tem-se que as meninas ocupadas entre 10 e 14 anos de idade, assim como os homens adultos com mais de 25 anos de idade, sofreram as maiores reduções, de -21% e -18%, respectivamente. Em relação às meninas ocupadas entre 10 e 14 anos de idade verifica-se que o salário médio, em 1995, era de R\$ 138,77 e passou, em 2003, para R\$ 110,00. O salário médio dos adultos do sexo masculino passou de R\$ 1.353,45 em 1995 para R\$ 1.115,15 em 2003.

O único grupo analisado que experimentou um ligeiro aumento em termos salariais foram os brancos entre 15 e 18 anos de idade que, em 1995, recebiam R\$ 275,03 e, em 2003, este valor passou para R\$ 287,46.

A redução do salário médio, entre 1995 e 2003, pode ter sido um dos fatores determinantes para saída do mercado de trabalho para os adolescentes e jovens até 18 anos de idade.

Apesar da redução salarial verificada entre 1995 e 2003 dos adolescentes e jovens, a participação da sua remuneração na renda domiciliar experimentou um aumento. As tendências desta participação são apresentadas na Tabela 17. Em 1995, a participação da remuneração dos jovens entre 10 e 24 anos de idade era de 32,4%, ao passo que em 2003 foi de 37,6%.

Este dado, no entanto, precisa ser qualificado através da desagregação por faixas etárias já que uma boa parte dos jovens entre 19 e 24 anos se transforma em chefes de família e, desta forma, a sua remuneração passa a ser a renda principal do domicílio. A partir desta desagregação, é possível constatar que a participação dos adolescentes (entre 10 e 18 anos de idade) na renda domiciliar aumentou de 23% para 26,6% no período sob análise.

Entre os jovens de ambas as faixas etárias, tem-se que os homens contribuem mais do que as mulheres na renda domiciliar tanto em 1995 quanto em 2003. No entanto, quando se mede o diferencial entre ambos os grupos – através da razão entre as participações –, tem-se que na faixa etária entre 10 e 14 anos a diferença entre meninos e meninas aumentou, ao passo que na faixa etária entre 19 e 24 anos esta diferença tem diminuído ligeiramente entre 1995 e 2003.

Tabela 17: Participação da remuneração dos jovens ocupados na renda domiciliar por gênero, cor e distribuição de renda (1995-2003)

	10 a 18 anos	19 a 24 anos	10 a 24 anos
1995			
Total	23,1	35,9	32,4
Homem	24,8	41,0	36,4
Mulher	19,6	28,0	25,9
Não branco	24,4	36,3	32,6
Branco	21,5	35,5	32,2
1º quinto	37,1	57,4	49,1
2º quinto	25,3	39,9	34,7
3º quinto	19,7	34,5	30,2
4º quinto	11,6	30,9	27,5
5º quinto	9,3	26,5	24,2
2003			
Total	26,6	39,7	37,6
Homem	29,5	42,6	40,3
Mulher	21,0	35,3	33,3
Não branco	24,6	41,0	37,6
Branco	29,2	38,7	37,5
1º quinto	39,9	65,9	58,8
2º quinto	33,2	45,7	43,2
3º quinto	21,1	39,0	35,7
4º quinto	21,1	35,2	33,5
5º quinto	7,7	27,6	26,0

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Em termos dos diferenciais por cor é importante mencionar que, em 2003, os meninos brancos entre 10 e 18 anos de idade contribuem mais do que os meninos não brancos da mesma faixa etária; situação completamente inversa à de 1995. No caso do diferencial na participação na renda domiciliar dos jovens entre 19 e 24 anos por cor, tanto em 1995 quanto em 2003, os não brancos têm um peso maior do que os brancos na renda domiciliar.

Em **síntese**, as condições do mercado de trabalho para os jovens e adolescentes da RMRJ revelam impactos diferentes quando desagregamos por faixas etárias, apesar de apresentarem características similares. Em primeiro lugar, o mercado de trabalho para os jovens de até 18 anos de idade apresenta

um contexto positivo na medida em que as tendências de redução da taxa de participação parecem estar associadas à expansão do ensino fundamental e médio e a ao envelhecimento populacional que, conseqüentemente, afeta diretamente a participação na PIA. Além disso, a redução da porcentagem de ocupados nesta faixa etária não significa o aumento do contingente de desempregados em termos absolutos. Portanto, se nos concentrarmos apenas no aumento da taxa de desemprego ou da porcentagem de ocupados pode nos levar a uma conclusão negativa sobre o mercado de trabalho senão prestamos atenção aos números absolutos.

Estes números absolutos revelam que os jovens nesta faixa etária entre 10 e 18 anos de idade estão reduzindo o tamanho do mercado de trabalho, possivelmente em razão de dois fatores: (a) a decisão por estudar, e (b) a deterioração das condições de trabalho daqueles que decidem permanecer como ocupados.

Neste último fator, é necessário sublinhar que tanto a remuneração do trabalho principal quanto a precarização das condições dos postos de trabalho (aumento do emprego sem carteira assinada) afetam apenas 13 mil crianças e adolescentes em toda a RMRJ.

Em segundo lugar, no que diz respeito às condições do mercado de trabalho para os jovens entre 19 e 24 anos, estas são significativamente preocupantes e negativas. Com efeito, a redução da taxa de participação deve-se principalmente ao aumento do tamanho do mercado de trabalho, medido pelo crescimento da PEA. A questão é que este contingente de jovens que opta por entrar a este mercado enfrenta duas condições realmente adversas: diminuição dos postos de trabalho e redução da remuneração.

Mais uma vez, uma das possíveis explicações deste fenômeno diz respeito às rigidezes da legislação trabalhista, já que conforme observado, a maior parte dos ocupados possui carteira de trabalho assinada. Em termos gerais, este grupo de jovens deve ser objeto das políticas públicas não somente devido à severidade dos efeitos negativos observados, como também pela magnitude do número de jovens afetados, que em 2003 eram aproximadamente 830 mil na RMRJ.

2.5 Um quadro sobre as crianças e jovens no Município do Rio de Janeiro

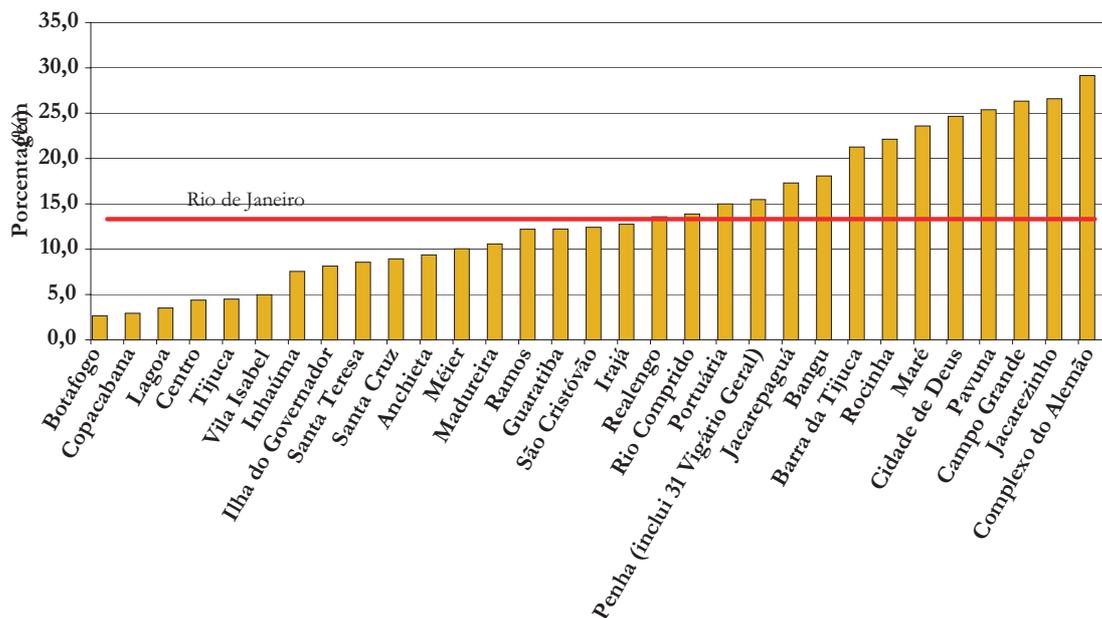
Esta última seção é dedicada a traçar algumas características sobre as condições que enfrentam as crianças e jovens no município do Rio de Janeiro. Para realizar esta análise, optou-se por trabalhar com a divisão da Prefeitura que divide a cidade do Rio de Janeiro em 32 Regiões Administrativas (RA) e 125 bairros (ou conjunto de bairros). No caso dos bairros – ou grupos de bairros – a análise se concentrou em 12 dos 125 bairros¹. Por questões de representatividade das pesquisas amostrais disponíveis, somente foi possível obter indicadores para as RAs e os bairros a partir do Censo Demográfico 2000.

A pobreza e a extrema pobreza se concentram nas Regiões Administrativas do Complexo do Alemão, Pavuna, Campo Grande, Cidade de Deus e Maré. No que diz respeito ao grau de pobreza, o Gráfico 5 aponta que todas estas RAs alcançaram uma porcentagem de pessoas vivendo abaixo da linha de pobreza em torno de 25%, sendo que no Complexo do Alemão esta porcentagem atinge o valor de 29% - a RA com maior grau de pobreza quando comparada com as outras regiões do município. No outro extremo, verifica-se que na Zona Sul, três RAs possuem o menor grau de pobreza em toda a cidade: Botafogo, Copacabana e Lagoa com menos de 5%.

Em relação à extrema pobreza, apontada no Gráfico A13 em anexo, as maiores porcentagens encontram-se nas mesmas RAs citadas no parágrafo anterior somando-se a Barra da Tijuca. Em todas estas RAs, a porcentagem de extremamente pobres alcança valores em torno de 12%, sendo que a RA da Pavuna possui o maior grau de extrema pobreza: 13%. No outro extremo, tem-se que as RAs do Centro (Portuária e Centro) e do Norte da Cidade (Tijuca e Vila Isabel) possuem o menor grau de extrema pobreza, sendo esta porcentagem inferior a 2%. É significativo mencionar que as RAs da Zona Sul (Lagoa e Botafogo) encontram-se muito próximas à média de toda a Cidade, em torno de 6%.

Quando se analisam os graus de pobreza e de extrema pobreza de bairros selecionados da Cidade, verifica-se que Jacarezinho, Vigário Geral, Maré e Rocinha alcançaram um grau de pobreza que oscila entre 20% e 25%. No que diz respeito à extrema pobreza, Rocinha (11%), Vigário Geral, Jacarezinho e Maré (os três últimos bairros com porcentagem em torno de 10%), são os bairros que apresentaram os maiores níveis de extremamente pobres (Gráfico A14 em anexo).

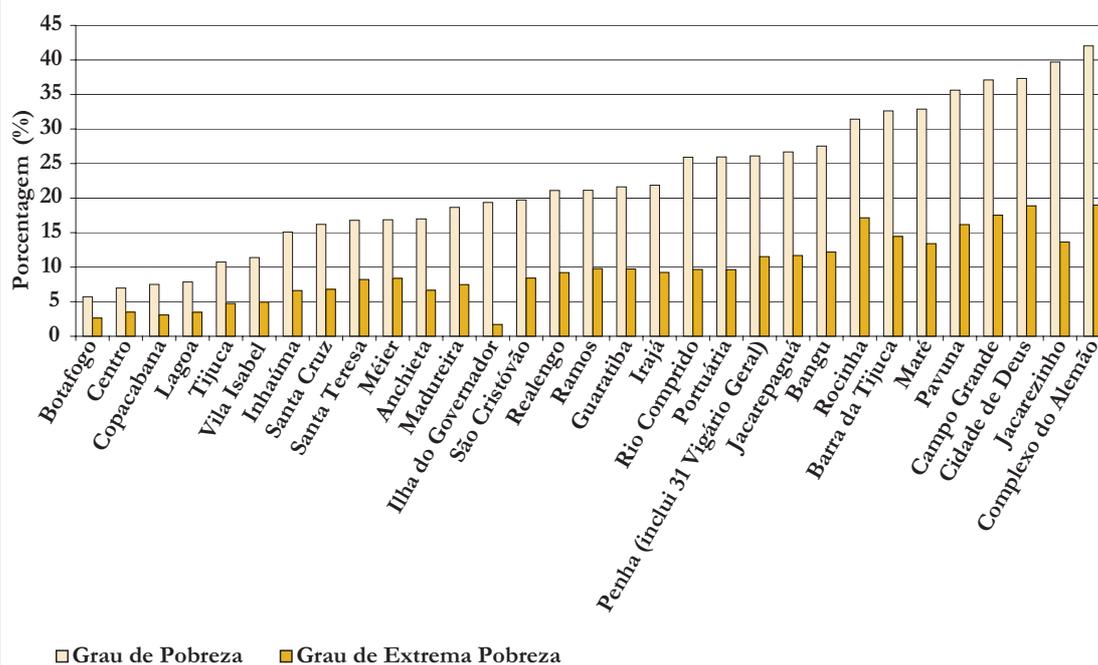
¹ A seleção dos 12 bairros mencionados foi com base nas ações que o Instituto Desiderata desenvolve nas áreas da cidade, eles são: Caju, Campo Grande, Copacabana, Jacarezinho, Leme, Mangueira-São Francisco Xavier, Maré, Rocinha, Santa Teresa-Cosme Velho, Saúde-Gamboa-Santo Cristo, Tijuca-Alto de Boa Vista e Vigário Geral.



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003).
Nota: Linha de Pobreza de R\$ 75,50.

No entanto, mais uma vez, o fenômeno da pobreza e da extrema pobreza atinge de forma mais severa a população entre 0 e 14 anos de idade quando comparada com a população em geral, conforme mostra o Gráfico 6. As mesmas RAs com o maior grau de pobreza para a população em geral também possuem os maiores graus de pobreza quando se analisam os domicílios que possuem crianças entre 0 e 14 anos de idade, entretanto, com um fator multiplicador de dois. Isto significa que o Complexo do Alemão, Jacarezinho, Cidade de Deus, Campo Grande e Pavuna possuem um grau de pobreza entre os domicílios que possuem crianças nesta faixa etária que oscilam entre 36% e 42%. No caso do Complexo do Alemão – a RA com maior grau de pobreza entre as crianças – praticamente 45% dos domicílios com crianças entre 0 e 14 anos de idade vivem em condições de pobreza. As RAs do Complexo do Alemão, Cidade de Deus e Campo Grande possuem um grau de extrema pobreza entre os domicílios com crianças em torno de 20%.

Com relação aos bairros com maiores graus de pobreza entre os domicílios com crianças, mais uma vez, são as favelas da cidade: Jacarezinho (40%), Vigário Geral (37%), Maré (33%) e Rocinha (31%). No caso da extrema pobreza, Rocinha (17%), Vigário Geral (16%) e Jacarezinho (14%) são os bairros com as maiores porcentagens de domicílios com crianças entre 0 e 14 anos de idade vivendo em condições de extrema pobreza (Gráfico A15 em anexo).



□ Grau de Pobreza ■ Grau de Extrema Pobreza

Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

Nota: linhas de Pobreza e extrema pobreza: R\$ 75,50 e R\$ 37,75, respectivamente.

Em **síntese**, verificando a tendência geral do país como um todo e das Regiões metropolitanas do país, o fenômeno da pobreza também atinge de forma muito mais severa às crianças das RAs e dos bairros da Cidade do Rio de Janeiro.

A série de Gráficos A16 a A19 apresenta indicadores de acesso ao sistema educacional para as diferentes faixas etárias e ciclos educacionais tanto para as RAs quanto para os bairros ou conjunto de bairros selecionados na cidade do Rio de Janeiro.

Em geral, os dados revelam um alto grau de desigualdade entre as RAs e os bairros ou conjunto de bairros mais pobres e os mais afluentes da cidade no que diz respeito ao acesso ao sistema educacional quando mensurado a partir da porcentagem de crianças fora da escola.

O déficit de acesso às creches se faz muito evidente quando se observa que a média da cidade – no que diz respeito às crianças

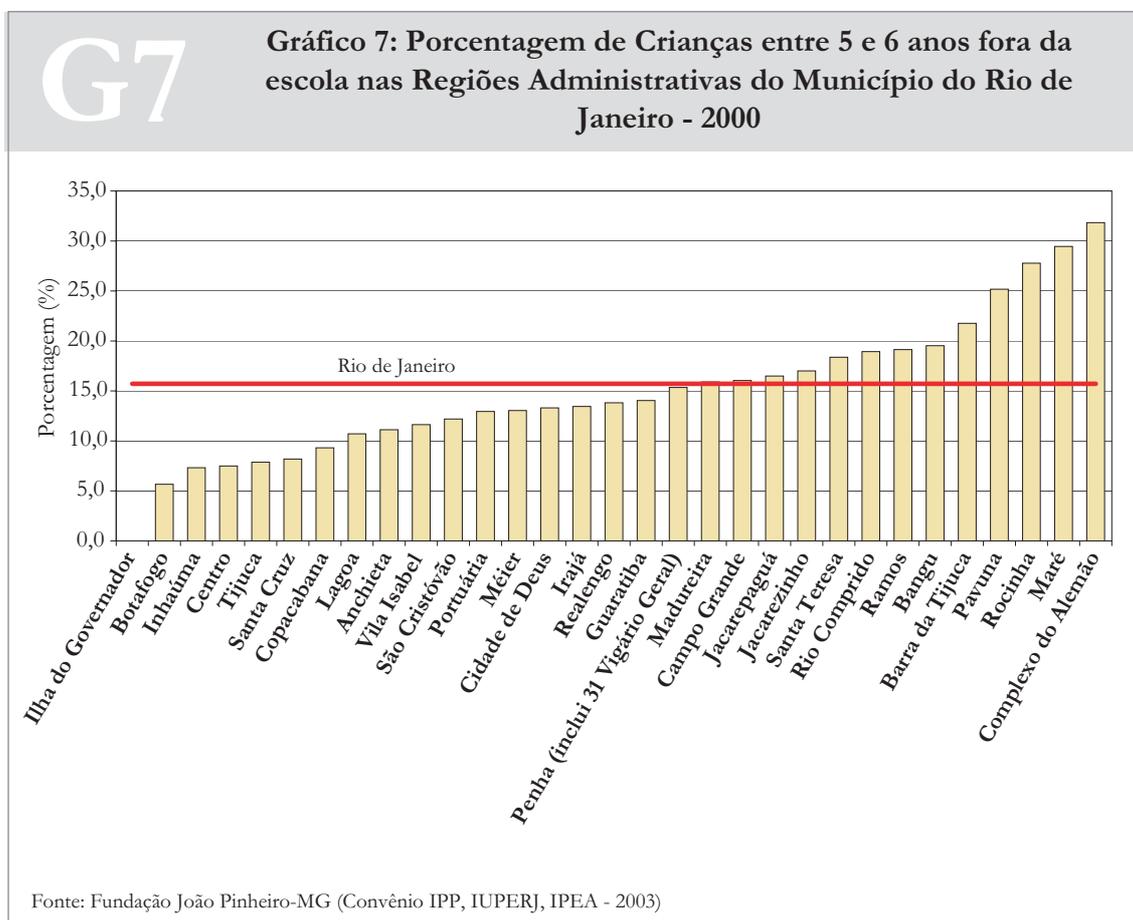
entre 4 e 5 anos fora da escola – era de 30% em 2000. No entanto, nas RAs do Complexo do Alemão e Pavuna cerca de metade das crianças entre 4 e 5 anos estão fora da escola. Apesar da desigualdade entre as RAs no que diz respeito à porcentagem de crianças fora da creche, nas RAs mais afluentes como Botafogo, Tijuca e Lagoa, esta porcentagem é realmente elevada, entre 15% e 20% (Ver Gráfico A16 em anexo).

Quando se analisa esta porcentagem para bairros ou conjunto de bairros selecionados da cidade, verifica-se que o comportamento e o nível acima descrito para as RAs são semelhantes. Com efeito, Rocinha, Vigário Geral, Maré e Jacarezinho atingem uma porcentagem superior a 40%, isto é, cerca de 40% das crianças nestas RAs estão fora das creches. É significativo observar que em bairros como Leme, Tijuca/Alto da Boa Vista e Copacabana (os bairros com menores porcentagens de crianças de 4 a 5 anos fora da escola) esta porcentagem ainda é alta, já que a mesma oscila entre 12% e 20% (Ver Gráfico A17).

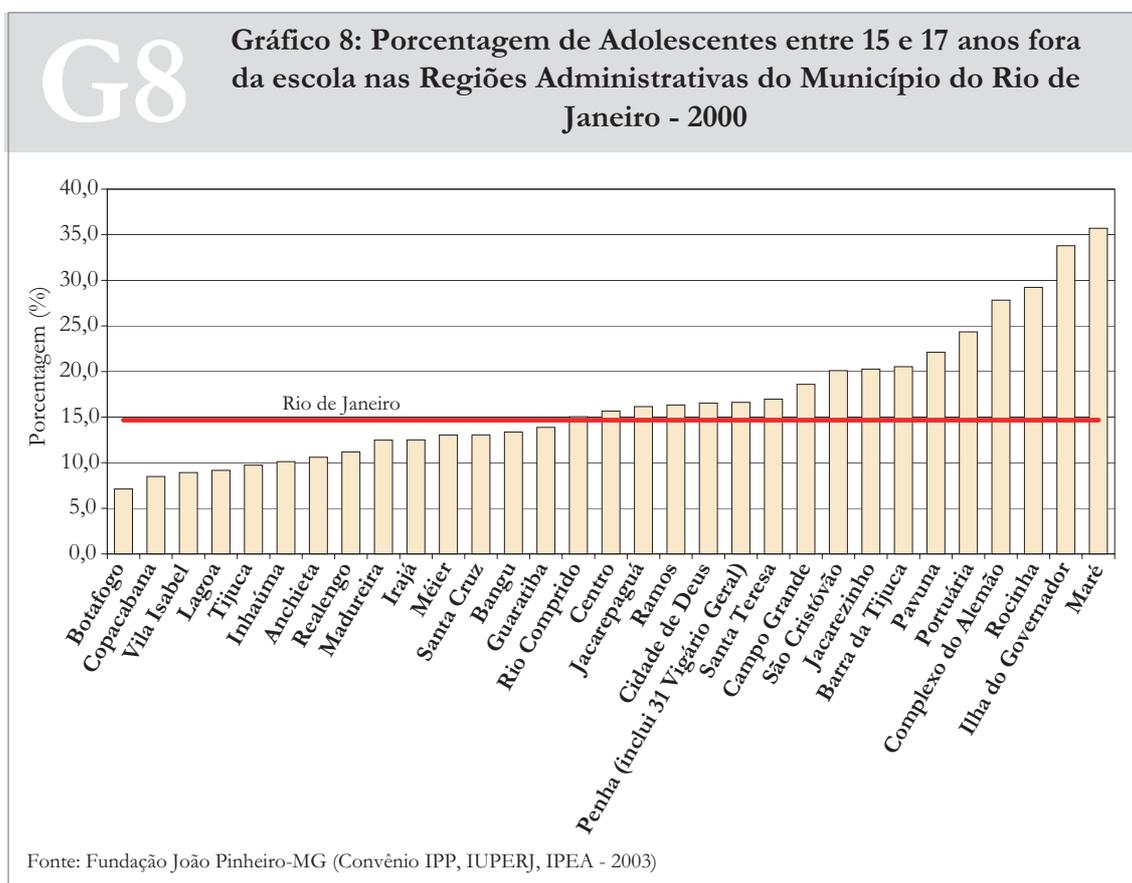
O comportamento acima descrito é semelhante quando se analisa a porcentagem de crianças de 5 a 6 anos de idade que estão fora da escola nos Gráficos 7 e A18: as favelas alcançando altas porcentagens e os bairros ou conjunto de bairros afluentes da cidade com porcentagens que oscilam entre 5% e 10%. A análise conjunta de ambas as faixas

etárias revela um forte déficit no Complexo do Alemão, Rocinha, Maré e Jacarezinho.

As possíveis causas para estas altas porcentagens de crianças entre 4 e 6 anos de idade que não estão freqüentando a escola podem ser as mais diversas, porém, vale ressaltar que nos bairros mais pobres estes altos valores podem estar associados ao déficit educacional, ao passo que nos bairros mais afluentes da cidades estas porcentagens podem ser, possivelmente, associadas à baixa qualidade da educação ofertada e os níveis de criminalidade presentes na cidade.



A quase completa universalização do acesso ao Ensino Fundamental faz desnecessário tecer mais comentários sobre as RAs e os bairros ou conjunto de bairros da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, os Gráficos 8 e A19 mostram a porcentagem de adolescentes entre 15 e 17 anos de idade que não freqüentam o Ensino médio nas RAs e bairros ou conjuntos de bairros do município. O Gráfico 8 revela que, em média, 15% dos adolescentes nesta faixa etária não freqüentam a escola no município do Rio de Janeiro, entretanto, estas porcentagens são extremamente altas na Maré (36%), Ilha do Governador (34%), Rocinha (29%) e o Complexo do Alemão (28%).

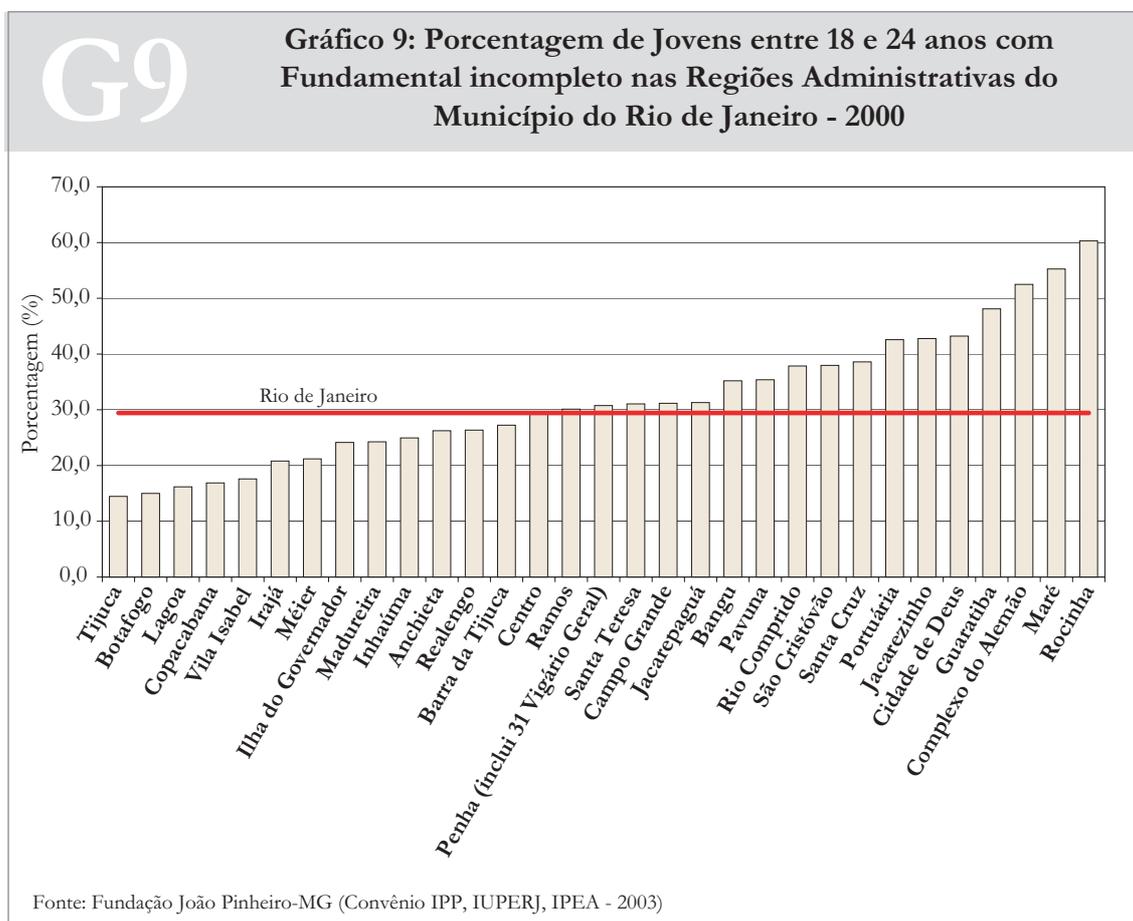


No que diz respeito aos bairros selecionados, Maré (36%), Rocinha (29%), Saúde/ Gamboa/ Santo Cristo (26%) apresentam as maiores porcentagens de adolescentes que não freqüentam a escola (Gráfico A19).

De toda a descrição realizada nos parágrafos anteriores em relação ao acesso das crianças e adolescentes ao sistema educacional é possível concluir que existe uma necessidade urgente de políticas e programas específicos ao longo de todo o ciclo educacional que permitam a redução da desistência escolar nas áreas menos afluentes da cidade e das localidades consideradas favelas. Estas áreas – como é amplamente conhecido – são as mesmas que apresentam altos níveis de violência, mostrando assim a necessidade de adotar um escopo mais amplo e global sobre a problemática das crianças e jovens do município. Pobreza, desistência escolar e violência nas mesmas áreas da cidade revelam a necessidade de reconfigurar as

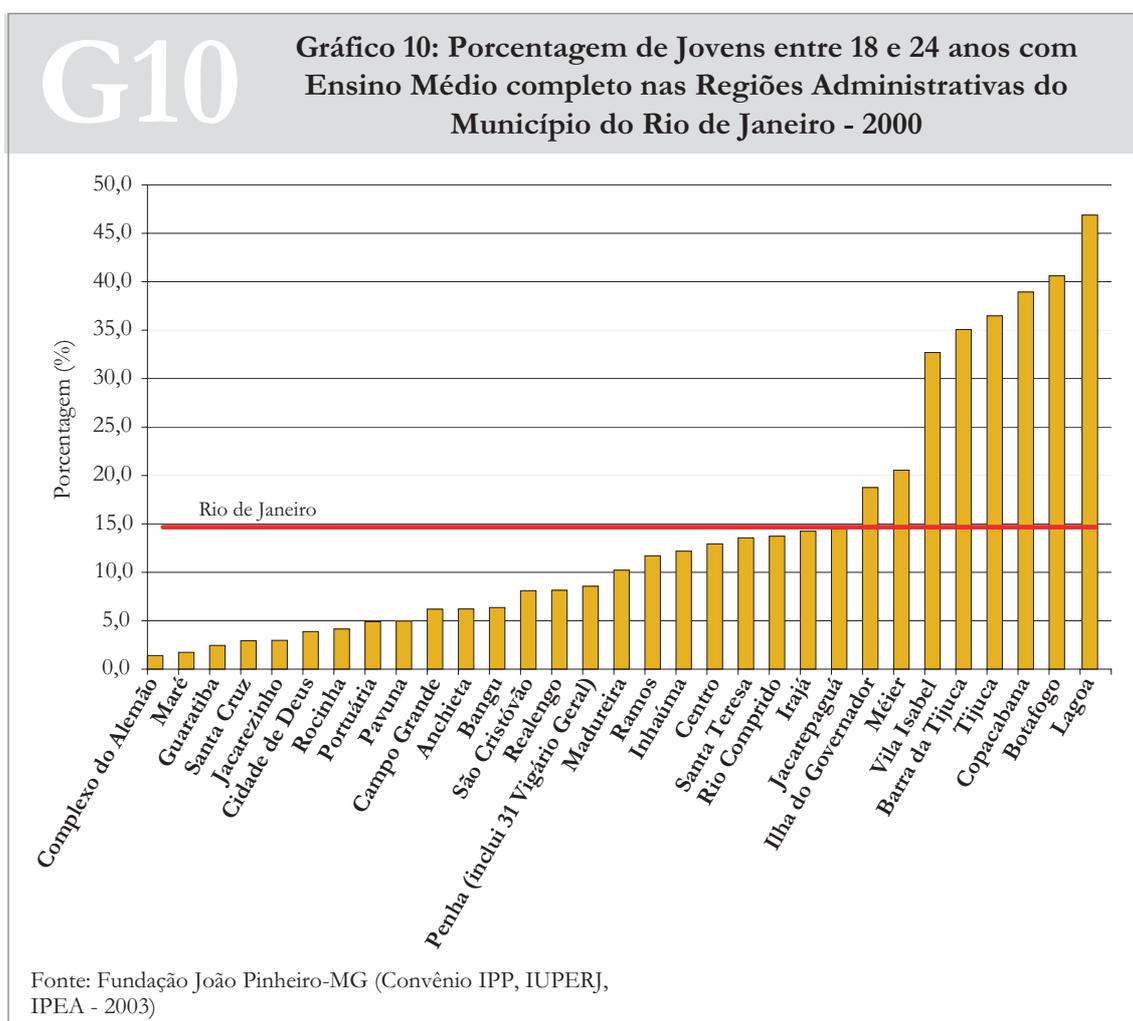
parcerias entre o Estado e Sociedade Civil com o propósito de desenvolver e implementar iniciativas consistentes que permitam a redução dos riscos potenciais que hoje enfrentam os nossos jovens.

O problema do sistema educacional, lamentavelmente, não se restringe ao acesso, mas também, à qualidade da educação e ao nível educacional dos jovens. O Gráfico 9 e 10 e a série de Gráficos A20-A23 em anexo revelam um quadro preocupante do nível educacional dos jovens cariocas. Estes resultados preocupantes concentram-se, principalmente, nas áreas pobres da cidade. No Gráfico 9 pode-se observar que, em toda cidade do Rio de Janeiro, 30% dos jovens entre 18 e 24 anos não completaram o ensino fundamental, sendo que nas RAs da Rocinha e Maré, praticamente 6 de cada 10 jovens ainda não completaram este ciclo educacional.



Quando se analisa no Gráfico 10 a porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos que completaram o ensino médio, os dados são ainda mais preocupantes: menos de 5% dos jovens das RAs do Complexo do Alemão, Maré, Guaratiba, Santa Cruz, Jacarezinho, Cidade de Deus e Rocinha possuem o ensino médio completo. Por outro lado, nas RAs mais afluentes da cidade como Lagoa, Botafogo e Copacabana, esta porcentagem encontra-se em torno de 45%. Quadro semelhante se apresenta quando se analisa a porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos de idade que freqüentam o ensino superior.

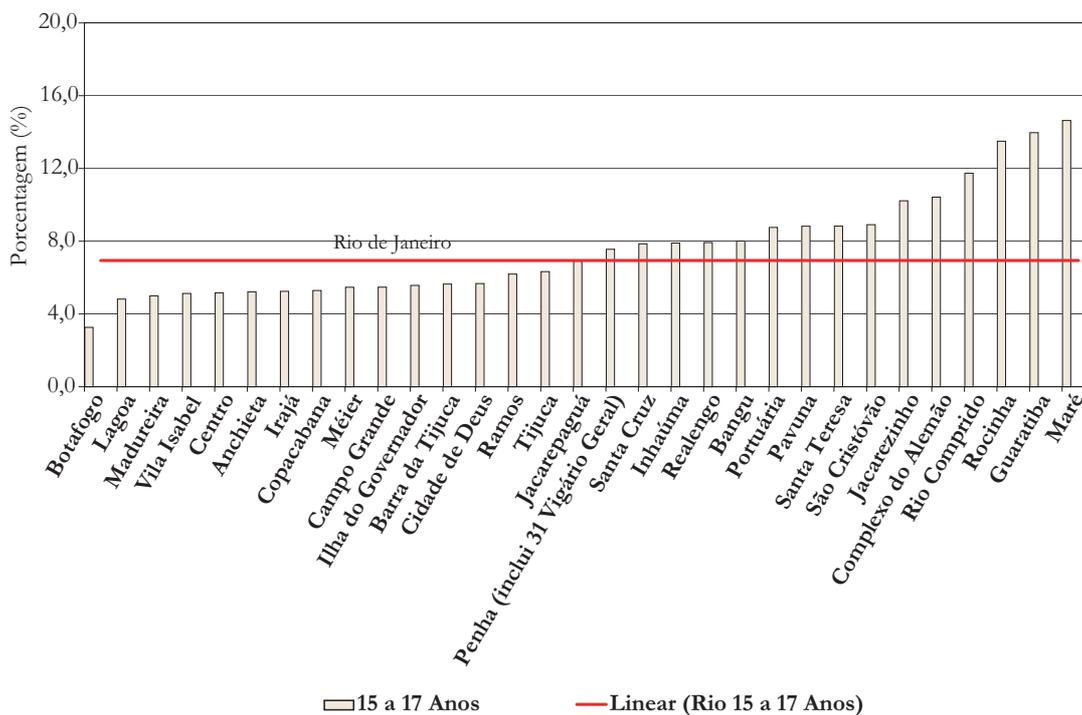
O analfabetismo funcional¹ dos jovens entre 15 e 17 anos é particularmente elevado nas RAs da Maré, Guaratiba e Rocinha (em torno de 15%), conforme mostra o Gráfico 11. Esta taxa de analfabetismo funcional em jovens entre 18 e 24 anos de idade com menos de 4 anos de estudo é significativamente alto nas RAs de Jacarezinho, São Cristóvão, Rocinha e Rio Comprido, oscilando entre 15% e 20%, conforme o Gráfico 12.



¹ Considera-se analfabetismo funcional a porcentagem de pessoas (na faixa etária correspondente) que não concluíram a Primeira Parte do Ensino Fundamental (Primeira a Quarta Séries).

G11

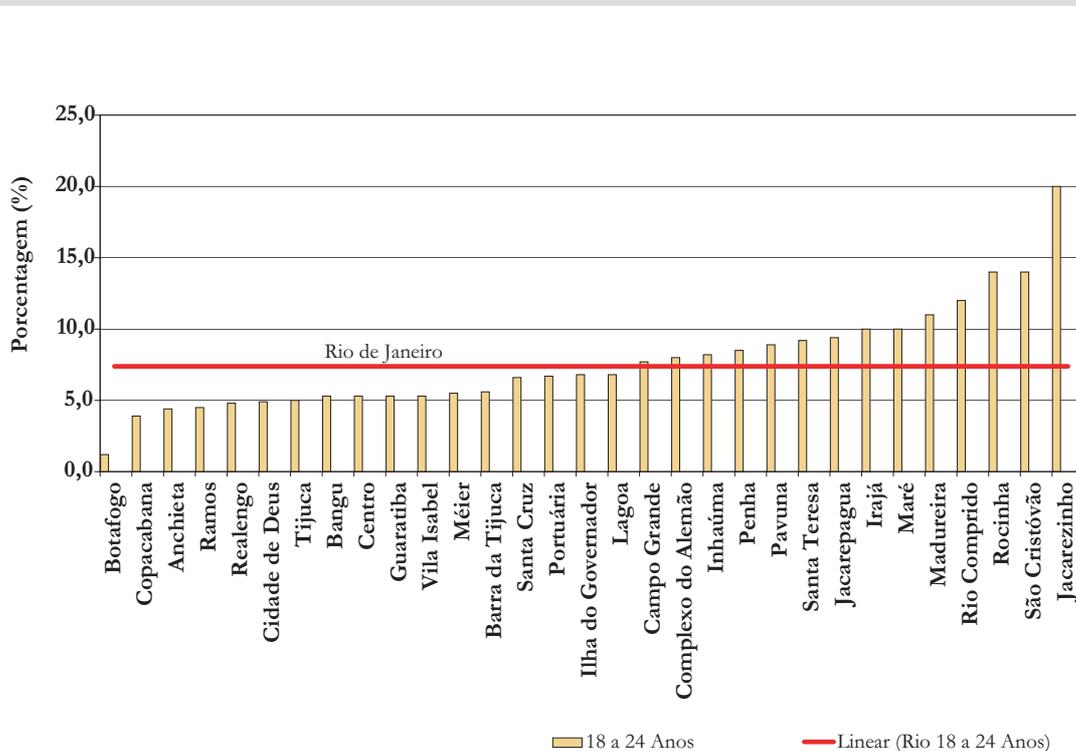
Gráfico 11: Analfabetismo Funcional Porcentagem de Jovens entre 15 e 17 Anos com menos de 4 anos de estudo nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

G12

Gráfico 12: Analfabetismo Funcional Porcentagem de Jovens entre 18 e 24 Anos com menos de 4 anos de estudo nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

Quando se analisa a taxa de analfabetismo funcional para os bairros selecionados da cidade tem-se que esta taxa é de 20% em Campo Grande para os jovens entre 18 e 24 anos de idade. No conjunto de bairros Tijuca/Alto da Boa Vista se apresenta a maior taxa de analfabetismo funcional entre os jovens de 15 e 17 anos de idade (15%), taxa esta muito semelhante aos jovens nesta faixa etária no conjunto de bairros Santa Teresa/Cosme Velho (Gráfico A24 em anexo).

A baixa escolaridade dos jovens do Rio de Janeiro apresenta-se como um verdadeiro desafio na medida em que o nível de escolaridade é um determinante direto na inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, da geração de renda.

Em decorrência dos resultados apresentados, é possível pensar que esta problemática da educação vai além de uma melhora na oferta de instituições de ensino ou da qualidade da educação. É claro que outras problemáticas “fora da escola” estão incidindo no desempenho insatisfatório do quadro educacional não somente do município do Rio de Janeiro, mas também da Região Metropolitana como um todo.

ANEXO

Tabelas e Gráficos

TA1

TabelaA1: Grau de Pobreza e de Extrema Pobreza nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)

Região metropolitana	1995		1998		2001		2003		2004	
	Grau de Pobreza	Grau de extrema Pobreza	Grau de Pobreza	Grau de extrema Pobreza	Grau de Pobreza	Grau de extrema Pobreza	Grau de Pobreza	Grau de extrema Pobreza	Grau de Pobreza	Grau de extrema Pobreza
Belém	20,0	3,80	25,6	7,26	32,1	11,24	32,5	11,24	27,2	7,53
Salvador	31,2	10,62	26,5	9,49	31,2	11,04	36,6	14,47	31,1	12,47
Fortaleza	34,6	9,96	36,3	11,35	38,3	14,77	40,4	14,10	37,8	11,82
Recife	31,8	9,88	34,5	13,80	33,8	12,24	38,3	16,63	37,4	14,33
Distrito Federal	13,9	3,53	14,4	4,91	18,7	6,02	21,6	8,04	18,6	6,85
Belo Horizonte	16,6	4,55	18,7	6,30	18,1	5,35	20,3	5,58	17,6	4,79
Rio de Janeiro	12,4	3,18	10,8	3,03	14,6	4,63	14,9	4,59	13,4	3,99
São Paulo	8,1	3,16	9,8	3,36	12,9	5,55	16,5	6,61	14,4	4,90
Curitiba	10,1	3,17	12,5	4,78	13,8	4,63	15,0	4,47	12,1	3,34
Porto Alegre	11,2	2,75	11,1	3,29	11,5	3,39	13,7	4,31	12,1	3,88

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

Nota: 1 - Utilizando uma linha de pobreza de R\$130,00 (1/2 salário mínimo de set/04) por pessoa por mês e uma linha de indigência de R\$65,00 (1/4 salário mínimo de set/04) por pessoa por mês.

TA2

Tabela A2: Taxas de Crescimento do Grau de Pobreza e de Extrema Pobreza nas Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)

	Grau de Pobreza			Grau de extrema Pobreza		
	1995-2004	1995-2003	2003-2004	1995-2004	1995-2003	2003-2004
Região metropolitana						
Belém	36,44	63,01	-16,30	98,42	196,13	-33,00
Salvador	-0,38	17,44	-15,18	17,46	36,27	-13,81
Fortaleza	9,43	16,72	-6,24	18,68	41,57	-16,17
Recife	17,57	20,29	-2,26	45,08	68,35	-13,82
Distrito Federal	33,44	55,16	-14,00	94,16	128,11	-14,88
Belo Horizonte	5,82	22,58	-13,68	5,25	22,64	-14,18
Rio de Janeiro	7,40	19,46	-10,09	25,23	44,17	-13,14
São Paulo	78,93	105,00	-12,72	55,24	109,28	-25,82
Curitiba	19,44	48,18	-19,40	5,37	41,20	-25,37
Porto Alegre	8,22	22,96	-11,99	40,88	56,61	-10,05

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001, 2003 e 2004 (PNAD).

Nota: 1 - Utilizando uma linha de pobreza de R\$130,00 (1/2 salário mínimo de set/04) por pessoa por mês e uma linha de indigência de R\$65,00 (1/4 salário mínimo de set/04) por pessoa por mês.

TA3

Tabela A3: Indicadores de Desigualdade nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)

Região metropolitana	1995			1998			2001			2003			2004		
	Gini	Theil	Razão 10+ / 40-	Gini	Theil	Razão 10+ / 40-	Gini	Theil	Razão 10+ / 40-	Gini	Theil	Razão 10+ / 40-	Gini	Theil	Razão 10+ / 40-
Belém	0,58	0,66	19,6	0,60	0,70	23,0	0,59	0,69	21,0	0,55	0,60	17,1	0,55	0,60	16,5
Salvador	0,64	0,86	28,1	0,62	0,77	25,5	0,62	0,82	26,6	0,62	0,81	26,3	0,59	0,71	22,4
Fortaleza	0,60	0,75	22,5	0,61	0,76	23,4	0,64	0,89	28,9	0,59	0,72	21,8	0,61	0,77	23,3
Recife	0,59	0,70	20,5	0,62	0,81	26,0	0,62	0,80	26,4	0,61	0,75	24,2	0,63	0,83	27,4
Distrito Federal	0,59	0,64	22,5	0,63	0,76	29,9	0,63	0,76	30,5	0,64	0,79	33,1	0,63	0,76	31,0
Belo Horizonte	0,59	0,74	21,0	0,59	0,73	21,4	0,56	0,63	18,5	0,57	0,66	19,2	0,56	0,64	18,2
Rio de Janeiro	0,58	0,66	19,63	0,58	0,69	19,71	0,58	0,69	20,59	0,57	0,64	19,53	0,56	0,63	18,72
São Paulo	0,54	0,59	16,4	0,56	0,62	18,4	0,57	0,66	19,8	0,57	0,62	19,4	0,55	0,60	17,1
Curitiba	0,57	0,63	19,0	0,56	0,63	18,2	0,57	0,66	18,9	0,54	0,58	16,3	0,57	0,73	18,8
Porto Alegre	0,58	0,69	20,1	0,58	0,68	19,6	0,57	0,64	18,9	0,56	0,60	17,8	0,54	0,57	16,7

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001, 2003 e 2004 (PNAD).

Tabela A4: Evolução da Porcentagem da renda apropriada pelos décimos da distribuição de renda nas Regiões Metropolitanas dos país (1995-2004)

RM	Décimos das Distribuição de Renda									
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	Sexto	Sétimo	Oitavo	Nono	Décimo
Rio de Janeiro										
1995	1,03	2,02	2,80	3,58	4,48	5,70	7,54	10,33	16,31	46,23
1998	1,03	2,03	2,78	3,60	4,50	5,65	7,37	10,25	16,25	46,54
2001	0,86	1,87	2,71	3,62	4,59	5,81	7,68	10,31	15,94	46,62
2003	0,93	1,94	2,74	3,66	4,71	5,86	7,56	10,66	16,73	45,23
2004	0,95	2,02	2,83	3,73	4,85	6,00	7,77	10,73	16,50	44,62
Belém										
1995	1,19	2,08	2,78	3,53	4,31	5,35	7,16	10,03	16,61	46,96
1998	0,90	1,71	2,42	3,24	4,16	5,41	7,38	10,44	16,78	47,57
2001	0,91	1,92	2,68	3,49	4,37	5,61	7,29	10,23	16,18	47,31
2003	0,99	2,26	3,13	3,95	4,97	6,14	7,84	10,44	16,24	44,05
2004	1,21	2,35	3,18	3,99	4,96	6,07	7,87	10,55	15,69	44,14
Salvador										
1995	0,76	1,62	2,26	2,91	3,72	4,74	6,31	9,14	15,42	53,13
1998	0,75	1,68	2,38	3,11	4,00	5,18	6,66	9,46	16,30	50,48
2001	0,62	1,67	2,31	3,08	3,99	5,05	6,62	9,57	16,04	51,05
2003	0,58	1,66	2,40	3,13	4,05	5,13	6,76	9,49	15,64	51,16
2004	0,70	1,77	2,60	3,44	4,41	5,62	7,30	10,28	16,24	47,63
Fortaleza										
1995	1,03	1,97	2,62	3,26	4,09	5,20	6,69	9,48	15,71	49,95
1998	0,89	1,91	2,53	3,20	4,11	5,18	6,78	9,52	15,99	49,89
2001	0,72	1,59	2,22	2,92	3,78	5,00	6,46	8,88	14,64	53,80
2003	0,89	1,97	2,66	3,39	4,34	5,54	7,16	9,78	15,67	48,61
2004	0,93	1,94	2,56	3,24	4,02	5,08	6,80	9,58	15,42	50,43
Recife										
1995	1,08	2,06	2,78	3,58	4,45	5,51	6,87	9,38	15,64	48,66
1998	0,76	1,65	2,37	3,11	3,95	5,10	6,69	9,44	15,75	51,18
2001	0,69	1,67	2,34	3,06	3,91	5,05	6,66	9,39	16,01	51,23
2003	0,58	1,75	2,51	3,35	4,38	5,54	7,17	9,98	15,25	49,51
2004	0,75	1,63	2,28	2,98	3,83	4,88	6,40	9,17	15,67	52,40
Distrito Federal										
1995	0,79	1,57	2,33	3,20	4,26	5,70	7,89	11,53	18,43	44,30
1998	0,62	1,37	1,92	2,63	3,60	4,98	7,18	10,68	18,15	48,87
2001	0,58	1,31	1,90	2,60	3,59	5,14	7,34	10,76	18,15	48,63
2003	0,49	1,15	1,76	2,52	3,52	4,96	7,28	11,18	18,16	48,98
2004	0,55	1,31	1,87	2,57	3,49	4,88	6,97	10,99	18,48	48,88
Belo Horizonte										
1995	1,04	2,03	2,71	3,42	4,24	5,34	7,02	9,67	16,22	48,30
1998	0,87	1,92	2,69	3,49	4,47	5,64	7,16	9,98	15,78	48,00
2001	0,93	2,07	2,91	3,77	4,67	5,97	7,75	10,61	16,58	44,74
2003	1,02	2,03	2,83	3,66	4,63	5,78	7,37	10,31	16,59	45,78
2004	1,04	2,10	2,97	3,84	4,91	6,15	7,70	10,34	15,70	45,26
São Paulo										
1995	1,01	2,28	3,20	4,02	5,07	6,39	8,09	10,70	16,17	43,07
1998	0,88	2,04	2,91	3,80	4,85	6,10	7,83	10,69	16,51	44,39
2001	0,69	1,92	2,77	3,65	4,71	6,07	7,93	10,91	16,58	44,78
2003	0,71	1,85	2,78	3,72	4,81	6,29	8,22	10,95	16,74	43,95
2004	0,93	2,10	2,94	3,89	4,99	6,46	8,33	11,17	16,93	42,25
Curitiba										
1995	1,00	2,05	2,80	3,59	4,52	5,75	7,66	10,62	17,06	44,94
1998	0,88	2,05	2,91	3,81	4,79	6,07	7,80	10,95	16,94	43,81
2001	0,88	2,03	2,89	3,83	4,80	6,02	7,80	10,42	15,75	45,58
2003	1,06	2,21	3,15	4,07	5,12	6,33	8,06	10,88	16,29	42,84
2004	1,00	2,11	3,03	3,83	4,81	6,02	7,60	10,03	14,73	46,84
Porto Alegre										
1995	1,00	2,03	2,82	3,53	4,39	5,60	7,29	10,11	16,25	46,99
1998	0,99	1,98	2,80	3,62	4,57	5,75	7,55	10,33	16,39	46,02
2001	0,99	2,03	2,85	3,75	4,72	5,91	7,64	10,45	16,32	45,33
2003	0,95	2,03	2,90	3,87	4,96	6,20	8,06	10,96	16,72	43,35
2004	1,03	2,12	3,04	4,08	5,14	6,45	8,18	10,90	16,19	42,87

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001, 2003 e 2004 (PNAD).

Nota: *Em Reais de 2004. Inclui ajuste nas rendas de transferências para corrigir subestimação da pesquisa e aluguel imputado.

TA5

Tabela A5: Grau de Pobreza e de Extrema Pobreza nas principais Regiões Metropolitanas do Brasil (1995-2004)

Município da RMRJ	Coefficiente de Gini	Índice de theil	Razão 10+ e 40-
Rio de Janeiro	0,61	0,77	26,36
Niterói	0,59	0,66	24,38
Duque de Caxias	0,52	0,68	15,18
São Gonçalo	0,49	0,44	12,03
São João de Meriti	0,47	0,42	11,22
Belford Roxo	0,48	0,47	12,11
Guapimirim	0,55	0,71	17,32
Itaboraí	0,52	0,54	14,41
Itaguaí	0,54	0,64	16,78
Japeri	0,52	0,55	15,34
Magé	0,52	0,54	14,72
Mangaratiba	0,56	0,64	18,96
Maricá	0,55	0,58	17,13
Nilópolis	0,48	0,42	11,63
Nova Iguaçu	0,53	0,58	15,22
Paracambi	0,53	0,67	14,80
Queimados	0,49	0,45	12,36
Seropédica	0,56	0,66	18,57
Tanguá	0,48	0,44	11,35

Fonte: Censo Demográfico de 2000

TA6

Tabela A6: Porcentagem da renda apropriada segundo os décimos da distribuição de renda dos Municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000

Município da RMRJ	Décimos das Distribuição de Renda									
	Primeiro	Segundo	Terceiro	Quarto	Quinto	Sexto	Sétimo	Oitavo	Nono	Décimo
Rio de Janeiro	0,52	1,47	2,23	3,02	4,04	5,41	7,42	10,73	17,45	47,71
Niterói	0,53	1,34	2,08	3,00	4,29	6,15	8,82	12,60	18,76	42,41
Duque de Caxias	0,40	2,14	3,32	4,48	5,81	7,20	9,09	11,83	16,46	39,26
São Gonçalo	0,88	2,51	3,68	4,85	6,03	7,55	9,54	12,25	16,88	35,83
São João de Meriti	0,77	2,66	3,86	5,06	6,35	7,79	9,68	12,33	16,85	34,64
Belford Roxo	0,36	2,35	3,78	5,04	6,39	7,97	9,89	12,48	16,86	34,89
Guapimirim	0,75	2,29	3,18	4,19	5,34	6,60	8,01	10,14	14,37	45,12
Itaboraí	0,51	2,31	3,51	4,63	5,85	7,28	8,87	11,46	16,11	39,47
Itaguaí	0,65	2,05	3,08	4,17	5,47	6,69	8,62	11,33	16,21	41,72
Japeri	0,09	1,98	3,34	4,59	5,90	7,54	9,51	12,05	16,65	38,35
Magé	0,52	2,29	3,45	4,49	5,72	7,16	8,85	11,55	16,41	39,57
Mangaratiba	0,84	1,94	2,82	3,73	4,80	6,42	8,46	10,89	15,84	44,25
Maricá	0,76	2,08	3,03	4,01	5,02	6,35	8,25	11,09	17,06	42,34
Nilópolis	0,81	2,46	3,66	4,93	6,25	7,72	9,74	12,51	17,41	34,49
Nova Iguaçu	0,52	2,20	3,33	4,45	5,68	7,02	8,97	11,60	16,28	39,95
Paracambi	0,93	2,26	3,52	4,63	5,70	6,90	8,53	10,76	14,79	41,98
Queimados	0,47	2,45	3,79	4,94	6,22	7,88	9,64	12,09	16,56	35,97
Seropédica	0,59	1,91	2,97	3,99	5,20	6,57	8,28	11,00	15,53	43,95
Tanguá	0,87	2,78	3,99	5,09	6,24	7,54	9,27	11,70	16,39	36,13

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Municípios da RMRJ	População		Até 10 anos		11 a 18 anos		19 a 24 anos		24 e mais	
	2000	2005*	1º quinto	5º quinto	1º quinto	5º quinto	1º quinto	5º quinto	1º quinto	5º quinto
Belford Roxo	434.474	480.695	32,8	11,5	18,3	10,9	9,5	12,9	39,3	64,8
Duque de Caxias	775.456	842.890	33,5	11,4	18,4	10,3	8,7	12,6	39,5	65,7
Guapimirim	37.952	44.139	34,5	13,9	20,5	11,6	7,4	11,5	37,5	63,0
Itaboraí	187.479	215.877	31,6	11,0	17,7	12,0	10,0	11,9	40,7	65,1
Itaguaí	82.003	93.662	33,3	12,0	20,0	11,7	9,0	10,8	37,7	65,5
Japeri	83.278	94.239	34,7	13,1	18,2	12,5	9,3	13,1	37,7	61,4
Magé	205.830	232.251	33,9	10,9	18,3	11,0	8,7	11,6	39,1	66,6
Mangaratiba	24.901	29.272	32,6	10,3	16,6	8,6	10,1	8,9	40,7	72,2
Maricá	76.737	95.653	28,7	11,2	15,6	11,3	8,8	7,7	46,9	69,8
Nilópolis	153.712	150.968	28,0	10,4	17,1	9,0	9,3	10,5	45,6	70,1
Niterói	459.451	474.046	26,5	7,8	16,9	8,8	10,4	9,2	46,2	74,2
Nova Iguaçu	920.599	830.902	31,9	11,4	18,5	10,3	9,2	11,5	40,4	66,8
Paracambi	40.475	43.011	31,7	9,6	16,0	9,6	10,7	10,8	41,5	70,0
Queimados	121.993	136.509	32,2	11,3	17,7	11,8	10,2	12,9	39,9	64,0
Rio de Janeiro	5.857.904	6.094.183	29,3	8,1	17,4	8,2	10,0	9,0	43,4	74,6
São Gonçalo	891.119	960.841	28,3	10,4	17,0	9,2	9,3	11,5	45,4	68,9
São João de Meriti	449.476	464.327	30,3	10,9	18,1	10,2	9,2	11,7	42,4	67,2
Seropédica	65.260	75.032	34,6	10,7	17,4	12,7	9,0	10,8	39,1	65,9
Tanguá	26.057	29.481	31,1	13,6	17,8	11,6	10,9	13,8	40,2	61,1

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

* População estimada 2005 em 01.07.2005

TA8/A9

Tabela A8/A9: Composição Familiar por quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)

Municípios	Tipos de Família					
	Casal sem filho	Casal com 1 filho	Casal com 2 ou mais filhos	Solteiro sem filho	Solteiro com 1 filho	Solteiro com 2 ou mais filhos
Belford Roxo						
Total	12,2	120,1	35,4	13,1	8,6	10,6
1º quinto	5,4	14,6	41,2	12,5	7,6	18,8
2º quinto	7,3	16,4	48,0	5,4	9,9	13,0
3º quinto	9,8	19,8	36,3	15,7	8,4	9,9
4º quinto	13,3	24,6	35,3	9,2	9,5	8,1
5º quinto	21,7	22,9	21,8	20,1	7,8	5,7
Duque de Caxias						
Total	12,6	20,2	34,7	13,5	8,7	10,4
1º quinto	4,9	13,4	45,6	11,3	7,8	17,0
2º quinto	9,2	18,6	45,3	4,0	9,7	13,1
3º quinto	10,9	20,1	36,2	15,4	8,1	9,3
4º quinto	14,9	23,4	30,9	13,4	8,6	8,8
5º quinto	20,0	23,2	21,6	20,1	9,1	6,0
Guapimirim						
Total	15,0	19,5	35,9	13,2	6,7	9,7
1º quinto	4,1	12,8	54,6	7,1	7,2	14,1
2º quinto	14,4	18,5	41,7	4,0	6,8	14,5
3º quinto	15,5	19,5	35,3	15,6	5,7	8,4
4º quinto	15,3	23,7	29,3	13,9	8,1	9,7
5º quinto	21,6	21,0	25,6	21,2	6,2	4,4
Itaboraí						
Total	14,1	21,0	35,7	12,8	7,1	9,3
1º quinto	6,7	17,7	46,1	8,4	5,6	15,6
2º quinto	10,5	19,2	45,5	3,4	9,4	12,0
3º quinto	13,1	19,2	35,2	18,2	6,7	7,6
4º quinto	14,2	27,1	33,6	9,8	6,9	8,4
5º quinto	22,3	21,2	23,9	20,5	6,9	5,2
Itaguaí						
Total	14,5	20,7	36,1	12,5	6,9	9,4
1º quinto	7,2	12,3	53,5	9,6	5,6	11,9
2º quinto	8,9	22,7	43,4	4,5	7,6	12,9
3º quinto	13,1	21,6	35,1	14,6	7,0	8,6
4º quinto	14,7	25,6	30,2	11,4	7,4	10,8
5º quinto	24,4	20,0	25,0	19,3	6,8	4,4
Japeri						
Total	11,7	18,1	36,2	15,2	7,6	11,1
1º quinto	6,6	11,3	46,4	15,5	6,4	13,8
2º quinto	11,3	14,8	42,7	4,6	10,3	16,4
3º quinto	6,9	21,2	46,3	6,5	5,8	13,4
4º quinto	13,4	17,9	27,9	25,2	6,7	8,9
5º quinto	17,6	23,3	24,9	19,6	8,9	5,7
Magé						
Total	13,2	19,3	35,6	14,1	7,7	10,0
1º quinto	5,3	13,7	48,8	10,7	6,6	15,0
2º quinto	11,4	18,2	45,2	4,5	8,8	11,9
3º quinto	11,6	15,4	39,0	17,5	7,0	9,6
4º quinto	12,7	26,5	31,6	9,8	9,0	10,3
5º quinto	21,3	20,9	21,3	23,7	7,2	5,5

TA8/A9

Tabela A8/A9: Composição Familiar por quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)

Municípios	Tipos de Família					
	Casal sem filho	Casal com 1 filho	Casal com 2 ou mais filhos	Solteiro sem filho	Solteiro com 1 filho	Solteiro com 2 ou mais filhos
Mangaratiba						
Total	17,2	18,4	34,1	16,5	7,5	6,2
1º quinto	8,2	11,1	51,8	9,8	8,2	11,0
2º quinto	4,3	29,7	48,7	2,9	6,6	7,9
3º quinto	16,8	17,8	27,3	21,4	10,1	6,7
4º quinto	21,6	20,8	28,9	15,7	8,0	5,1
5º quinto	28,2	14,6	23,6	26,0	4,9	2,7
Marica						
Total	17,1	20,4	33,0	14,6	7,1	7,8
1º quinto	11,0	18,3	41,0	11,1	6,9	11,7
2º quinto	6,7	24,3	49,2	2,6	5,7	11,5
3º quinto	15,4	19,0	33,2	18,1	7,3	6,9
4º quinto	18,9	25,2	27,1	14,7	6,8	7,3
5º quinto	28,6	16,4	20,8	22,5	8,3	3,4
Nilópolis						
Total	13,1	20,9	30,4	13,3	10,8	11,4
1º quinto	8,7	13,2	40,0	9,3	11,2	17,7
2º quinto	8,8	17,6	36,0	13,4	10,9	13,3
3º quinto	11,3	23,6	33,9	7,4	12,0	11,9
4º quinto	15,0	25,9	25,8	13,4	9,0	10,9
5º quinto	19,2	22,6	20,8	20,6	11,3	5,5
Niterói						
Total	14,9	18,4	29,0	18,7	10,3	8,7
1º quinto	7,8	16,1	39,7	10,6	10,2	15,7
2º quinto	12,2	20,6	33,2	15,1	10,1	8,8
3º quinto	15,0	18,2	26,8	19,2	11,4	9,4
4º quinto	14,8	19,4	27,1	20,0	11,2	7,4
5º quinto	22,1	17,7	21,8	25,5	8,7	4,2
Nova Iguaçu						
Total	12,8	20,0	34,6	13,7	8,5	10,5
1º quinto	4,8	13,8	44,9	11,9	7,3	17,4
2º quinto	9,1	18,1	45,5	5,0	9,9	12,4
3º quinto	10,0	19,8	35,7	16,7	7,7	10,1
4º quinto	15,3	23,9	29,1	13,2	9,2	9,4
5º quinto	20,9	22,5	23,5	19,1	8,3	5,6
Paracambi						
Total	13,4	21,5	33,8	15,3	7,0	9,1
1º quinto	4,5	15,8	45,8	8,7	10,9	14,3
2º quinto	7,2	18,4	49,3	4,5	6,9	13,7
3º quinto	15,0	16,3	31,7	23,1	3,9	10,1
4º quinto	16,6	24,0	31,1	14,1	7,1	7,0
5º quinto	19,3	29,6	19,5	21,1	7,1	3,4
Queimados						
Total	10,7	19,0	35,9	14,4	8,4	11,6
1º quinto	3,8	14,5	41,6	14,9	6,8	18,3
2º quinto	8,3	14,2	49,3	4,0	9,3	14,9
3º quinto	10,4	17,3	35,1	17,4	8,6	11,2
4º quinto	10,0	23,8	38,4	9,1	9,3	9,4
5º quinto	17,9	22,8	21,8	22,5	8,2	6,9

TA8/A9

Tabela A8/A9: Composição Familiar por quintos de renda domiciliar per capita nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)

Municípios	Tipos de Família					
	Casal sem filho	Casal com 1 filho	Casal com 2 ou mais filhos	Solteiro sem filho	Solteiro com 1 filho	Solteiro com 2 ou mais filhos
Rio de Janeiro						
Total	14,6	19,3	27,7	19,2	10,1	9,1
1º quinto	6,9	15,1	40,6	10,9	10,3	16,3
2º quinto	9,5	19,9	34,4	15,4	9,8	11,0
3º quinto	14,2	23,0	27,9	15,3	10,4	9,2
4º quinto	17,8	20,6	24,0	19,7	10,7	7,2
5º quinto	20,9	17,6	17,5	29,9	9,4	4,7
São Gonçalo						
Total	13,7	21,0	33,3	13,1	9,3	9,6
1º quinto	8,3	14,1	43,0	9,4	10,4	14,8
2º quinto	7,2	23,3	44,2	3,6	8,3	13,4
3º quinto	12,7	20,1	32,1	17,3	9,6	8,3
4º quinto	14,9	24,1	29,7	13,0	9,9	8,4
5º quinto	22,0	22,8	22,5	19,2	8,2	5,3
São João de Meriti						
Total	12,9	20,6	32,9	13,8	9,2	10,6
1º quinto	5,7	14,1	42,1	11,7	8,9	17,5
2º quinto	6,9	20,4	43,3	4,5	10,6	14,3
3º quinto	10,6	20,9	33,0	16,2	9,1	10,2
4º quinto	16,1	24,3	29,2	13,6	8,9	7,8
5º quinto	21,4	21,9	22,2	19,8	8,8	6,0
Seropédica						
Total	12,8	20,1	36,2	13,8	7,7	9,6
1º quinto	7,7	11,0	52,3	7,7	5,7	15,6
2º quinto	10,6	22,7	42,9	4,8	7,5	11,5
3º quinto	9,1	20,3	37,7	16,2	8,2	8,5
4º quinto	14,5	24,8	33,0	9,4	9,0	9,4
5º quinto	19,2	20,1	22,1	26,1	7,5	5,1
Tanguá						
Total	13,7	19,2	40,6	11,9	6,9	7,7
1º quinto	9,8	16,5	53,4	6,4	4,4	9,5
2º quinto	11,9	17,6	47,0	5,1	10,5	8,0
3º quinto	9,8	26,1	41,9	6,4	8,0	7,7
4º quinto	14,7	20,2	32,6	18,9	5,8	7,9
5º quinto	19,9	16,4	32,8	18,7	6,2	6,0

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

TA10

Tabela A10: Porcentagem de Mulheres Jovens entre 15 e 24 anos com Filhos Nascidos Vivos segundo a cor nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)

Municípios da RMRJ	15 a 19 anos		20 a 24 anos		15 a 24 anos	
	Não brancas	Brancas	Não brancas	Brancas	Não brancas	Brancas
Belford Roxo	19,5	16,5	53,7	48,7	36,3	32,5
Duque de Caxias	17,3	14,3	50,0	46,4	33,3	30,5
Guapimirim	11,4	20,1	59,1	47,3	33,3	33,7
Itaboraí	17,5	16,1	58,1	49,9	38,2	32,6
Itaguaí	20,1	17,4	52,3	51,1	36,4	33,4
Japeri	21,8	24,5	55,4	58,7	37,8	42,1
Magé	19,2	14,5	57,3	49,8	37,2	31,6
Mangaratiba	16,5	20,7	56,8	51,9	35,6	35,8
Maricá	22,1	13,4	49,6	39,8	35,1	27,1
Nilópolis	18,1	9,9	42,4	35,3	30,3	22,8
Niterói	18,7	5,9	43,5	21,8	31,7	13,9
Nova Iguaçu	18,3	14,5	50,0	45,1	34,1	29,7
Paracambi	20,8	18,1	46,6	46,2	33,4	31,9
Queimados	16,2	20,1	50,6	52,5	33,6	36,0
Rio de Janeiro	16,1	9,4	45,4	31,4	30,5	20,9
São Gonçalo	16,4	11,3	46,2	40,2	31,4	26,1
São João de Meriti	17,1	12,1	49,8	43,6	33,1	28,4
Seropédica	22,1	16,5	56,8	49,7	39,0	33,1
Tanguá	15,6	18,8	59,1	55,9	39,9	34,6

Fonte: Censo Demográfico 2000.

TA11

Tabela A11: Taxa de frequência ao ensino superior dos jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo, cor e quintos da distribuição de renda (2000)

	Total	Sexo		Cor		Quintos da distribuição de renda		Homem / Mulher	Branco / Não Branco	5º Quinto / 1º Quinto
		Homem	Mulher	Não branco	Branco	Quintos da distribuição de renda				
						1º quinto	5º quinto			
Belford Roxo	22,6	23,0	22,2	22,6	22,7	22,0	26,3	1,0	1,0	1,2
Duque de Caxias	21,5	21,3	21,6	20,4	23,0	19,3	27,3	1,0	1,1	1,4
Guapimirim	19,0	20,3	17,6	19,2	18,8	12,7	26,5	1,2	1,0	2,1
Itaboraí	21,1	21,9	20,4	19,8	23,2	14,6	25,8	1,1	1,2	1,8
Itaguaí	25,5	24,2	26,8	24,9	26,2	14,3	38,1	0,9	1,0	2,7
Japeri	22,5	22,0	23,0	22,5	22,6	23,2	19,4	1,0	1,0	0,8
Magé	21,8	22,6	20,9	20,9	23,0	21,5	26,9	1,1	1,1	1,3
Mangaratiba	27,6	28,6	26,5	26,1	28,7	21,8	49,2	1,1	1,1	2,3
Maricá	27,0	28,7	25,2	26,1	27,6	19,7	45,2	1,1	1,1	2,3
Nilópolis	31,7	31,2	32,2	30,3	33,3	27,4	41,5	1,0	1,1	1,5
Niterói	46,5	48,4	44,6	30,6	54,5	22,1	72,6	1,1	1,8	3,3
Nova Iguaçu	25,1	25,1	25,0	24,2	26,3	19,7	33,8	1,0	1,1	1,7
Paracambi	30,4	33,5	27,3	31,8	29,1	21,8	38,7	1,2	0,9	1,8
Queimados	22,8	23,2	22,5	22,9	22,6	21,6	23,2	1,0	1,0	1,1
Rio de Janeiro	35,3	35,6	35,1	27,5	41,3	21,8	63,2	1,0	1,5	2,9
São Gonçalo	25,6	25,7	25,5	23,3	27,6	17,1	36,5	1,0	1,2	2,1
São João de Meriti	23,5	23,8	23,3	22,3	25,5	23,1	29,7	1,0	1,1	1,3
Seropédica	26,0	25,7	26,3	25,6	26,4	18,4	39,6	1,0	1,0	2,1
Tanguá	20,5	19,4	21,7	16,4	27,8	11,3	26,1	0,9	1,7	2,3

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

TA12

Tabela A12: Proporção da população entre 9 e 18 anos que não concluíram o nível educacional ideal na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo, cor e quintos da distribuição de renda (2000)

	Sexo		Cor		Quintos da distribuição de renda		Homem / Mulher	Branco / Não Branco	5º Quinto / 1º Quinto
	Homem	Mulher	Não branco	Branco	1º quinto	5º quinto			
Belford Roxo	75,70	67,60	75,72	64,81	82,28	55,69	0,9	0,9	0,7
Duque de Caxias	71,84	63,71	72,69	60,22	78,49	48,20	0,9	0,8	0,6
Guapimirim	80,98	69,98	78,87	71,51	90,40	50,84	0,9	0,9	0,6
Itaboraí	82,47	71,52	81,69	70,07	84,81	57,53	0,9	0,9	0,7
Itaguaí	75,80	69,75	78,71	66,23	86,09	50,95	0,9	0,8	0,6
Japeri	79,84	74,32	79,60	70,50	82,71	60,79	0,9	0,9	0,7
Magé	77,36	67,04	77,87	64,09	82,97	50,20	0,9	0,8	0,6
Mangaratiba	75,30	64,70	76,83	63,51	83,69	53,22	0,9	0,8	0,6
Maricá	72,66	57,41	75,81	57,75	79,42	40,49	0,8	0,8	0,5
Nilópolis	66,72	55,87	67,44	53,96	75,31	37,03	0,8	0,8	0,5
Niterói	55,74	47,72	69,08	42,80	75,70	27,65	0,9	0,6	0,4
Nova Iguaçu	72,47	63,78	73,87	59,83	81,43	42,17	0,9	0,8	0,5
Paracambi	70,08	56,73	79,51	52,18	76,40	33,19	0,8	0,7	0,4
Queimados	78,02	72,45	78,94	68,68	87,02	51,33	0,9	0,9	0,6
Rio de Janeiro	62,14	54,82	69,09	49,36	76,53	30,49	0,9	0,7	0,4
São Gonçalo	67,65	58,31	71,86	54,70	77,80	38,52	0,9	0,8	0,5
São João de Meriti	72,31	61,49	71,22	59,99	77,38	46,14	0,9	0,8	0,6
Seropédica	75,04	65,26	76,62	63,10	82,94	48,04	0,9	0,8	0,6
Tanguá	81,90	75,60	82,04	73,30	83,59	58,61	0,9	0,9	0,7

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

TA13

Tabela A13: Escolaridade média da população entre 12 e 20 anos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo e cor (2000)

Municípios da RMRJ	12 anos				15 anos				18 anos				20 anos			
	H.	M.	N.B.	B.												
Belford Roxo	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
D. Caxias	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Guapimirim	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
Itaboraí	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2	3,2
Itaguaí	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Japeri	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Magé	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Mangaratiba	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8	2,8
Maricá	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Nilópolis	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
Niterói	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2	4,2
Nova Iguaçu	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Paracambi	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Queimados	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4	3,4
Rio de Janeiro	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0	4,0
São Gonçalo	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7	3,7
S. J. Meriti	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6	3,6
Seropédica	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Tanguá	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1	3,1

Legenda: H. - Homem; M. - Mulher; N.B. - Não Branco; B. - Branco

Fonte: Censo Demográfico de 2000.

Tabela A14: Taxa de participação no Mercado de Trabalho, PEA e PIA por gênero, cor na RMRJ (1995-2003)

	Taxa de participação					População Economicamente Ativa (PEA)*					População em Idade Ativa (PIA)*				
	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 e mais	Total	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 e mais	Total	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 e mais	Total
1995															
Total	4,66	33,53	72,52	62,44	54,65	44,20	258,30	743,91	3.631,17	4.677,58	4.677,58	4.677,58	4.677,58	4.677,58	4.677,58
Homem	6,86	41,68	86,43	80,74	68,40	34,44	162,44	435,10	2.110,63	2.742,61	2.742,61	2.742,61	2.742,61	2.742,61	2.742,61
Mulher	2,19	25,19	59,12	47,50	42,53	9,76	95,86	308,81	1.520,54	1.934,97	1.934,97	1.934,97	1.934,97	1.934,97	1.934,97
Não branco	5,92	38,86	73,26	65,68	56,25	25,26	137,19	319,15	1.408,04	1.889,63	1.889,63	1.889,63	1.889,63	1.889,63	1.889,63
Branco	3,63	29,02	71,98	60,55	53,62	18,94	121,11	424,76	2.223,13	2.787,95	2.787,95	2.787,95	2.787,95	2.787,95	2.787,95
2003															
Total	2,79	26,67	70,89	62,56	55,73	23,05	197,98	833,94	4.352,07	5.407,03	5.407,03	5.407,03	5.407,03	5.407,03	5.407,03
Homem	3,61	31,69	81,81	78,41	67,99	14,92	117,29	466,46	2.420,45	3.019,12	3.019,12	3.019,12	3.019,12	3.019,12	3.019,12
Mulher	1,97	21,68	60,63	49,91	45,39	8,14	80,68	367,47	1.931,62	2.387,91	2.387,91	2.387,91	2.387,91	2.387,91	2.387,91
Não branco	3,57	32,72	74,83	65,55	57,71	14,24	107,80	368,83	1.789,24	2.280,11	2.280,11	2.280,11	2.280,11	2.280,11	2.280,11
Branco	2,06	21,84	68,06	60,63	54,37	8,81	90,17	465,11	2.562,83	3.126,93	3.126,93	3.126,93	3.126,93	3.126,93	3.126,93

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

* Em milhares de pessoas.

TA15**Tabela A15: Porcentagem de ocupados em relação à População em Idade Ativa por gênero e cor na RMRJ (1995-2003)**

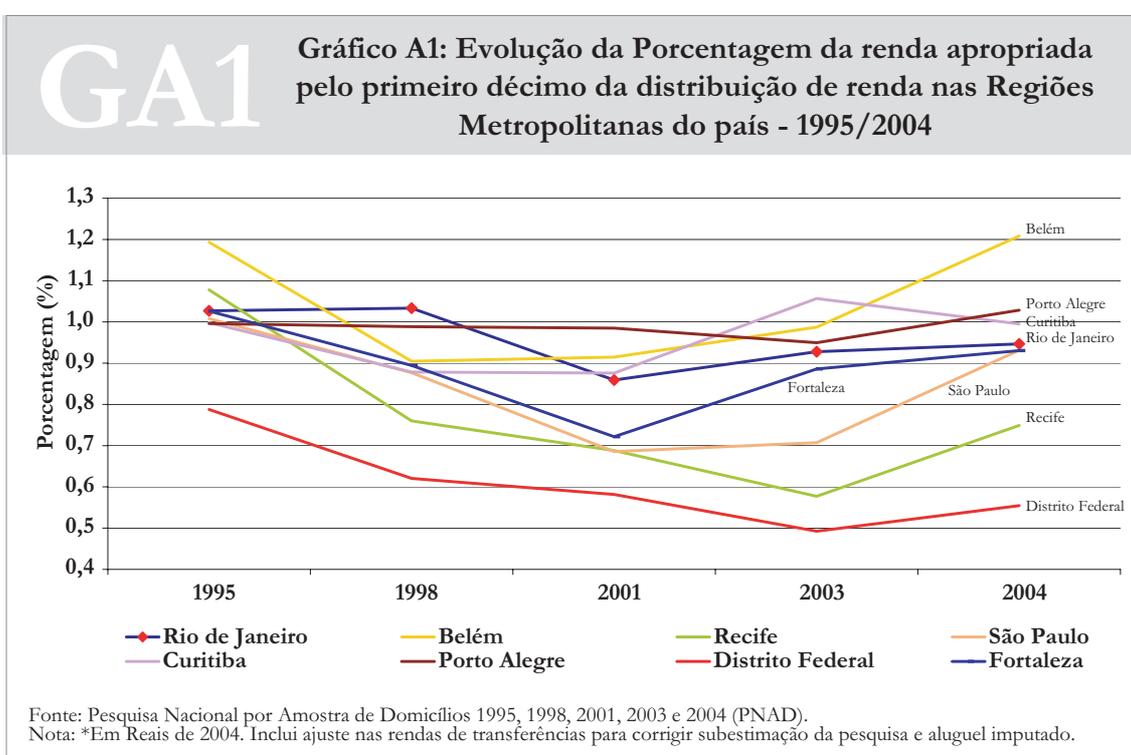
	Taxa de participação					População Economicamente Ativa (PEA)*				
	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 anos e mais	Total	10 a 14 anos	15 a 18 anos	19 a 24 anos	25 anos e mais	Total
1995										
Total	3,63%	26,38%	62,62%	59,23%	50,53%	34,44	203,20	642,32	3.444,61	4.324,57
Homem	5,49%	33,28%	77,31%	77,89%	64,41%	27,55	129,73	389,18	2.036,01	2.582,46
Mulher	1,55%	19,31%	48,46%	44,00%	38,29%	6,89	73,47	253,14	1.408,61	1.742,10
Não branco	4,31%	31,38%	65,48%	61,95%	51,88%	18,37	110,78	285,28	1.328,25	1.742,69
Branco	3,08%	22,15%	60,51%	57,64%	49,65%	16,07	92,41	357,03	2.116,36	2.581,88
2003										
Total	1,56%	14,70%	53,08%	56,36%	48,11%	12,88	109,16	624,44	3.920,86	4.667,34
Homem	1,80%	19,78%	65,64%	72,63%	60,73%	7,46	73,22	374,26	2.242,14	2.697,08
Mulher	1,31%	9,65%	41,27%	43,38%	37,45%	5,42	35,93	250,18	1.678,72	1.970,26
Não branco	2,21%	18,11%	54,75%	57,72%	48,45%	8,81	59,66	269,84	1.575,67	1.913,99
Branco	0,95%	11,99%	51,88%	55,48%	47,87%	4,07	49,49	354,59	2.345,20	2.753,35

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

* Em milhares de pessoas.

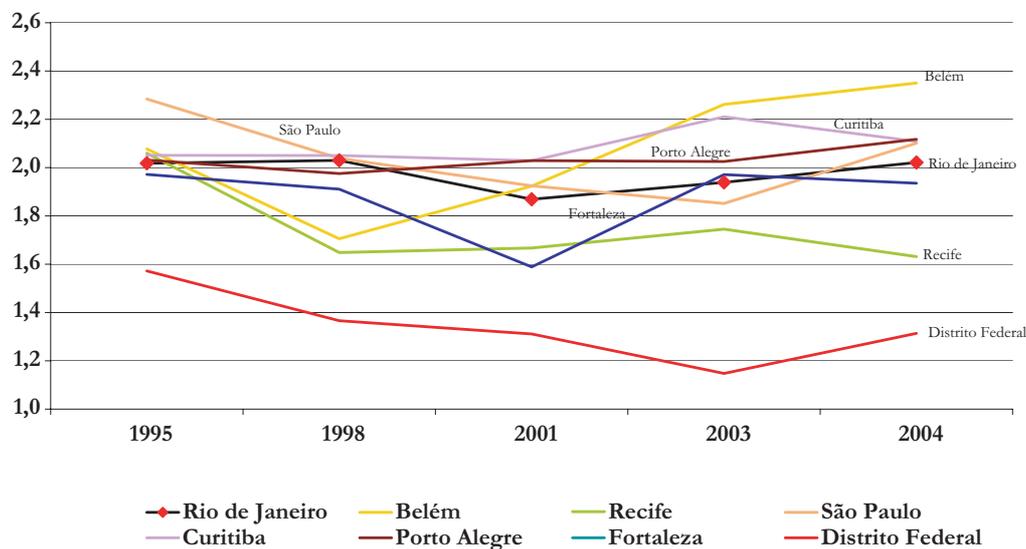
	1995			2003		
		19 a 24 anos		10 a 18 anos		10 a 24 anos
Total						
Empregado com carteira	26,8	54,0	46,6	22,8	51,7	47,0
Empregado sem carteira	49,8	25,2	31,8	55,6	28,0	32,5
Funcionário público e militar	1,9	8,6	6,8	1,1	6,6	5,7
Conta-própria	10,4	10,7	10,6	11,1	11,5	11,4
Empregador	0,0	0,8	0,6	0,6	0,8	0,7
Auto consumo e não remunerado	11,1	0,8	3,6	8,9	1,4	2,6
Homem						
Empregado com carteira	23,4	52,7	44,2	24,4	49,4	44,9
Empregado sem carteira	51,8	20,6	29,6	53,8	28,0	32,6
Funcionário público e militar	2,6	12,3	9,5	1,7	8,7	7,4
Conta-própria	12,0	13,3	12,9	10,9	11,8	11,6
Empregador	0,0	0,7	0,5	0,8	0,9	0,9
Auto consumo e não remunerado	10,2	0,4	3,3	8,4	1,3	2,5
Mulher						
Empregado com carteira	33,6	56,0	50,6	19,7	55,3	50,2
Empregado sem carteira	45,7	32,2	35,5	59,0	27,9	32,3
Funcionário público e militar	0,7	2,9	2,4	0,0	3,5	3,0
Conta-própria	7,1	6,6	6,7	11,5	11,1	11,2
Empregador	0,0	0,9	0,7	0,0	0,5	0,5
Auto consumo e não remunerado	12,9	1,4	4,1	9,8	1,6	2,8
Não Branco						
Empregado com carteira	25,8	55,6	46,3	17,8	48,6	42,4
Empregado sem carteira	52,0	25,6	33,8	59,4	32,1	37,6
Funcionário público e militar	1,3	8,5	6,2	1,0	5,3	4,4
Conta-própria	10,2	9,3	9,6	13,9	12,5	12,8
Empregador	0,0	0,4	0,3	0,0	0,0	0,0
Auto consumo e não remunerado	10,7	0,6	3,7	7,9	1,5	2,8
Branco						
Empregado com carteira	28,0	52,7	46,9	29,1	54,1	50,8
Empregado sem carteira	47,1	24,8	30,0	50,6	24,9	28,2
Funcionário público e militar	2,6	8,7	7,3	1,3	7,6	6,8
Conta-própria	10,6	11,8	11,5	7,6	10,7	10,3
Empregador	0,0	1,1	0,9	1,3	1,3	1,3
Auto consumo e não remunerado	11,6	1,0	3,5	10,1	1,3	2,5

Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).



GA2

Gráfico A2: Evolução da Porcentagem da renda apropriada pelo segundo décimo da distribuição de renda nas Regiões Metropolitanas do país - 1995/2004

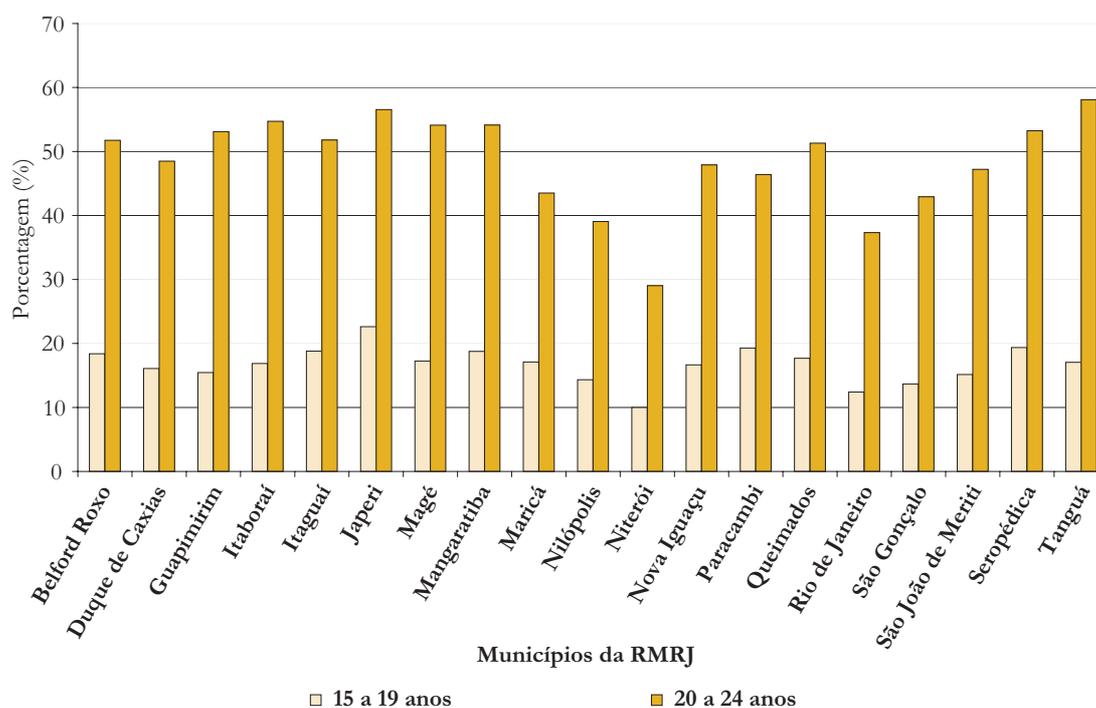


Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001, 2003 e 2004 (PNAD).

Nota: *Em Reais de 2004. Inclui ajuste nas rendas de transferências para corrigir subestimação da pesquisa e aluguel imputado.

GA3

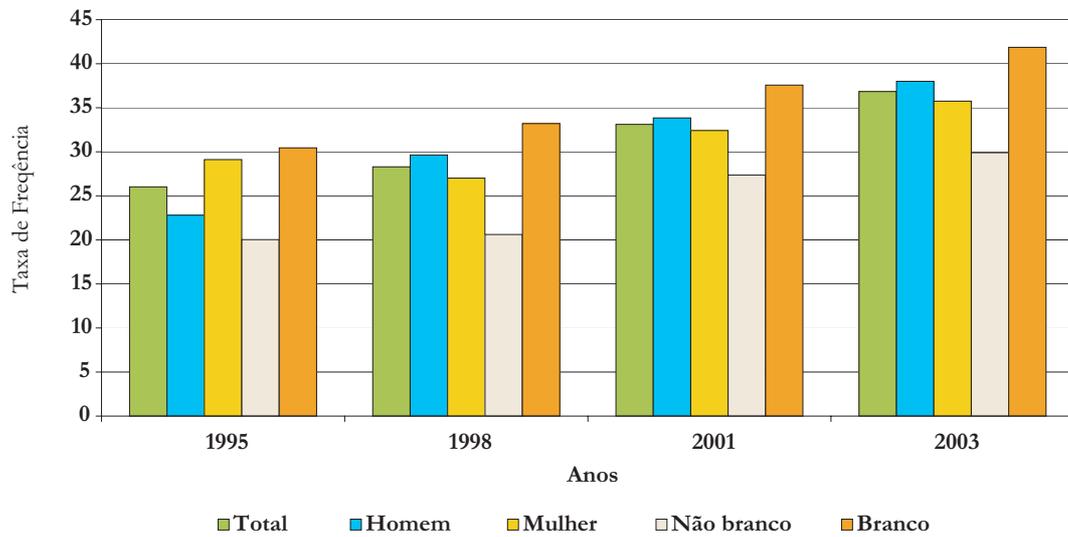
Gráfico A3: Porcentagem de mulheres jovens de 15 a 24 anos com filhos nascidos vivos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Censo Demográfico de 2000.

GA4

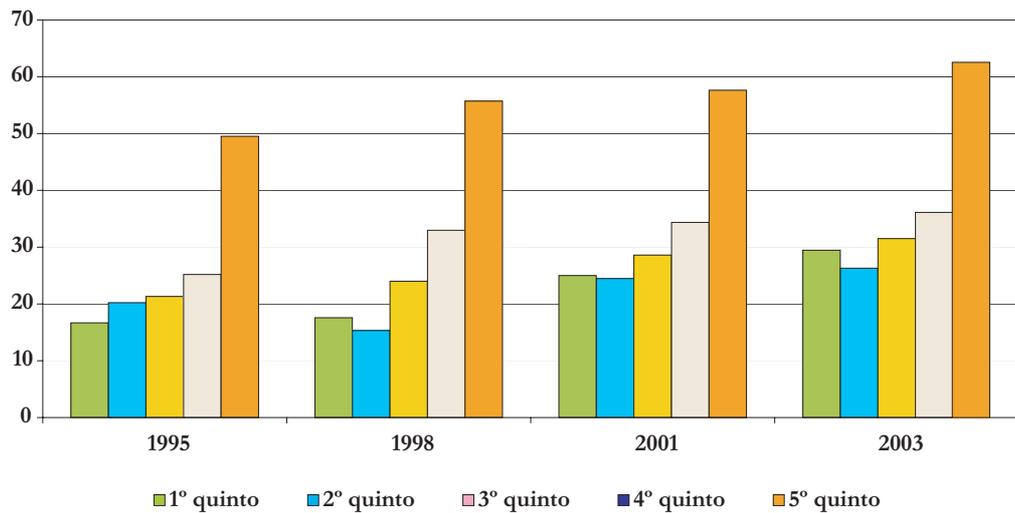
Gráfico A4: Taxa de frequência ao ensino superior dos Jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por sexo e cor (1995-2003)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

GA5

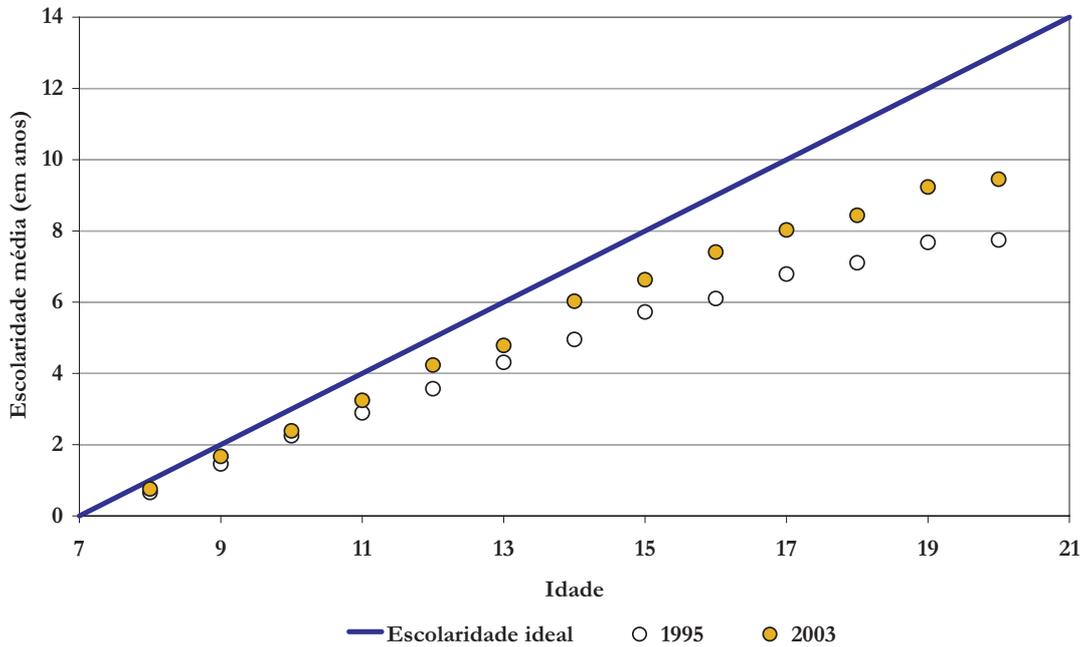
Gráfico A5: Taxa de frequência ao ensino superior dos Jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro por quintos da distribuição de renda (1995-2003)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

GA6

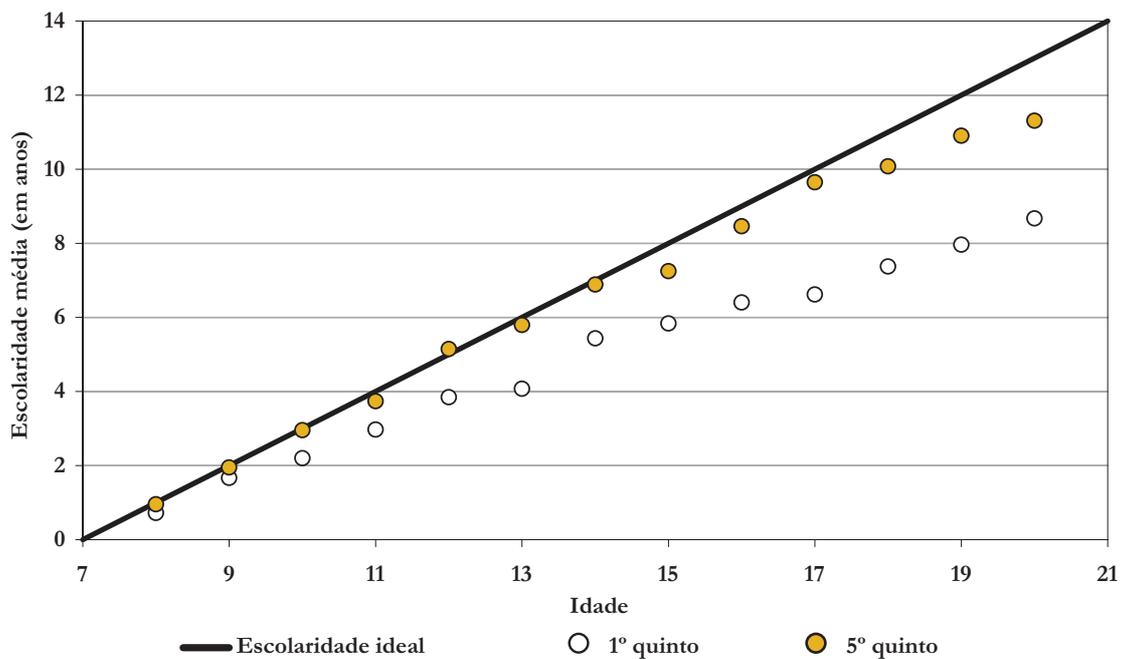
Gráfico A6: Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (1995 e 2003)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 e 2003 (PNAD).

GA7

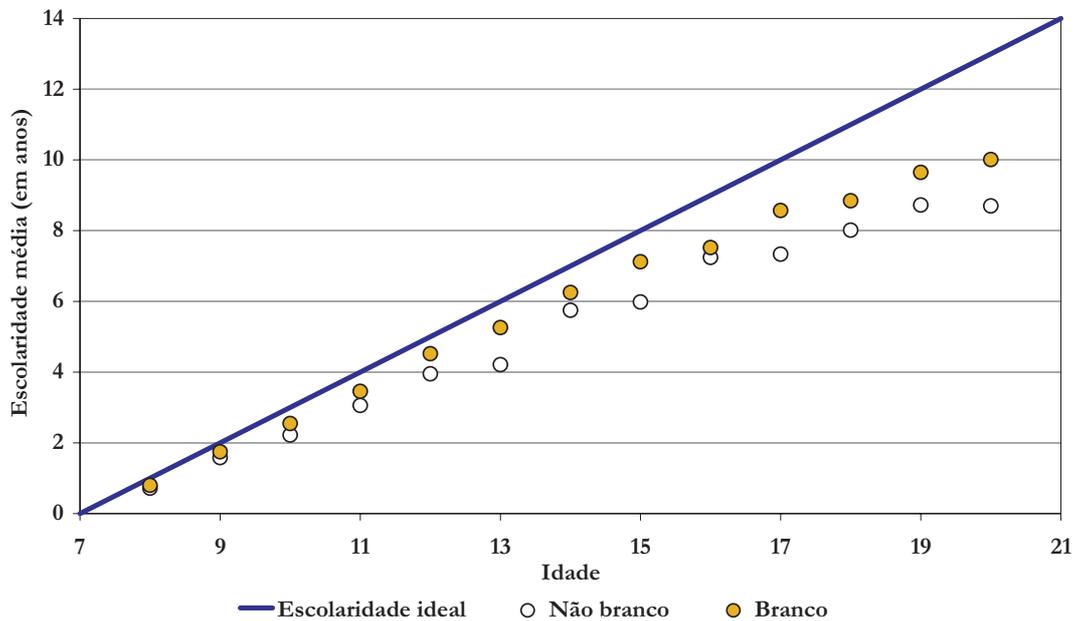
Gráfico A7: Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro no 1º e 5º Quinto da distribuição de Renda - 2003



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 (PNAD).

GA8

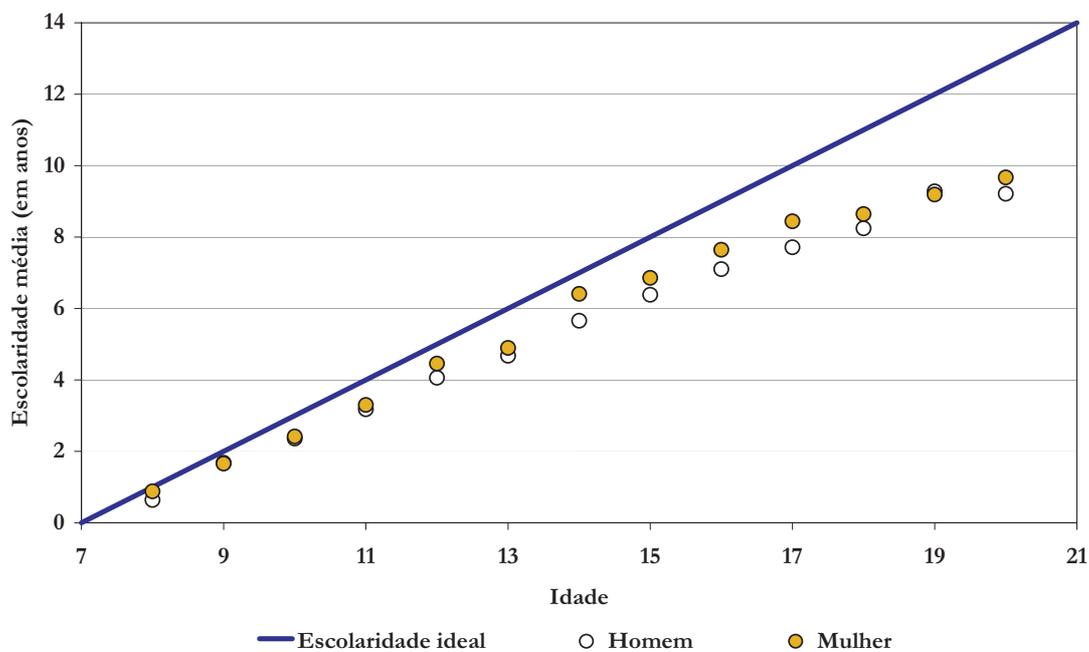
Gráfico A8: Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a cor - 2003



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003 (PNAD).

GA9

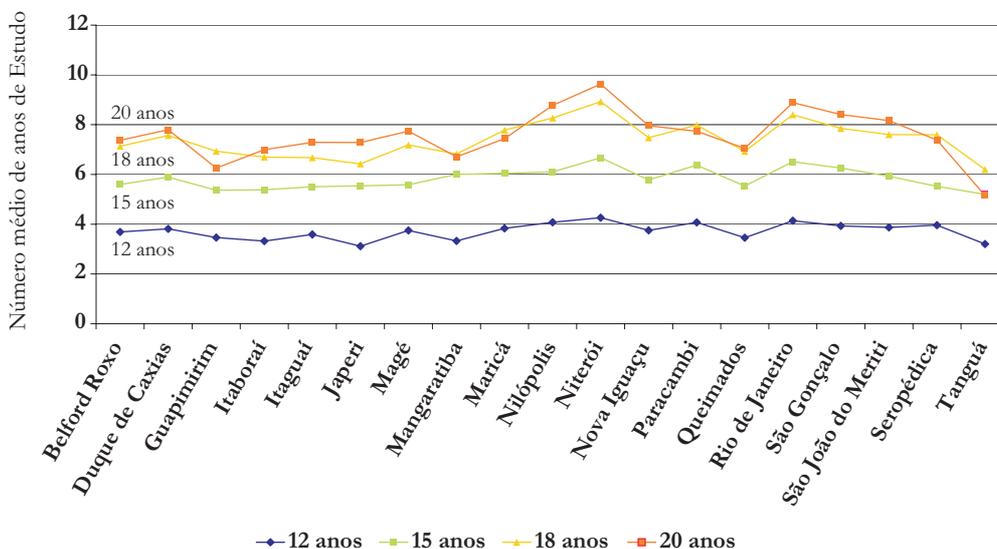
Gráfico A9: Hiato entre a escolaridade ideal e a escolaridade média na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo o sexo - 2003



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995 e 2003 (PNAD).

GA10

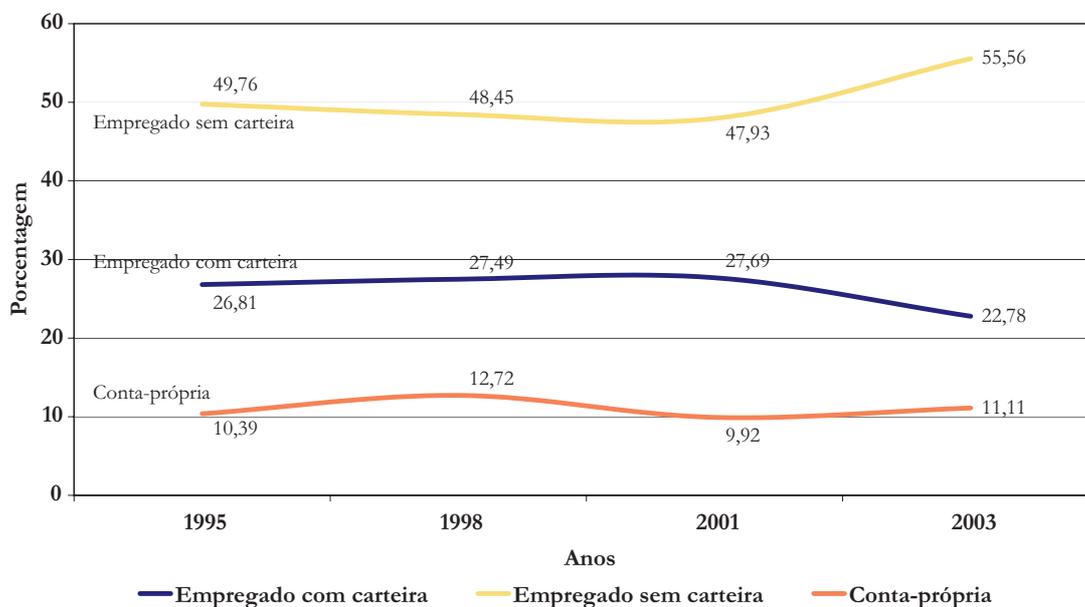
Gráfico A10: Escolaridade média da população entre 12 e 20 anos nos municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (2000)



Fonte: Censo Demográfico 2000

GA11

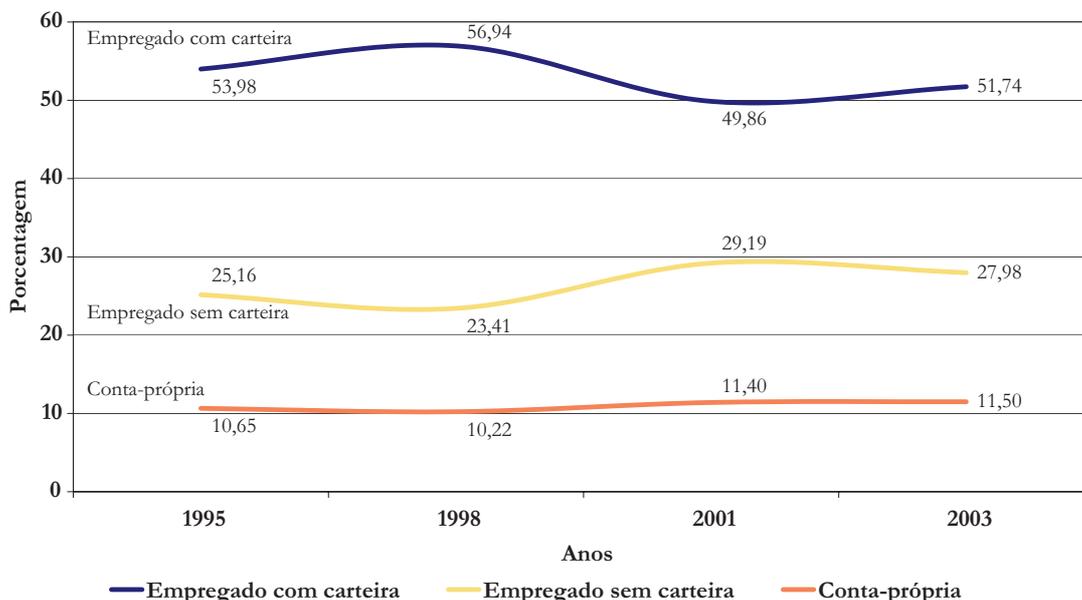
Gráfico A11: Distribuição da ocupação dos Jovens entre 10 e 18 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a Posição na Ocupação (1995-2003)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

GA12

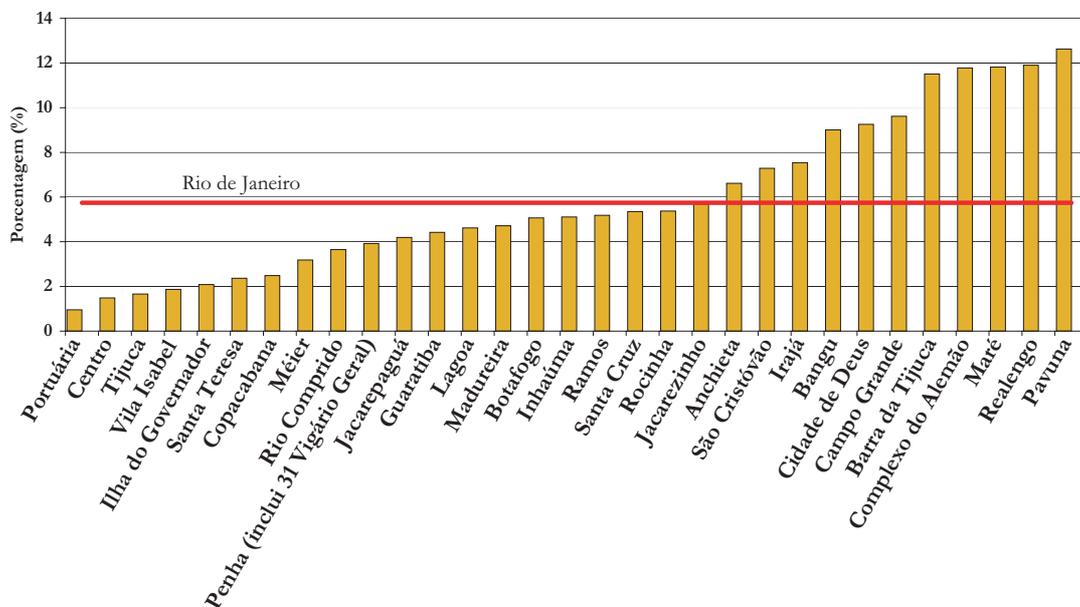
Gráfico A12: Distribuição da ocupação dos Jovens entre 19 e 24 anos na Região Metropolitana do Rio de Janeiro segundo a Posição na Ocupação (1995-2003)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995, 1998, 2001 e 2003 (PNAD).

GA13

Gráfico A13: Grau de extrema Pobreza nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000

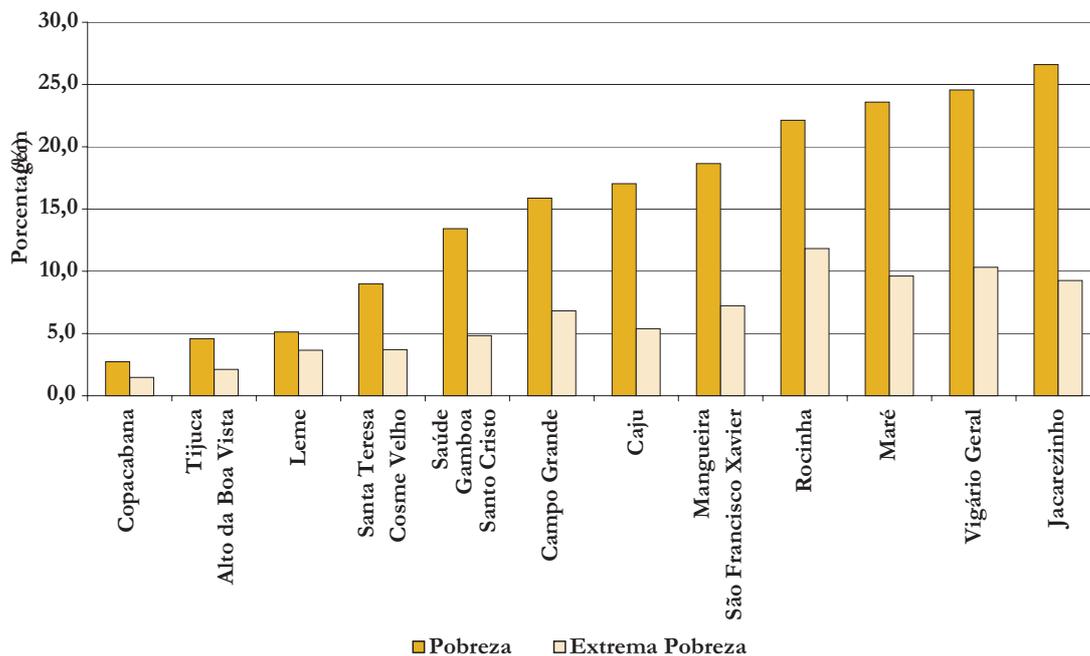


Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003).

Nota: Linha de extrema pobreza: R\$ 37,75.

GA14

Gráfico A14: Graus de Pobreza e Extrema Pobreza nos bairros selecionados do município do Rio de Janeiro - 2000

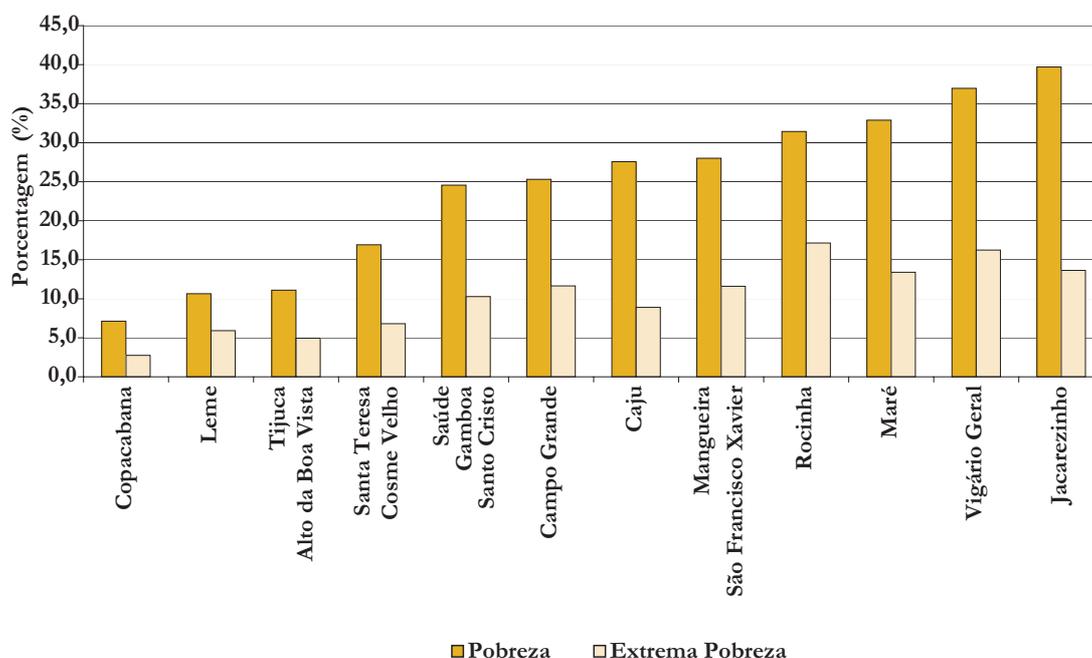


Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

Nota: linhas de Pobreza e extrema pobreza: R\$ 75,50 e R\$ 37,75, respectivamente.

GA15

Gráfico A15: Porcentagem de Crianças localizadas abaixo das linhas de pobreza e extrema pobreza nos bairros selecionados do município do Rio de Janeiro - 2000

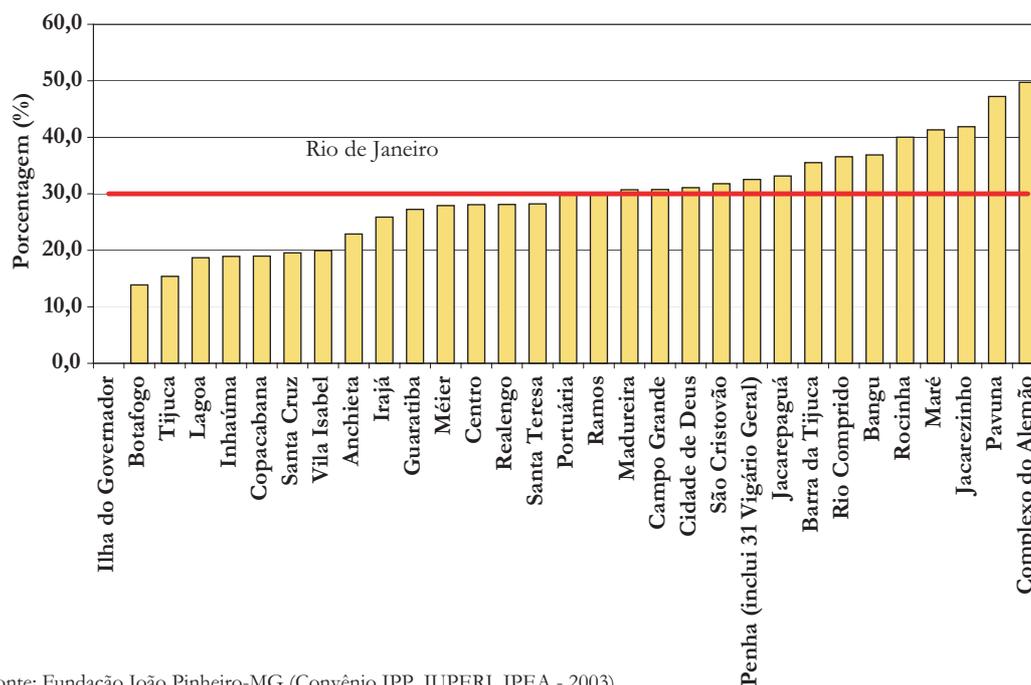


Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

Nota: linhas de Pobreza e extrema pobreza: R\$ 75,50 e R\$ 37,75, respectivamente.

GA16

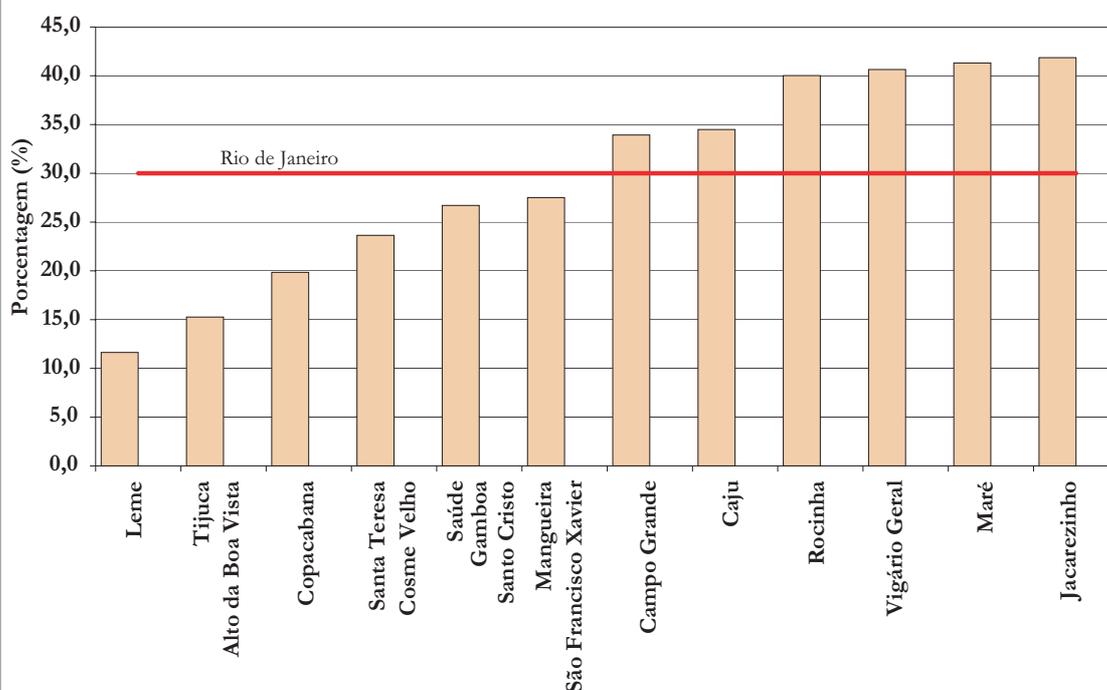
Gráfico A16: Porcentagem de Crianças entre 4 e 5 anos fora da escola nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

GA17

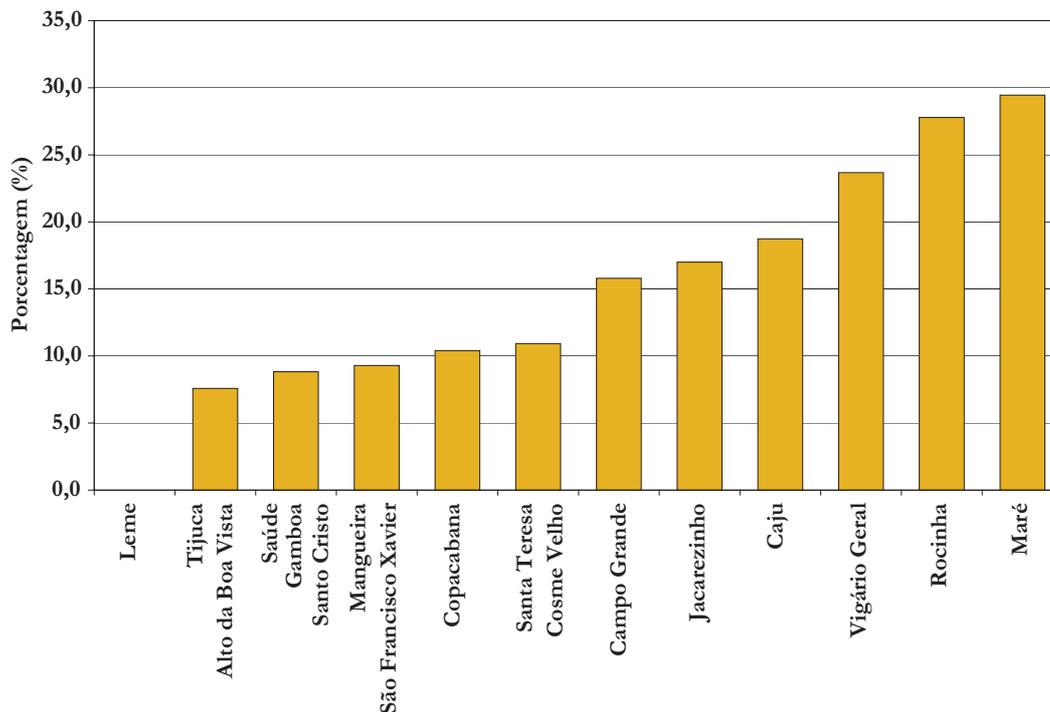
Gráfico A17: Porcentagem de crianças entre 4 e 5 anos fora da escola nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG

GA18

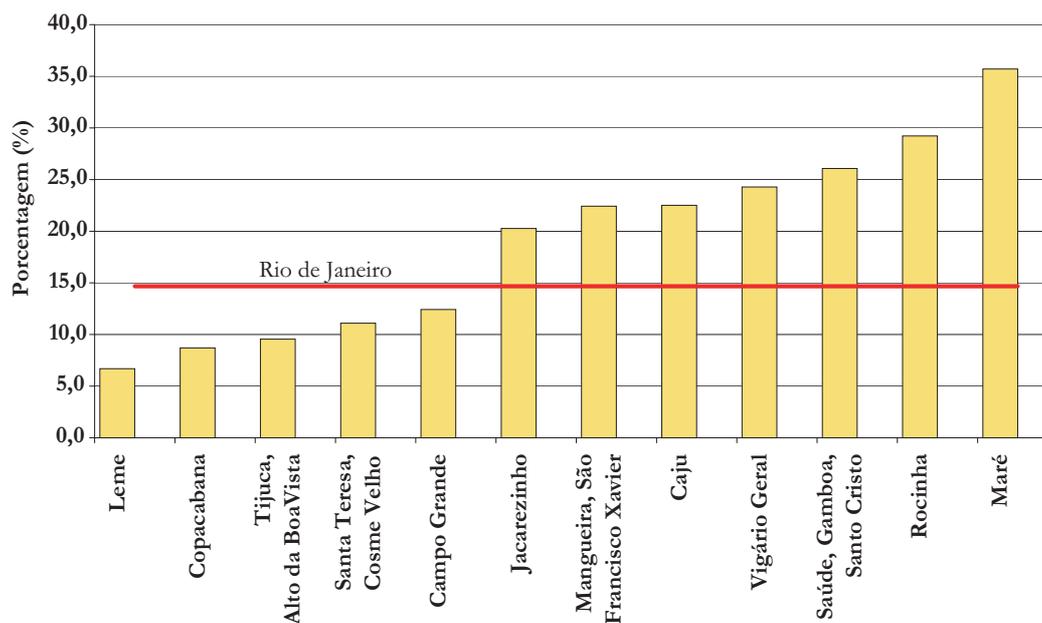
Gráfico A18: Porcentagem de Crianças entre 5 e 6 anos fora da escola nos bairros selecionados do Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

GA19

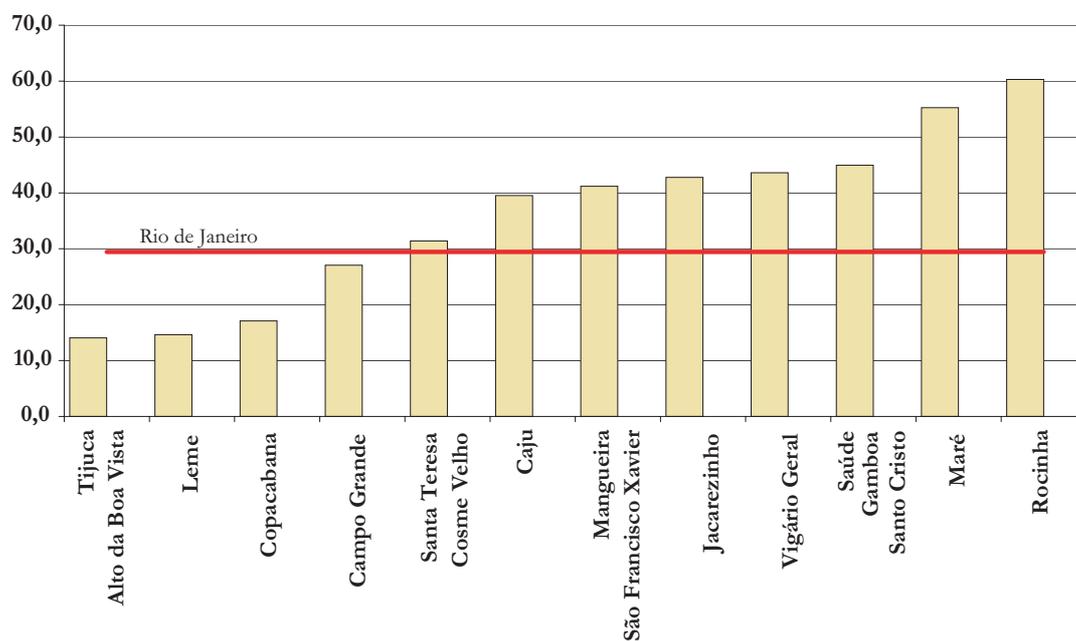
Gráfico A19: Porcentagem de adolescentes entre 15 e 17 anos fora da escola nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003).

GA20

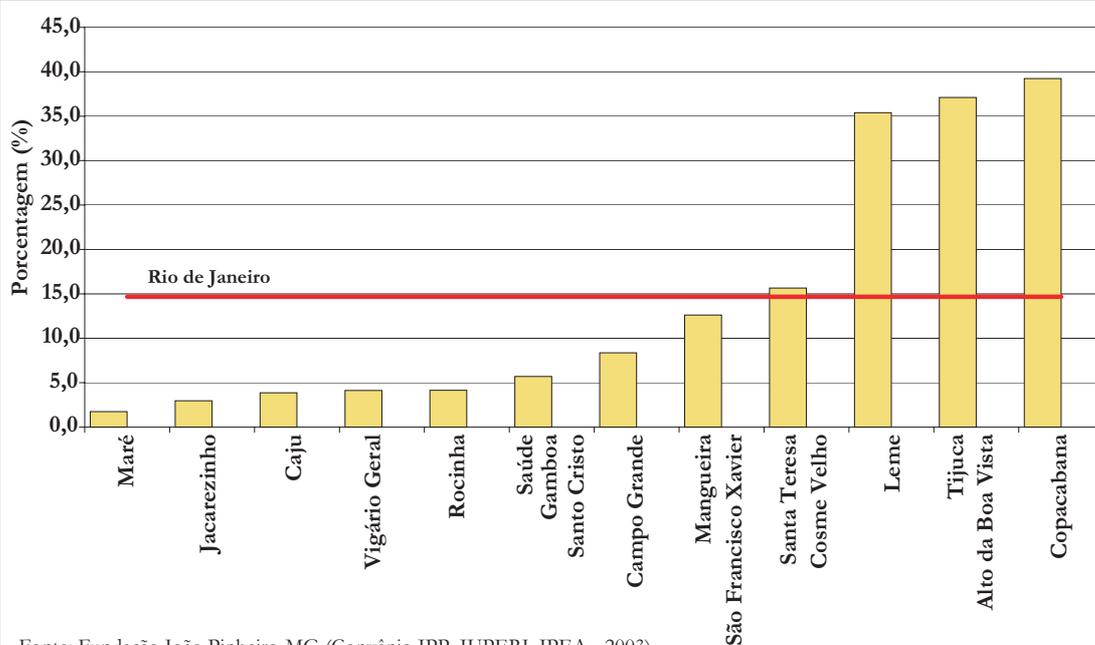
Gráfico A20: Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos com Ensino Fundamental incompleto nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

GA21

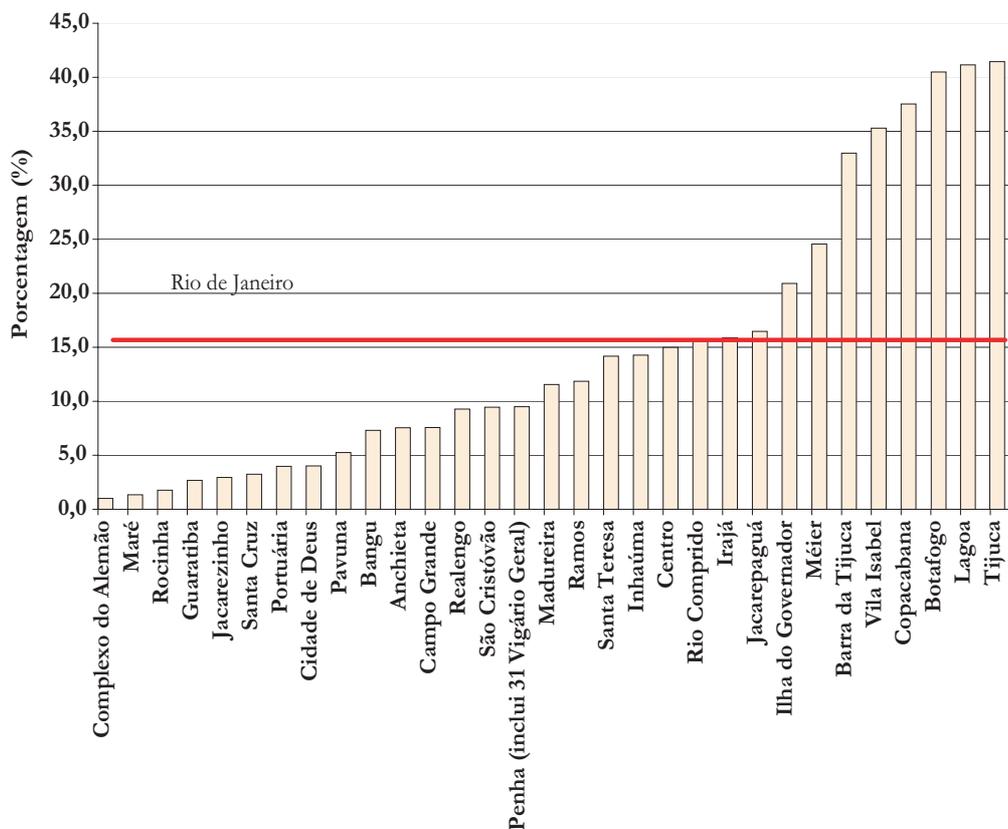
Gráfico A21: Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos com Ensino médio completo nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

GA22

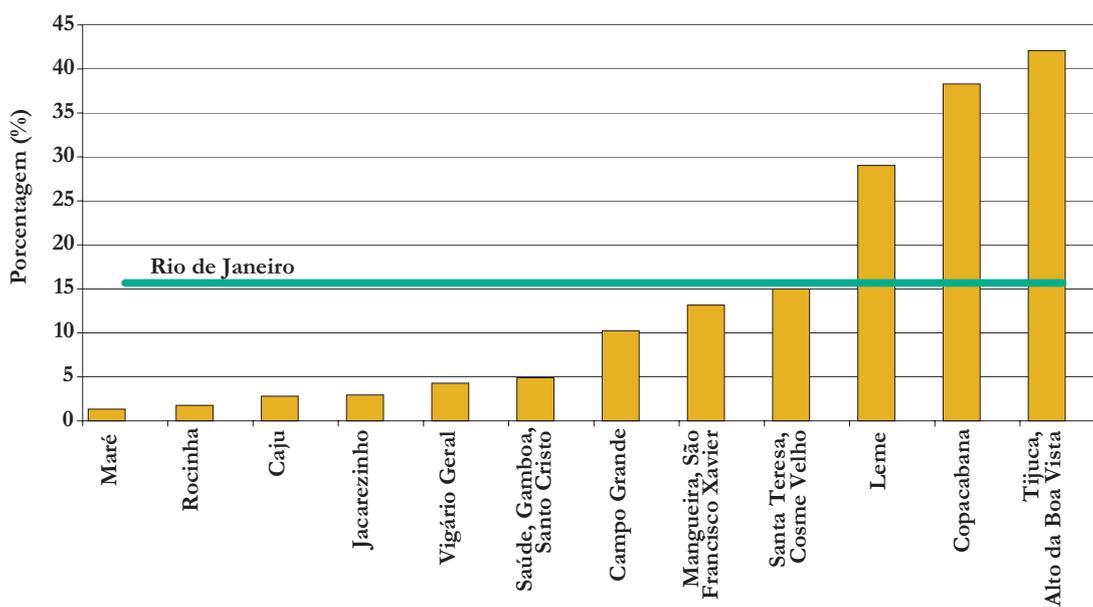
Gráfico A22: Porcentagem de Jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior completo nas Regiões Administrativas do Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

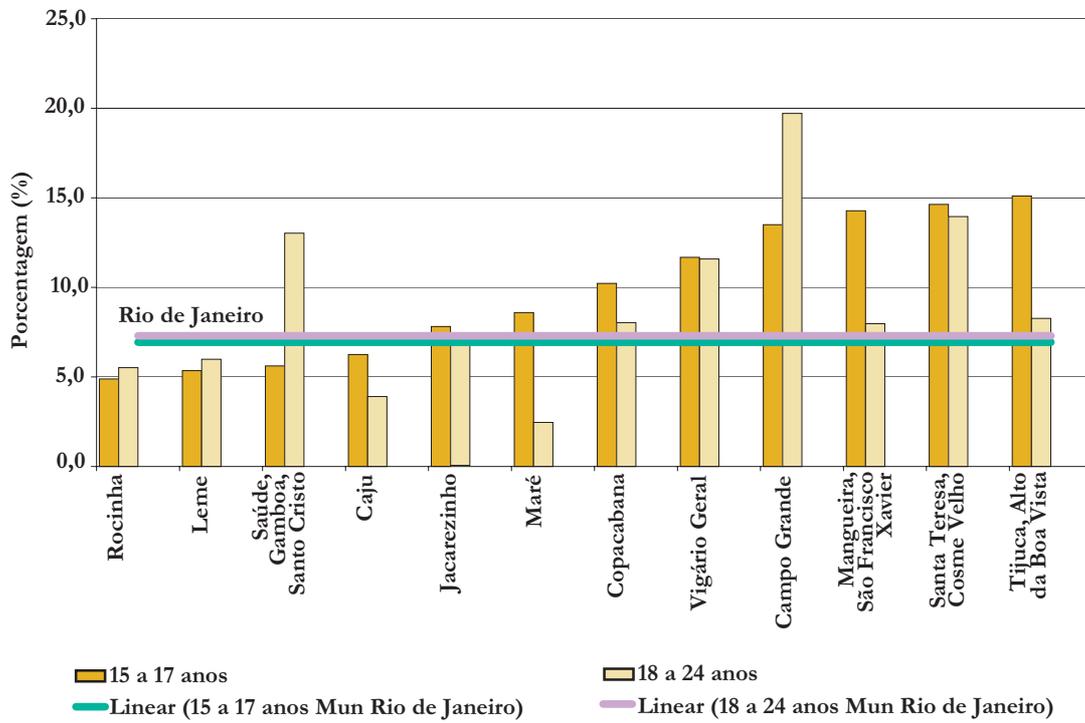
GA23

Gráfico A23: Porcentagem de jovens entre 18 e 24 anos no Ensino Superior nos bairros selecionados do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro-MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003).

Gráfico A24: Analfabetismo Funcional
Porcentagem de Jovens entre 15 e 24 Anos com menos de 4 anos de estudos nos bairros selecionados do Município do Rio de Janeiro - 2000



Fonte: Fundação João Pinheiro - MG (Convênio IPP, IUPERJ, IPEA - 2003)

Referências Bibliográficas

IBGE. (1995, 1998, 2001 e 2003) Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.

_____. (2000) Censo Demográfico.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC)/ INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) (2002). Censo Escolar.

UNICEF (2005). Situação Mundial da Infância 2005. Caderno Brasil.

CUNNINGHAM, Wendy (2002). Caribbean Youth Development: Issues and Policy Directions. Washington, DC, World Bank.

PNVD, 2004. Atlas Racial.

Conselho Diretor

Guilherme Frering *Presidente*
Antonia Frering *Vice-Presidente*
Armínio Fraga
Beatriz Cardoso
Heloisa Helena de Oliveira
Luciano Huck
Marcos Sarvat ⁽¹⁾
Mauro Salles
Pedro Leitão ⁽²⁾
Sergio Bermudes
Wanda Engel ⁽³⁾

Conselho Fiscal

Joaquim Dias
Luiz do Amaral de França Pereira
Maria Fernanda Dias de Carvalho

Equipe Técnica

Beatriz Azeredo
Diretora
Roberta Costa Marques
**Gerente da Área de Desenvolvimento
de Crianças e Jovens**
Glória Moog
**Gerente da Área de Oncologia
Pediátrica**
Valéria Canellas
Gerente Administrativa

Coordenadores dos comitês: (1) Oncologia Pediátrica;
(2) Desenvolvimento Institucional; (3)
Desenvolvimento de Crianças e Jovens.